



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DO AGreste – CAA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO, INOVAÇÃO E CONSUMO

ANA ELISABETH DE BRITO ALVES

**O COMPORTAMENTO DE STEWARDSHIP NAS EXPERIÊNCIAS DO  
CONSUMIDOR DE TURISMO DE AVENTURA DE NATUREZA: UM ESTUDO  
DE CASO NO AGreste PERNAMBUCANO**

CARUARU  
2025

ANA ELISABETH DE BRITO ALVES

**O COMPORTAMENTO DE STEWARDSHIP NAS EXPERIÊNCIAS DO  
CONSUMIDOR DE TURISMO DE AVENTURA DE NATUREZA: UM ESTUDO  
DE CASO NO AGreste PERNAMBUCANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

**Área de concentração:** Linha de pesquisa 2: Consumo e Marketing nos Arranjos Produtivos Locais.

**Orientador:** Profº. Dr. Elielson Oliveira Damascena

CARUARU  
2025

## Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Alves, Ana Elisabeth de Brito.

O comportamento de Stewardship nas experiências do consumidor de turismo de aventura de natureza: um estudo de caso no agreste pernambucano / Ana Elisabeth de Brito Alves. - Recife, 2026.

166f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo, 2025.

Orientação: Elielson Oliveira Damascena. Inclui referências e apêndices.

1. Comportamento de Stewardship; 2. Experiência do Consumidor; 3. Turismo de Aventura de Natureza. I. Damascena, Elielson Oliveira. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

ANA ELISABETH DE BRITO ALVES

**O COMPORTAMENTO DE STEWARDSHIP NAS EXPERIÊNCIAS DO  
CONSUMIDOR DE TURISMO DE AVENTURA DE NATUREZA: UM ESTUDO  
DE CASO NO AGreste PERNAMBUCANO**

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Gestão,  
Inovação e Consumo (PPGIC) da  
Universidade Federal de Pernambuco,  
como requisito parcial para a obtenção  
do título de Mestra em Gestão,  
Inovação e Consumo.

Aprovada em: 05/12/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Elielson Oliveira Damascena (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Denise Clementino de Souza (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bianca Gabriely Ferreira Silva (Examinadora Enterna)  
Universidade de Pernambuco (UPE)

**Aos meus pais,**

Maria de Fátima Siqueira Brito (*in memoriam*) e José Alves da Luz (*in memoriam*),  
Pelo amor que moldou quem sou, pelo exemplo que ilumina o caminho e as escolhas, e pelo  
incentivo à leitura que abriu todas as portas.

**Ao meu avô,**

Luiz Siqueira Brito (*in memoriam*),  
Pela presença, acolhimento, cuidado, imenso amor e pela dignidade de toda uma vida  
(Avôhai).

**À minha avó,**

Margarida Almeida Brito, pelo amor de todos os meus dias.

**Aos meus ancestrais,**

Toda gratidão.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Divino, cuja presença ilumina e sustenta cada passo da minha trajetória. À espiritualidade amiga, que me guia silenciosamente pelos melhores caminhos e renova minha fé, minha força e minha capacidade de seguir com serenidade.

Agradeço especialmente a mim mesma, pela coragem, pela disciplina e pela alegria com que enfrentei esta jornada. Reconheço a força que encontrei em meus próprios passos e celebro o compromisso que mantive comigo, com meus sonhos e com este projeto.

Toda a minha gratidão ao meu orientador, professor Dr. Elielson Damascena. Registro minha profunda admiração por sua condução leve, paciente e inspiradora. Nossa encontro feliz de orientanda e orientador foi essencial para que este trabalho tomasse forma. Obrigada por acreditar no tema desde o início, pelas orientações sempre generosas, pela lapidação cuidadosa da minha escrita e pelo incentivo constante aos meus novos voos.

Ao meu esposo, amigo, conselheiro e amor, Daniel Correia, pela presença, compreensão, cafés, por todo cuidado e incentivo, pela torcida e admiração. És o pilar que me sustentou nesses um ano e oito meses.

Ao meu gato Boran (*in memoriam*), pelos nove anos que passamos juntos, pelo olhar de amor e pelas infinitas horas que me acompanhou na minha mesa de estudo, desde a seleção do Mestrado (2023) até setembro de 2025.

A Netinha, por ser a amiga, a conselheira, por cuidar de mim, da minha avó e da minha casa, e por me incentivar em cada conquista.

A minha irmã, Juliana Brito, por todo suporte, amor, compreensão e paciência nessa jornada, e ao meu irmão, José Luiz, minha inspiração como ser humano e como um dos grandes pesquisadores do Brasil, vocês são minhas referências de irmãos, amigos e companheiros. E aos meus sobrinhos, Luiz, Pedro e Arthur, por serem a alegria desses dias.

A minha amiga querida que o mestrado me deu, Luana Ataíde, pela parceria, torcida, incentivo. Seu exemplo de perseverança e fé me inspiram a cada dia. Aos amigos de longas datas, que sempre torcem por mim e me seguram nos momentos difíceis, Erivaldo, Demétrius, Rubiana e Aleksandra, por serem presença e ouvidos em tantos momentos da vida.

Aos avaliadores deste estudo, pela contribuição e disponibilidade e aos mestres do PPGIC, por todo aprendizado e crescimento, em especial, à Profa. Eliana Severo, que além de referência profissional, é amiga e incentivadora para além da academia; e ao Prof. Nelsio Abreu, pela competência, exemplo e inspiração. Minha sincera admiração a vocês.

*“Porque o Senhor dá a sabedoria, e da sua boca vem a inteligência e o entendimento.”*

Provérbios 2:6

*“Não tire nada além de fotos, não deixe nada além de pegadas, leve seu lixo de volta, não faça fogueira, não ignore os riscos, e viva a natureza.”*

Txai

## RESUMO

Este estudo investigou o comportamento de *Stewardship* (Administração Responsável) nas experiências do consumidor do turismo de aventura de natureza, com foco nas modalidades de trilha e rapel. A pesquisa tem como lócus a cidade de Gravatá-PE, situada no agreste Pernambucano, e buscou compreender como as experiências de aventura de natureza em trilha e rapel influenciam a percepção e a adoção de comportamentos de administração responsável pelos consumidores e pelas empresas do setor. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa e interpretativista, estruturada como um estudo de caso único, utilizando entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise de conteúdo categorial temática. Os participantes do estudo são os sujeitos primários (consumidores-adeptos da trilha e do rapel) e secundários (empresas proponentes e seus representantes), permitindo uma visão triangular e holística do fenômeno. O estudo demonstrou que o comportamento de administração responsável, embora presente, manifesta-se de forma incipiente e desigual entre os atores envolvidos. Os achados revelaram que os consumidores-adeptos adotam atitudes de cuidado ambiental, respeito às regras e cooperação ética impulsionadas pelas experiências em trilha e rapel, mas essas práticas ainda permanecem circunstanciais e dependentes do contexto imediato. Do lado dos sujeitos secundários, observou-se que as empresas conduzem ações educativas e reforçam comportamentos responsáveis, porém operam com limitações estruturais, ausência de regulamentação e sobrecarga operacional. Assim, o comportamento de administração responsável configura-se como um movimento em despertar - existente, sensível e transformador - mas que ainda necessita de formalização, apoio institucional e coordenação coletiva para alcançar maturidade e tornar-se uma prática contínua no turismo de aventura de natureza em Gravatá-PE.

**Palavras-chave:** Comportamento de *Stewardship*. Experiência do Consumidor. Turismo de Aventura de Natureza.

## ABSTRACT

This study investigated Stewardship (Responsible Management) behavior in the consumer experiences of nature-based adventure tourism, focusing on hiking and rappelling. The research was conducted in the city of Gravatá-PE, located in the Pernambuco hinterland, and sought to understand how nature-based adventure experiences in hiking and rappelling influence the perception and adoption of responsible management behaviors by consumers and companies in the sector. To this end, a qualitative and interpretative approach was adopted, structured as a single case study, using semi-structured interviews, participant observation, and thematic categorical content analysis. The study participants are the primary subjects (consumers who participate in hiking and rappelling) and secondary subjects (proposing companies and their representatives), allowing for a triangular and holistic view of the phenomenon. The study demonstrated that responsible management behavior, although present, manifests itself in an incipient and unequal way among the actors involved. The findings revealed that consumer-participants adopt attitudes of environmental care, respect for rules, and ethical cooperation driven by experiences in hiking and rappelling, but these practices remain circumstantial and dependent on the immediate context. On the side of secondary stakeholders, it was observed that companies conduct educational actions and reinforce responsible behaviors, but operate with structural limitations, lack of regulation, and operational overload. Thus, responsible management behavior is configured as a movement in awakening – existing, sensitive, and transformative – but one that still needs formalization, institutional support, and collective coordination to reach maturity and become a continuous practice in nature adventure tourism in Gravatá-PE.

**Keywords:** Stewardship Behavior. Consumer Experience. Nature Adventure Tourism.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 – Critérios para o Comportamento de Administração Responsável.....	35
Figura 2 – Síntese teórica temporal do comportamento de administração responsável .....	37
Figura 3 – Interlocução entre a experiência do consumidor ea experiência de consumo .....	45
Figura 4 – Conceitos e compreensões do turismo de aventura de natureza .....	46
Figura 5 – Mapa de gravatá.....	57
Figura 6 – Roteiro dos procedimentos de acesso ao campo e seleção dos participantes.....	62
Figura 7 - Roteiro de entrevista semiestruturada – Sujeitos primários .....	65
Figura 8 - Roteiro de entrevista semiestruturada – Sujeitos secundários.....	65
Figura 9 – Protótipo de percurso para Observação participante .....	68
Figura 10 – Roteiro para Observação participante .....	69
Figura 11 – Protocolo de campo para Obervação participante .....	70
Figura 12 – Análise de conteúdo categorial temática .....	73
Figura 13 – Cronograma da pesquisa .....	75
Figura 14 – Características da coleta de campo.....	77
Figura 15 – Primeira coleta/campo – Trilha.....	78
Figura 16 – Segunda coleta/campo – Trilha e rapel .....	79
Figura 17 – Terceira coleta/campo – Trilha.....	80
Figura 18 – Quarta coleta/campo – Trilha e Rapel.....	81
Figura 19 – Descrição do perfil sociodemográfico dos entrevistados – Sujeitos primários .....	82
Figura 20 – Descrição do perfil organizacional.....	85
Figura 21 – Categorias temáticas de análise, temas e subtemas – Sujeitos primários.....	87
Figura 22 – Resultados/ Inferências – Sujeitos primários .....	108
Figura 23 – Categorias temáticas de análises, temas e subtemas – Sujeitos secundários .....	

esquematizada.....	111
Figura 24 – Registros de Observação participante – Trilha dos túneis.....	131
Figura 25 – Resultados/ Inferências – Sujeitos secundários.....	136
Figura 26 – Interpretações finais dos resultados da pesquisa.....	142
Figura 27 – Framework integrado do comportamento de administração responsável (desejado) para trilha e rapel de natureza.....	147

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**APA** – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

**TCLE** – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE ENTREVISTA

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>30</b>
<b>2.1 Comportamento de <i>Stewardship</i>.....</b>	<b>30</b>
<b>2.1.1 Da teoria ao comportamento de <i>Stewardship</i>.....</b>	<b>30</b>
<b>2.2 A experiência do consumidor.....</b>	<b>39</b>
<b>2.3 A experiência de consumo.....</b>	<b>42</b>
<b>2.4 O turismo de natureza no contexto da aventura e lazer: Uma abordagem integrada.....</b>	<b>46</b>
<b>2.4.1 Turismo na Natureza.....</b>	<b>48</b>
<b>2.4.2 Turismo Rural.....</b>	<b>48</b>
<b>2.4.3 Ecoturismo.....</b>	<b>49</b>
<b>2.4.4 Turismo de Natureza.....</b>	<b>50</b>
<b>2.4.5 Turismo de Aventura de Natureza.....</b>	<b>50</b>
<b>2.4.6 Atividades de Aventura de Natureza como Lazer.....</b>	<b>50</b>
<b>2.4.7 As Trilhas e o Rapel de Natureza.....</b>	<b>51</b>
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>53</b>
<b>3.1 Abordagem de investigação e caracterização da pesquisa.....</b>	<b>53</b>
<b>3.1.1 O método como estratégia de investigação – Algumas considerações.....</b>	<b>54</b>
<b>3.1.2 Lócus de pesquisa - A cidade de Gravatá e suas características.....</b>	<b>56</b>
<b>3.2 Procedimentos de acesso ao campo e seleção dos participantes.....</b>	<b>60</b>
<b>3.3 Instrumentos de Coleta das evidências.....</b>	<b>63</b>
<b>3.3.1 Entrevista.....</b>	<b>63</b>
<b>3.3.2 Observação participante.....</b>	<b>66</b>
<b>3.4 Procedimento para análise das evidências coletadas.....</b>	<b>71</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>77</b>
<b>4.1 Caracterização da coleta das evidências (Campo e Sujeitos) .....</b>	<b>77</b>
<b>4.1.1 O campo e algumas descrições pertinentes.....</b>	<b>77</b>
<b>4.1.2 Sujeitos primários - Descrição sociodemográfica.....</b>	<b>82</b>
<b>4.1.3 Sujeitos secundários - Descrição organizacional.....</b>	<b>84</b>
<b>4.2 Análise das entrevistas – Sujeitos primários.....</b>	<b>86</b>
<b>4.2.1 Categoría: Predisposição dos sujeitos – Tema: Motivações intrínsecas. Subtemas: motivos, estímulos, interesses e sensações.....</b>	<b>87</b>
<b>4.2.2 Categoría: Comportamento de administração responsável – Tema: Senso de responsabilidade. Subtemas: tempo de prática, permanência, cooperação, zelo e</b>	

<i>ética</i> .....	91
<i>4.2.3 Categoria: Comportamento de administração responsável – Tema: Atitude. Subtemas: conscientização, conservação, atitudes de proteção e pró-ambiental</i> .....	99
<i>4.2.4 Análises da observação participante – Sujeitos primários</i> .....	104
<i>4.2.5 Síntese Integradora (Entrevistas e Observação Participante – Sujeitos primários) ...</i>	107
<i>4.3 Análise das entrevistas – Sujeitos secundários</i> .....	111
<i>4.3.1 Categoria: Condições Pró-organizacionais. Tema: Estrutura organizacional</i> .....	112
<i>4.3.2 Categoria: Comportamento de administração responsável. Temas: Responsabilidade ambiental; sustentabilidade; transparência; engajamento e gestão do comportamento coletivo</i> .....	118
<i>4.3.4 Análises da observação participante – Sujeitos secundários</i> .....	129
<i>4.3.5 Síntese Integradora (Entrevistas e Observação Participante – Sujeitos secundários)</i> .....	134
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	139
<b>5.1 No contexto das experiências vivenciadas</b> .....	139
<b>5.2 No contexto do Ccomportamento de dadministração Rresponsável</b> .....	141
<b>5.3 Recomendações Gerenciais da Autora</b> .....	146
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	150
<b>APÊNDICE A</b> .....	166

## 1 INTRODUÇÃO

Atividades turísticas realizadas em ambiente de natureza crescem e se destacam em suas diversidades e modalidades, seja para fins de lazer, aventura, contemplação e competição ao redor do mundo (Ertaş et al., 2022; Miller et al., 2022; Nyaupane, 2023; Silva et al., 2024), e cada uma oferece características e possibilidades específicas para seus adeptos (Martins e Da Silva, 2018), incluindo desde caminhadas em trilhas e observação da fauna e flora, até práticas radicais como *rafting*, *Trekking*, rapel e escalada (Oliveira et al., 2023).

Por ocorrerem em cenários naturais, como em florestas, parques, montanhas, rios, praias, matas e outros, essas atividades vêm atraindo muitos adeptos e turistas (Massini et al., 2021), que buscam viver ou reviver momentos relaxantes, positivos, curativos, desafiadores, estimulantes e de flazer (Su et al., 2020, 2021; Clark & Nyaupane, 2025).

Alguns estudos trazem perspectivas que divergem e se assemelham no que tange aos termos do turismo realizado em ambiente de natureza, como exemplos: O turismo rural, o ecoturismo, o turismo de natureza, o turismo de aventura, o turismo de aventura de natureza como lazer, etc. O turismo rural, tem suas atividades voltadas para a vivência da vida no campo, incluindo a valorização da cultura, tradições e atividades agrícolas, da produção e do comércio local (Busby & Rendle, 2000; Leischer & Tchetchik, 2002; Gonçalves, 2020; Correia et al., 2020; Holland et al., 2022).

O ecoturismo, amplamente difundido na atualidade, caracteriza-se por atividades planejadas e controladas que priorizam a educação ambiental, a proteção e a conservação dos ecossistemas, predominantemente em áreas legalmente protegidas (Ceballos-Lascurain, 1996; Nyaupane et al., 2023; Nyaupane et al., 2024).

Em perspectiva mais abrangente, o turismo de natureza compreende modalidades realizadas em ambientes naturais cuja principal motivação é a contemplação ou a imersão na paisagem, independentemente da existência de infraestrutura formal (Martins & Silva, 2018; Miller, Clausen & Cater, 2022; Poudel & York, 2024).

Já o turismo de aventura destaca-se pela busca de desafios e emoções, podendo ocorrer em cenários naturais ou urbanos, e inclui práticas que envolvem risco e potencial geração de impactos significativos (Buckley, 2006; Gouveia, 2014; Rantala et al., 2018; Lemos, 2020; Nyaupane et al., 2022; Deb et al., 2023).

Dentro desse conjunto entre nomenclaturas e distinções, o turismo de aventura de natureza em sua dimensão de lazer, depende exclusivamente do ambiente natural, oferecendo vivências emocionantes, desafiadoras e por vezes arriscadas, resultantes da interação direta dos

sujeitos com a paisagem (Da Cruz Vitorio, 2023; Pomfret et al., 2023).

Em sentido geral, partindo das especificidades das diferenças e semelhanças conceituais, o turismo realizado na natureza oferece uma forte conexão com o meio ambiente, com perspectivas de preservação, interação individual e coletiva (Nyaupane et al., 2024). Enquanto umas enfatizam a sustentabilidade e a educação ambiental, outras exploram desafios emocionantes em meio à natureza, atividades específicas, presença de riscos e perigos significativos, mas também uma proposta de proteção ambiental em suas práticas.

A perspectiva conceitual aqui abordada, traz o turismo de aventura de natureza, por agregar propostas mais adequadas e completas à esta investigação no que tange às suas perspectivas de consumo, onde os sujeitos pagam e dependendo da localidade, pagam caro para realizá-lo (Clark e Nyaupane, 2025), tendo estes inúmeras motivações para fazê-lo.

Rantala et al. (2018), Lemos (2020), Deb et al. (2023) e Ordiñana-Bellver et al. (2024), citam alguns exemplos dessas motivações individuais, para que as atividades de aventura de natureza realizadas dentro do segmento turístico, sejam tão apreciadas ao redor do mundo. Algumas dessas são: motivações individuais e pessoais de cada adepto-praticante, oportunidade de realizar comportamentos pró-ambientais tanto individuais quanto coletivos, efeitos cognitivos gerados, o bem-estar emocional e psicológico ao imergir em ambiente natural, entre outros.

Outros pontos pertinentes associados à contra mão dessas motivações são as questões operacionais que essas atividades podem gerar, principalmente pela presença masiva de pessoas em ambientes de natureza, como: impactos ambientais, dificuldade preservação do patrimônio ecológico, descaracterização, contaminação, entre outros (Buckley, 2006; Gouveia, 2014; Nyaupane, 2023).

Compreende-se a partir da conceituação utilizada, que o turismo de aventura de natureza se utiliza do meio ambiente como atrativo principal, gerando um consumo importante para muitos atores de acordo com Ordiñana-Bellver et al. (2024), e experiências significativas para os consumidores-adeptos a partir de suas vivências, interações, conexões e práticas (Shen et al., 2024).

Nesse sentido, de acordo com Cavalcanti (2024), as experiências podem gerar vivências únicas e inesquecíveis, e tendo a natureza como principal cenário pode vir a contribuir na geração de efeitos positivos tanto para o ser humano quanto para as organizações que o promove (Li Q, 2022).

Clássico e ao mesmo tempo contemporâneo, os estudos de Holbrook e Hirschman (1982), principiaram a discussão acerca das experiências, onde afirmaram que esta pode estar

envolvida em interações e estímulos internos do indivíduo. Em complemento a esta afirmativa, Addis e Holbrook (2001) discorreram acerca das experiências e que estas não são consumidas como produtos ou serviços, e sim como momentos marcantes e muitas vezes único para os indivíduos.

Partindo dessas premissas, as atividades de aventura de natureza, ofertadas em pacotes turísticos e vivenciadas em um recorte temporal específico, mobilizam predominantemente o aspecto emocional dos sujeitos (Li Q., 2022). Suas decisões e interações decorrem do desejo de romper com o cotidiano, acessar sensações inéditas e vivenciar estímulos diferenciados (Ordiñana-Bellver et al., 2024). Assim, a experiência configura-se como aquilo que os consumidores projetam e esperam sentir, assumindo um caráter intencional e carregado de significado (Cavalcanti, 2024).

Estudos destacam que a excitação, o risco calculado e a fuga do turismo urbano constituem elementos centrais que potencializam as experiências de lazer e aventura, favorecendo a imersão e os sentimentos despertados pelo novo (Dantas & Pires, 2015; Clausen & Cater, 2022; Nyaupane et al., 2023; Pomfret et al., 2023).

Inseridos nesse contexto, os consumidores do turismo de aventura de natureza buscam emoção e “adrenalina” em contato com ambientes rústicos e autênticos, onde podem vivenciar sensações que rompem com a rotina (De Brito Alves et al., 2024). Para Höpner (2017), esse movimento está associado ao desejo por experiências extraordinárias, capazes de reunir acontecimentos dotados de profundidade e significado.

Na visão contemporânea do marketing, a experiência emerge da interação e da troca entre os sujeitos e, por ser permeada por influências internas e externas, adquire profundidade emocional e múltiplas camadas de significado (Carú & Cova, 2020). No plano individual, configura-se como um estado psicológico multidimensional, específico, autêntico e significativo, podendo inclusive integrar aspectos identitários do consumidor (Cavalcanti, 2024).

Sob outra perspectiva complementar, Shen et al. (2024), compreendem a experiência como um acontecimento valioso que envolve simultaneamente razão e emoção, refletindo expectativas, sentimentos e processos de decisão que orientam o sentir, o pensar, o agir e o se relacionar. De forma convergente, Lee e Lee (2021) argumentam que a experiência é vivida em todas as dimensões do ser humano e contribui para o aprimoramento de valores sociais e emocionais.

Diante das discussões apresentadas, alguns aspectos tornam-se centrais para a compreensão deste estudo. O primeiro deles diz respeito ao entendimento de que o turismo de

aventura de natureza é buscado pelo consumidor-adepto como uma oportunidade de lazer e aventura capaz de gerar experiências profundas, abrangendo dimensões internas e externas, individuais e coletivas.

Nesse contexto, a demanda por essas práticas não se configura apenas como o consumo de um serviço turístico, mas como a busca por vivências únicas e memoráveis, realizadas em ambientes naturais rústicos, onde o risco é elemento integrante e onde também podem ocorrer impactos, degradação e descaracterização da paisagem (Cavalcanti, 2024; Quang & Thuy, 2024; Nyaupane et al., 2024; De Brito Alves et al., 2024).

A partir desse entendimento, emerge um segundo aspecto relevante: a necessidade de investigar como essas experiências são vividas e interpretadas pelos consumidores no contexto de Gravatá, município da região do agreste pernambucano, lócus deste estudo. Embora o turismo de aventura de natureza seja amplamente discutido na literatura nacional, grande parte das investigações concentra-se nas regiões Sudeste e Sul (Fonseca et al., 2022), evidenciando uma lacuna relacionada ao Nordeste brasileiro e às suas potencialidades específicas nesse segmento.

Analizar esse fenômeno em Gravatá-PE-Brasil, torna-se essencial para ampliar a compreensão sobre o consumo e as experiências que emergem das práticas de aventura em ambientes naturais, bem como sobre questões de gestão, inovação e impactos socioambientais que ainda são pouco explorados nas pesquisas em turismo no Brasil e especialmente no Nordeste brasileiro.

Partindo dessa lacuna, este estudo toma Gravatá, município do agreste pernambucano, como lócus da investigação, uma vez que a região se destaca pela elevada demanda por atividades de turismo de natureza e é reconhecida como uma das áreas mais promissoras da mesorregião do Agreste e da microrregião do Vale do Ipojuca para o turismo de aventura (Freitas, 2021; Mesquita, 2021; Queiroz e Lima, 2023; Dias & Vital, 2024; Moura et al., 2024).

Gravatá, caracteriza-se como região de brejo, apresentando mata serrana de altitude, temperaturas específicas, relevo acidentado e um patrimônio geológico singular (Köppen & Geiger, 1928; Ab'Saber, 2003). Esses elementos estruturam um ambiente altamente favorável para modalidades como trilha e rapel, posicionando o município entre os principais destinos de turismo de aventura de natureza do Estado de Pernambuco (Dias & Vital, 2014; Galvão, 2019; Freitas, 2021; Vieira, 2022, De Brito Alves et al., 2024).

Mesmo com tantas características que propiciam Gravatá e a região do agreste de Pernambuco como fonte de pesquisas acerca do turismo de aventura de natureza (De Brito Alves et al., 2025), há escassez de estudos científicos que abordem este segmento, visto que a

localidade com todo seu potencial, e as experiências turísticas realizadas na natureza como um potencial de consumo, ainda não recebeu a devida atenção acadêmica (Queiroz & Lima, 2023).

Compreende-se que o turismo de aventura de natureza relaciona-se em amplos aspectos com a possibilidade de construir um senso de responsabilidade ambiental, comportamental e educativa, como também a perspectiva das ações dos praticantes e proponentes frente ao ambiente de natureza utilizado como lazer (Hassan et al., 2024).

Esse contexto, insere à discussão, a importância do estudo, da compreensão do protagonismo turístico socioambiental e econômico do agreste pernambucano e da cidade de Gravatá como um ambiente particularmente natural, propício às experiências do consumidor-adepto que buscam o lazer em um cenário de natureza, aventura e risco (De Brito Alves et al., 2024).

Oliveira e Ximenes (2012), Queiroz Bezerra e Lima (2023) e Nyaupane et al. (2024), destacam a força da demanda turística em áreas de natureza rústica e o valor intrínseco do turismo de natureza. Esses estudos evidenciam que este atua como potencializador econômico e cultural, promovendo pertencimento e desenvolvimento local, como também pode gerar impactos sociais e, sobretudo, ambientais, devido à interação direta do homem com a natureza (Quang & Thuy, 2024).

A partir desse direcionamento, mais um aspecto pertinente deste estudo corresponde à possibilidade de geração de impactos significativos no meio ambiente em virtude da presença e interação humana direta. O indivíduo que experiente o turismo de aventura em natureza estabelece trocas constantes à medida que as atividades acontecem, configurando inter-relações entre fenômeno, sujeito e objeto, as quais produzem efeitos relevantes no cenário ambiental e demandam cuidado, zelo e proteção (Ordiñana-Bellver et al., 2024).

Essas premissas, levam ao entendimento de que o fortalecimento do turismo de aventura em natureza depende intrinsecamente da própria natureza, já que sem suas características singulares esse segmento e suas atividades não existiriam (Pomfret et al., 2023). Portanto, em Gravatá-PE, as atividades experientes que mais se destacam são a trilha e o rapel, sendo considerada as modalidades mais demandadas atualmente na região (Mesquita, 2021; De Brito Alves et al., 2024).

Contudo, os estudos de Freitas (2021) e Nyaupane (2023), ressaltam a necessidade de considerar os impactos potenciais desse turismo, como a degradação ambiental, a urgência de práticas sustentáveis para preservar os recursos naturais, a importância de uma interação ética e responsável do visitante com todas as formas de vida (Severo, 2017; Iared et al., 2022; Brandino et al., 2022; Silva et al., 2024); além de políticas de planejamento do turismo em áreas

naturais, limites legais e responsabilidade ambiental compartilhada (Clark & Nyaupane, 2025).

Em contribuição às premissas anteriores, entre os riscos mais críticos estão o *overtourism*, que pode gerar degradação se não houver planejamento e conservação adequados (Dodds & Butler, 2019; Millano & Russo, 2024; Coconi et al., 2024), a pressão sobre ecossistemas, resultando em danos à fauna, flora, poluição e erosão (Testa et al., 2020), além das alterações na paisagem e nos habitats naturais decorrentes da infraestrutura necessária às práticas de trilhas e rapel (Igari et al., 2020).

Outra observação pertinente ao cenário do turismo de aventura de natureza é a possível exclusão das comunidades locais dos benefícios econômicos (Vieira, 2020); e a ausência de uma gestão inclusiva, em que os lucros podem ser concentrados nas mãos de grandes operadores turísticos, resultando em poucos benefícios diretos para as comunidades locais, podendo gerar desigualdades econômicas e sociais, além de conflitos entre moradores e turistas (Mesquita, 2021; Boulhosa et al., 2021).

Além disso, a promoção intensa do turismo de aventura pode levar à "turistificação" de Gravatá (Mesquita, 2021; Oliveira, 2019), onde a cultura local e o modo de vida tradicional são comercializados e alterados para atender às expectativas dos turistas. Isso pode resultar na perda de autenticidade cultural e na descaracterização da identidade local, afetando negativamente a experiência tanto dos moradores quanto dos visitantes (Gomes, 2024).

Nessa perspectiva, comprehende-se que o turismo de aventura de natureza em suas modalidades da trilha e do rapel, proporcionam experiências que implicam o uso e o uso não usual do espaço e consequentemente geram ações humanas e reações na natureza (Nunes et al., 2021), acarretando impactos diretos ao ambiente natural, que necessita de preservação, cuidado e proteção (Nascimento, 2019; Ordinana-Bellver et al., 2024).

A partir dessas reflexões, se apresenta o quarto aspecto e o principal desta investigação, que é o 'Comportamento de *Stewardship*' nas experiências de consumo do turismo de aventura de natureza dos adeptos que vivenciam a trilha e o rapel em Gravatá-PE. Salientando que a partir deste ponto, todas as definições aqui adotadas estão direcionadas ao campo da ciência da gestão.

Por tanto, este estudo comprehende o comportamento de *Stewardship* como uma extensão da Teoria de *Stewardship*, fundamentada em autores que o associam às áreas de gestão e marketing, como Donaldson e Davis (1991), que o descreve como a atuação do indivíduo enquanto "guardião" de um espaço, zelando para que outros possam usufruí-lo.

Hernández (2012), enfatiza sua postura de proteção do bem-estar individual e coletivo em longo prazo. O termo "Stewardship" origina-se do inglês *steward*, que significa mordomo

ou administrador (Francisco et al., 2020). No contexto corporativo, refere-se à responsabilidade de gestores e líderes em administrar recursos de terceiros com diligência e transparência.

Na esfera ambiental, pesquisadores como Andđelković et al. (2022) e Nkaizirwa et al. (2021) o relacionam-no à administração ambiental, destacando que a motivação intrínseca do indivíduo, baseada em valores, atitudes e crenças, os orienta a adotar comportamentos voltados à proteção e restauração da natureza. Para Bennett et al. (2018) e Farrukh et al. (2023), o sentimento de conexão com a natureza e a valorização de sua importância são fatores centrais que impulsionam as premissas do *Stewardship*.

No entanto, o termo mais adequado para este estudo é “Comportamento de Administração Responsável”, conforme a tradução proposta por Silva et al. (2020), que enfatiza a predisposição dos sujeitos a agir com ética, responsabilidade, cooperação e colaboração na gestão e uso dos recursos ambientais. Nkaizirwa et al. (2021), também reforçam essa perspectiva ao evidenciar a motivação intrínseca que leva os indivíduos a protegerem, zelar e restaurar o meio ambiente.

Complementarmente, Kaveski e Beuren (2022) ampliam o conceito ao abordar a administração responsável em sua dimensão pró-organizacional, direcionada às responsabilidades de sujeitos que promovem experiências no meio ambiente, vinculando-as à sustentabilidade, transparência e responsabilidade coletiva no uso dos espaços naturais.

Neste estudo, o comportamento de administração responsável é compreendido como um conjunto de ações, disposições e práticas orientadas por valores intrínsecos, pela conexão afetiva com a natureza e pelo compromisso ético com a conservação do ambiente. Esse comportamento se manifesta tanto entre os sujeitos que experienciam as atividades de aventura, por meio de atitudes de cuidado, respeito, consciência ambiental e cooperação coletiva, quanto entre os proponentes dessas experiências, cujas responsabilidades incluem a criação de condições estruturais, operacionais e educativas que favoreçam a proteção dos espaços naturais.

Assim, trata-se de um conceito integrado, que articula dimensões pró-ambientais (relacionadas à vivência direta no ambiente natural) e dimensões pró-organizacionais (associadas à gestão, orientação e mediação das práticas), reconhecendo que a administração responsável emerge da interação entre quem vivencia e quem promove o turismo de aventura de natureza.

Nesse contexto, os sujeitos da pesquisa são divididos em duas classes: os consumidores-experienciadores adeptos (sujeitos primários), e os proponentes como: empresas, guias e monitores (sujeitos secundários). O objeto de análise deste estudo é o comportamento de administração responsável de ambos os sujeitos, entendido como a predisposição dos

praticantes de trilha e rapel a agir individualmente e coletivamente em favor da proteção e preservação ambiental (Silva et al., 2020), bem como as responsabilidades pró-organizacionais de promotores, inseridos nos marcos da sustentabilidade, da responsabilidade socioambiental e da transparência (Kaveski & Beuren, 2022).

É importante destacar que, a partir do levantamento bibliográfico realizado nas principais bases de dados durante a construção desta dissertação (2024 – 2025), não foram identificados estudos que analisem simultaneamente os comportamentos de administração responsável de praticantes de trilha e rapel – sujeitos primários – e de seus promotores, como empresas, guias e monitores – sujeitos secundários – no contexto brasileiro.

Ou seja, não há pesquisas que investiguem, de forma integrada, as motivações, atitudes, influências e práticas desses dois grupos, nem os efeitos que tais comportamentos exercem sobre o turismo de aventura de natureza no agreste pernambucano. Essa ausência evidencia uma lacuna teórico-empírica que este estudo busca preencher.

Considerando que a utilização dos recursos naturais é indissociável da interação humana com o ambiente, torna-se essencial investigar os valores intrínsecos e extrínsecos que orientam tais sujeitos à adoção de comportamentos de administração responsável na experiência do turismo de aventura em Gravatá-PE. Portanto, a presença constante de pessoas pode causar impactos negativos à natureza, como manipulação, degradação e descaracterização do cenário natural, podendo fragilizar e comprometer o meio ambiente no que tange às experiências futuras.

Nessa perspectiva, este estudo levanta o seguinte questionamento: Como as experiências vivenciadas no turismo de aventura de natureza, especificamente nas modalidades de trilha e rapel em Gravatá (PE), impactam o comportamento de administração responsável, sob as perspectivas da predisposição individual e pró-organizacionais dos sujeitos envolvidos?

Portanto, este estudo investigará as experiências dos consumidores que praticam turismo de aventura em ambientes naturais de Gravatá, com foco no lazer, e analisará de que maneira essas vivências influenciam a adoção de comportamentos de administração responsável. Em outras palavras, busca-se compreender se – e por quais razões – os sujeitos envolvidos agem com responsabilidade na relação com a natureza. A partir das questões norteadoras apresentadas a seguir, o estudo examinará como o contato direto com o ambiente natural impacta práticas responsáveis nos espaços visitados.

## **Questões norteadoras de pesquisa**

A partir da perspectiva apresentada na introdução, foram delineadas a questão central

(exposta no problema de pesquisa) e as questões norteadoras desta investigação (Creswell & Creswell, 2021). Este autor sugere que as questões de pesquisa são mais apropriadas para a abordagem qualitativa em comparação à definição de objetivos. As questões norteadoras são formuladas no início de uma pesquisa qualitativa com o intuito de orientar o percurso investigativo, estabelecendo o direcionamento da pesquisa e facilitando a exploração dos temas relevantes.

A preferência pelo uso do termo questões norteadoras, em pesquisas qualitativas, se justifica, pois esse conceito representa melhor a abordagem, flexível e aberta, característica de estudos de caso. Isso permite que os pesquisadores se concentrem na obtenção de uma compreensão profunda das experiências e perspectivas dos participantes (Creswell & Creswell, 2021). Sendo assim, foram desenvolvidas as questões que serão apresentadas abaixo:

1. **Sujeitos primários:** Influência da predisposição destes, no comportamento de administração responsável individual e coletivo, ao experienciarem atividades de aventura de natureza:

- Quais são as principais motivações intrínsecas (motivos, estímulos, interesses e sensações) que levam o consumidor-adepto a experienciar de atividades de aventura em trilha e rapel de natureza no Agreste Pernambucano?
- Como essas motivações intrínsecas impactam o comportamento de administração responsável?
- De que maneira as experiências de aventura em trilha e rapel de natureza moldam a percepção dos consumidores-adeptos sobre o senso de responsabilidade individual e coletiva (cooperação ética, zelo e cuidado com a natureza, e o tempo de permanência em ambientes naturais) e como isso influencia positivamente o comportamento de administração responsável?
- Quais aspectos de atitude individual e coletiva (Conservação, conscientização e educação) colaboram para um comportamento de administração responsável nas experiências vivenciadas?
- Quais atitudes são mais eficazes em engajar os sujeitos em um comportamento de administração responsável?

2. **Sujeitos secundários – Empresas promotoras do turismo de natureza e aventura e seus profissionais:** Promoção do comportamento de administração responsável pelas empresas.

- Como as empresas promovem a experiência no turismo de aventura de natureza para Gravatá-PE?

- Quais razões ou motivações para que a empresa atue proporcionando as experiências no turismo de aventura e natureza na localidade de Gravatá-PE?
- Existem orientações ou iniciativas por parte da empresa que estimule e incentive as práticas de administração responsável de seus clientes?
- Qual é o maior desafio que a empresa enfrenta para aplicar e estimular as práticas de administração responsável?

Neste estudo, a análise do comportamento de administração responsável tem como ponto de partida as experiências vivenciadas no turismo de aventura de natureza e como essas vivências reverberam nas atitudes dos sujeitos envolvidos. Entre os praticantes – sujeitos primários – o foco recai sobre aspectos de ética, proteção, conservação e consciência ambiental, orientados por motivações intrínsecas de cuidado com o meio natural (Silva et al., 2020; Nkaizirwa et al., 2021).

Já entre os sujeitos secundários – empresas, guias e monitores – destacam-se as responsabilidades pró-organizacionais, voltadas à sustentabilidade, à gestão adequada das práticas e à criação de condições que favoreçam condutas responsáveis por parte das equipes e dos clientes (Kaveski & Beuren, 2022).

Portanto, ao integrar essas duas dimensões, comprehende-se que o comportamento de administração responsável não é apenas uma atitude isolada, mas um processo relacional que emerge da experiência vivida e da forma como esta é mediada pelos promotores das atividades. No turismo de aventura em trilhas e rapel, essa dinâmica revela que valores, motivações e responsabilidades não se expressam de maneira desconexa: eles se entrelaçam, se influenciam mutuamente e moldam a maneira como o ambiente natural é percebido, utilizado e cuidado.

Assim, a investigação permitirá captar como essas interações configuram práticas responsáveis – ou a ausência delas – e de que modo elas influenciam a qualidade das experiências, a sustentabilidade do território e o próprio futuro do turismo de natureza na região pesquisada.

## 1.2 Justificativa

Pautado na compreensão do comportamento de administração responsável e seu impacto no turismo de aventura de natureza na região de Gravatá-PE, este estudo apresenta discussões a partir das experiências vivenciadas pelo adepto-consumidor nas modalidades da trilha e do rapel como lazer, bem como aspectos do seu desenvolvimento, promoção e características (Silva et al., 2020; Nyaupane, 2023 ).

Alguns estudos clássicos abordam fortemente o turismo rural, que a partir de muitos desmembramentos, legislações, normas e regulamentações (Meira Albach, 2022; França et al. 2023), surge o turismo de aventura de natureza e suas diversas atividades e modalidades (Cruz Vitório, 2023).

Nesse contexto, este estudo traz um dos desdobramentos do turismo rural que é o turismo de aventura de natureza nas modalidades da trilha e do rapel, como um campo que proporciona ao consumidor-adepto experienciar o lazer de aventura em seu caráter não competitivo (Lopes, 2022), de forma a vivenciar o ambiente de natureza rústico e propício às práticas, que agregam a diversão, a adrenalina e a exposição ao risco no agreste pernambucano (Freitas, 2021; Wu, 2022; Nyaupane et al., 2024).

Este campo emergente de experiências turísticas que une aventura e natureza, oferece insights importantes para a ciência da administração, especialmente na linha do marketing (Marques, 2022), pois busca elucidar como as experiências de turismo em ambientes naturais podem ser planejadas, realizadas, controladas e melhoradas (Santos, 2023), contribuindo direta e indiretamente à preservação e conservação ambiental e consequentemente para a qualidade de vida dos seus adeptos-consumidores (Teles & Vilaça, 2022; Silva, 2022).

A inspiração para este estudo partiu de vivências e indagações empíricas da pesquisadora, mediadas pela possibilidade científica de reconhecimento de mais um campo de estudo para a experiência do consumidor do agreste pernambucano, como também do papel transformador que o turismo de aventura de natureza desempenha na vida dos adeptos, da comunidade e da localidade (Pereira & Costa, 2023; Araújo et al. 2023).

Nesse contexto, ao experienciar atividades como a trilha e o rapel, os adeptos não buscam apenas diversão, mas também lazer, desafio e fuga do ambiente urbano (Moreira, 2021), se conectando a partir da imersão na natureza, onde experimentam emoções únicas, podendo levá-los ao desenvolvimento de uma relação profunda com a natureza (Cavalcanti, 2023; Silva et al., 2020; Milano, 2023; De Brito Alves, et al. 2024).

Essa conexão é fundamental para compreender aspectos do comportamento de administração responsável, tanto por parte dos adeptos-consumidores quanto dos seus proponentes (Padovezi, 2022; Cunha, 2022). Além disso, por essas práticas incentivarem a exploração de novos lugares, também geram benefícios econômicos locais (Nyaupane et al., 2024), criando oportunidades importantes para o consumo como experiência (Carù & Cova, 2020; Muniz et al. 2024), aspectos que ampliam a relevância deste estudo para a sociedade, para o turismo regional, para Gravatá e para a academia.

Do ponto de vista científico, esta pesquisa contribui significativamente para estudos

acerca da experiência do consumidor, do consumo como experiência, do turismo de aventura de natureza e consequentemente para outras frentes de consumo que se movimentam a partir destes (Mendes et al., 2012; Martins & Da Silva, 2018; Lemes & Belarmino, 2022; Paniguel et al., 2024).

Ao investigar as motivações, expectativas e satisfações dos consumidores-adeptos, o estudo oferece subsídios para entender como as experiências de aventura moldam e impactam as percepções individuais sobre ética, protagonismo, proteção, consciência e conservação ambiental, como também compreender como atuam profissionais e empresas do segmento.

Nesse contexto, esses elementos são cruciais à promoção de práticas sustentáveis que garantam a longevidade dessas atividades, possibilitando a diminuição de impactos ambientais, maximizando a combinação de benefícios socioeconômicos e socioambientais (Silva et al., 2020; Kaveski & Beuren 2022).

A teoria do comportamento de administração responsável, foi escolhida como protagonista deste estudo, pois emerge atualmente para pesquisas no campo da gestão e do marketing, especialmente por considerar as tomadas de decisão e comprometimento existentes nos sujeitos como um indivíduo responsável pelas ações que pratica, e nas organizações por proporcionarem uma cultura de “guardiãs” de seus espaços de atividade, alinhados ao comprometimento dos seus gestores, líderes, empreendedores, etc. (Moutinho et al., 2020; Silva et al., 2020; Weissmantel et al., 2021; Costa & Fernandes, 2024).

Dessa maneira, a teoria base desta dissertação possui uma abordagem que fundamenta a compreensão de como os consumidores-adeptos, ao vivenciarem atividades como trilha e rapel, podem desenvolver um senso de responsabilidade, zelo e cuidado profundo, sendo verdadeiros “guardiões” do meio ambiente, assumindo papéis ativos de zelo, cuidado e conscientização para com os recursos naturais (Silva et al., 2020; Kaveski & Beuren 2022).

No contexto do turismo de aventura de natureza, onde a interação direta com ecossistemas frágeis é existente (Costa, 2024), a aplicação da teoria do comportamento de administração responsável, permitirá explorar as motivações individuais, como por exemplo, o desejo de contato com a natureza, adrenalina, risco calculado e fuga do cotidiano (Cavalcante et al. 2024), e sua possível convergência para comportamentos coletivos de proteção, conservação e consciência ambiental (Silva et al., 2020; Vargas, 2022; Paolucci, 2022; Portela, 2022), a partir das experiências turísticas como consumo (Costa & Fernandes, 2024).

Ao integrar a perspectiva do comportamento de administração responsável às experiências de lazer, o estudo amplia o entendimento sobre como práticas socioambientais podem ser incentivadas não apenas pelos gestores do turismo, mas também pelos próprios

participantes, promovendo um ciclo virtuoso de conservação e valorização ambiental (De Lima, 2024).

Dessa forma, a teoria do comportamento de administração responsável se consolida como um arcabouço essencial para orientar pesquisas que buscam equilibrar o crescimento econômico, a satisfação do consumidor e a preservação dos ecossistemas naturais no turismo de aventura, a partir das ações e reações dos sujeitos envolvidos (Vieira, 2022; Mota, 2020; Dos Ribeiro, 2023; Santos et al., 2024).

A escolha do lócus da pesquisa recai sobre a cidade de Gravatá, situada na região agreste do estado de Pernambuco, Brasil, devido à sua relevância direta e estratégica para o estudo do turismo de aventura de natureza. Essa pertinência se justifica tanto pelo interesse crescente dos adeptos-consumidores quanto pela atuação de empreendedores e profissionais que atuam neste segmento (Nyaupane et al., 2023).

Conforme destacado por Bessa et al. (2024), o turismo de aventura de natureza como forma de lazer tem apresentado uma tendência ascendente não apenas no Brasil, mas também em nível global, corroborado por estudos como os de Silva e Pereira (2022), Deb e Das (2024), Costa e Fernandes (2024), Carneiro et al. (2024) e Clark e Nyaupane (2025).

Gravatá destaca-se como um destino emergente no turismo de aventura de natureza, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social local ao atrair visitantes em busca desse tipo de experiência. Estudos recentes evidenciam os impactos positivos dessa modalidade na dinâmica da cidade (Bicalho, 2022; Silva, 2023; De Brito Alves, 2024), o que justifica a escolha do município como cenário deste estudo de caso.

Como contraponto, no entanto, a ausência de pesquisas que abordem as motivações dos consumidores, os impactos e o alcance de suas experiências no turismo de aventura de natureza, representa uma lacuna no Brasil e particularmente no nordeste brasileiro, abrindo precedentes para estudos científicos que tratem não apenas da expansão e crescimento, mas do desenvolvimento equilibrado e consciente deste segmento (Valença, 2015; Freitas, 2021; Souza Júnior et al., 2024).

A partir deste estudo, podem ser construídos insights importantes para os setores privado e público envolvidos com o turismo de aventura de natureza, como por exemplo: Formuladores de políticas públicas e gestores do setor turístico de Gravatá-PE e da região do agreste pernambucano; empresas e empresários; profissionais especializados; cursos de aperfeiçoamento e qualificação, etc., possibilitando o desenvolvimento de ações reais voltadas especificamente à orientação dessas práticas, criação de normas e orientações que implantem uma gestão sustentável das atividades de trilha e rapel realizadas pelo turismo de aventura de

natureza.

Nessa perspectiva, os benefícios desta pesquisa extrapolam os limites geográficos, acadêmicos e temporais, não obstante ao crescimento econômico, mas considerando primordialmente a preservação ambiental, seja a natureza parte de área de proteção ambiental (APA) ou não.

Portanto, para a academia, o estudo enriquece o campo do marketing, da experiência do consumidor, do consumo como experiência e da gestão (Sainz, 2023), e que a partir dessa abordagem, pode possibilitar abertura de novos caminhos para futuras investigações acerca do comportamento de administração responsável em diferentes contextos do turismo de aventura de natureza.

Para a humanidade, os resultados podem inspirar uma maior conscientização sobre a importância de proteger os recursos naturais e promover um turismo que respeite os limites do planeta (Nyaupane, 2024), garantindo que as gerações futuras possam desfrutar dessas experiências sem comprometer a integridade ambiental (Pompeu & Vasconcelos, 2023).

Essa dissertação justifica-se não apenas em sua proposta de responder às questões acadêmicas relevantes, mas também oferece um estudo de caso que agrega o enfrentamento de desafios contemporâneos reais relacionados à agenda 2030 e ao turismo de aventura de natureza realizados em Gravatá-PE, que ao destacar aspectos do comportamento de administração responsável dos sujeitos nas experiências no turismo de aventura de natureza, reforça a urgência na adoção de práticas ambientais responsáveis que beneficiem todos os envolvidos e principalmente o ambiente de natureza utilizado para fins de lazer (Evangelista, 2020).

Ao refletir sobre o papel transformador desse tipo de turismo, fica evidente que ele só poderá cumprir seu potencial se alinhado a uma visão de longo prazo, que respeite as comunidades locais e preserve os ecossistemas naturais para as gerações futuras. Portanto, esta dissertação reafirma sua relevância não apenas para a ciência e o campo do marketing sob a ótica da experiência do consumidor, mas também para o segmento do turismo de aventura de natureza, destacando a necessidade premente de práticas de administração responsáveis no uso dos espaços naturais como fonte de lazer.

Com a proposta de debater acerca de uma visão de mundo empobrecida e não coerente com as necessidades atuais, onde os interesses imediatos muitas vezes prevalecem sobre o bem coletivo, o comportamento de *stewardship* ou administração responsável, fica em evidência, e será discutido como um conceito que tem ganhado destaque por sua capacidade de abordar a promoção da gestão responsável e ética dos recursos compartilhados.

O próximo capítulo apresenta o referencial teórico, ou seja, os alicerces conceituais que

embasam e sustentam esta dissertação, e se inicia com a abordagem da teoria base que é o comportamento de *stewardship* ou administração responsável, seu contexto, características, extensão, tradução e como foi direcionado para esta pesquisa, levando-se em consideração sua construção sociológica, mas que para este estudo sua abordagem será gerencial.

Em seguida, será discutida a experiência do consumidor em seus conceitos, compreensões e argumentos, como também a experiência como consumo, destacando seu papel nas vivências sensoriais e emocionais dos sujeitos na construção do comportamento de administração responsável. Por fim, será apresentado um compilado de conceitos no que tange ao turismo de natureza, enfatizando a interseção entre aventura e lazer, evidenciando sua abordagem integrada, seus desmembramentos e influências.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A crescente busca por atividades de aventura de natureza no campo do turismo tem revelado uma profunda conexão entre o ambiente natural e a experiência do consumidor (Nyaupane, 2023). Estudos recentes destacam como práticas de trilha e rapel não apenas promovem o bem-estar físico e mental, mas também influenciam comportamentos individuais, coletivos e as experiências como consumo (Ordiñana-Bellver et al., 2024).

Esse capítulo se inicia com o debate acerca da base teórica e ao mesmo tempo objeto deste estudo, o comportamento de *Stewardship* ou Administração Responsável, que a partir das experiências vivenciadas pelo consumidor-adepto do turismo de aventura de natureza nas modalidades da trilha e do rapel, poderá ser compreendido a partir das perspectivas pretendidas.

### 2.1 Comportamento de *Stewardship*

#### 2.1.1 Da Teoria ao Comportamento de *Stewardship*

A Teoria do *Stewardship* surgiu como uma resposta à Teoria da Agência, que predominava na governança corporativa (Donaldson e Davis, 1991). Enquanto a Teoria da Agência assume que os gestores agem principalmente em benefício próprio, necessitando de mecanismos de controle para alinhar seus interesses aos dos proprietários e possui perfil de liderança rígido (Holmstrom, 1989); a Teoria do *Stewardship* propõe que os gestores são motivados por fatores psicológicos e intrínsecos e agem no melhor interesse da organização e de seus stakeholders ao invés de perseguirem apenas seus próprios interesses (Hernandez, 2008).

Compreende-se que as organizações atuam em meio a ambientes complexos e competitivos, e esses exercem influência sobre o comportamento do gestor, que de acordo com Rodrigues (2013), pode ser explicado por duas visões: a primeira baseada na abordagem econômica, e a segunda na abordagem sociológica e psicológica.

A partir desse entendimento, o autor defende no que se refere à primeira visão, que o modelo econômico descreve o homem por meio da Teoria da Agência, definindo-o como oportunista e motivado a atender principalmente aos seus próprios interesses; a segunda visão se refere à segunda abordagem que entende o homem como coletivo e automotivado, voltado aos interesses da organização, partindo de sua predisposição individual a agir como um gestor que atua com confiabilidade e reciprocidade em aspecto coletivo, descrevendo assim o modelo da Teoria de *Stewardship* (Rodrigues, 2013).

Para compreender a origem do termo “*Stewardship*”, é necessário se remeter à palavra

inglesa “*steward*”, que significa “mordomo ou administrador” ou alguém que “serve” a alguém (Francisco et al., 2020). No contexto corporativo, refere-se à responsabilidade dos gestores em cuidar dos recursos de terceiros com diligência e transparência, em que implica em uma série de práticas que visam proteger os interesses tanto dos investidores, administradores, gestores e colaboradores a fim de melhorar a eficiência operacional e fortalecer a reputação da empresa (Silva & Costa, 2018).

A teoria do *Stewardship* vê os gestores intrinsecamente motivados a trabalhar guiados no serviço do bem da organização, alinhando seus objetivos pessoais com os objetivos organizacionais (Martucheli, 2023). Logo, enquanto na teoria da agência o foco é no controle e que a autonomia do gestor é reduzida a fatores como os de motivação e de interesses individuais, na teoria *Stewardship* a autonomia do “*steward*” apresenta-se aumentada.

Divergente com os pressupostos da teoria da agência, a teoria do *Stewardship* se sustenta principalmente na premissa de fazer com que os gestores realizem um bom trabalho, sendo bons administradores, servindo e contribuindo para os benefícios da organização em aspectos amplos. Ou seja, não existem problemas de motivação dos gestores (“*steward*”) e sim de que, a partir da sua visão de que o trabalho deve atender aos objetivos organizacionais coletivos, consequentemente as necessidades individuais serão alcançadas (Weissmantel et al., 2023).

De acordo com Davis et al., (1997), o modelo de ser humano para a teoria da agência, o indivíduo é econômico, ou seja, possui um perfil de liderança coercitiva, em alguns casos egoísta, culturalmente individualista e cauteloso ao assumir riscos; o que se contrapõe ao modelo de ser humano da teoria *Stewardship*, em que se mostra auto realizador e culturalmente coletivista. Ainda de acordo com os mesmos autores, pessoas imersas em culturas coletivistas possuem maiores chances de desenvolver uma relação *Stewardship* do que pessoas inseridas em culturas individualistas.

Ferreira et al. (2021) analisam as culturas individualista e coletivista sob uma perspectiva psicológica. No individualismo, os sujeitos tendem a buscar diferenciação, valorizam autonomia, prazer pessoal e a conquista de objetivos próprios, mantendo maior distanciamento dos grupos. No coletivismo, ao contrário, prevalecem a cooperação, a igualdade e a priorização das metas comuns, com indivíduos dispostos a relativizar interesses pessoais em favor do grupo. Nessa lógica, a interdependência social, os vínculos familiares e a subordinação das metas individuais às coletivas tornam-se princípios centrais.

Sem aprofundar o debate conceitual sobre essas culturas e suas bases psicológicas, este estudo utiliza essa distinção apenas como ponto de partida para compreender como um pensamento coletivista pode orientar práticas de administração responsável no turismo de

aventura de natureza (Ferreira et al., 2021).

Um dos pontos principais deste estudo é discorrer acerca de um perfil de comportamento de administração responsável que evidencie os interesses coletivos aos individuais egocêntricos, e que não configure uma relação de subordinação entre ambos, mas sim uma distinção chave para uma construção sustentável, responsável e transparente de ações comportamentais que acontecem em coletividade. Logo, as características individuais e organizacionais constituem os alicerces psicológicos que fomentam o comportamento de *Stewardship* (Chrisman, 2019).

Nesse contexto, Hernández (2008), em seu estudo intitulado “*Promoting stewardship behavior in organizations: A leadership model*”, ou “Promovendo comportamento de administração em organizações: Um modelo de liderança”, ela define *Stewardship* como um conjunto de atitudes e comportamentos de líderes grupais, que atuam na priorização dos interesses coletivos aos individuais.

Outro estudo de Hernández (2012), cujo título é “*Toward an understanding of the psychology of stewardship*” cuja tradução é “Rumo à compreensão da psicologia do comportamento”, ela aborda o fator motivacional intrínseco de líderes e gestores, cuja realização pessoal que alcance o coletivo, o reconhecimento e a satisfação no trabalho, são os pilares da sua ação; ou seja, esses líderes e gestores não são motivados exclusivamente por incentivos financeiros e de poder (Francisco et al., 2020).

Assim, a visão de Hernández (2008; 2012), faz um contraponto à Teoria da Agência de Holmstrom (1989), quando busca explicar o conflito de interesses que ocorre na relação principal-agente, partindo de alguns pressupostos de origem humana: oportunismo, racionalidade limitada, maior distância de poder e aversão ao risco (Eisenhardt, 1989), em que tais conflitos impactam na cultura organizacional enfraquecendo-a.

Nesse sentido, o trabalho coletivo é mais promissor tanto para a empresa quanto para o gerente-líder e um reflexo do *steward* na cultura organizacional, diz respeito às pessoas com menor distância de poder, ou seja, gestores ou líderes que dependem menos de membros mais poderosos em sua realidade de trabalho, assim com uma menor hierarquia, se apresentam mais propensos a desenvolverem uma relação *Stewardship* com seus pares, ou seja, uma liderança mais coletiva (Francisco et al., 2020).

Portanto, a Teoria de *Stewardship* assume que os gestores veem o sucesso da organização como um reflexo de seu próprio sucesso e de seus pares, e estão naturalmente inclinados a agir cooperativamente de maneira ética, responsável e coletivista (Campos & Costa, 2018); e mais voltados à interdependência com a sociabilidade (Ferreira et al., 2002).

A relação entre a teoria e o comportamento no contexto do *Stewardship* é intrínseca, pois o comportamento não se dissocia da teoria; ao contrário, ele representa uma manifestação prática desta, a qual fornece a base conceitual e lógica, enquanto o comportamento de *Stewardship* constitui a aplicação prática dos princípios teóricos, ou seja, o pleno exercício *steward* em sua atuação profissional.

Em outras palavras, a teoria *Stewardship* descreve a filosofia e os princípios subjacentes, enquanto o comportamento de *Stewardship* demonstra a implementação prática desses princípios (Bernardon, 2018). Nessa perspectiva, a teoria do *Stewardship* evoluiu como uma extensão, para o conceito de comportamento de *Stewardship* no seu desenvolvimento e aplicação (Velte, 2010).

Este comportamento também se refere às práticas e atitudes adotadas pelos gestores para garantir um comportamento que leve à administração ética dos recursos organizacionais, pressupondo que sua atuação se apresenta de maneira coletivista e cooperativista e, portanto, pró-organizacional (Kaveski & Beuren, 2022); em que os gestores são motivados intrinsecamente a alinhar-se aos interesses das partes interessadas, e seu comportamento é caracterizado pela transparência, responsabilidade, sustentabilidade e engajamento desses stakeholders (Vieira et al., 2016).

Ainda de acordo com Hernández (2012), os comportamentos de *Stewardship* acontecem por meio da propriedade psicológica e das maneiras pelas quais os sujeitos tomadores de decisão na empresa ou a figura própria de gestores, possam criar coletivamente processos de loop de feedback para uma mudança organizacional que se afaste da agência. Portanto, os comportamentos de *Stewardship* evidenciam o impacto das motivações do ser humano mais voltados para as relações grupais e intraorganizacionais (Francisco et al., 2020).

Nkaizirwa et al. (2021), também destacam que o comportamento de administração responsável tem origem na motivação intrínseca do indivíduo, ou seja, uma vontade subjetiva interna. Velte (2010) aprofunda essa reflexão ao abordar o *Stewardship*, enfatizando que um “bom administrador” atua de forma não oportunista, priorizando fatores não financeiros.

Segundo o autor, a motivação humana é intrínseca, não monetizável e não quantificável a longo prazo, sendo essencial para atividades como criação, fortalecimento da reputação organizacional, flexibilidade nas ações e maior comprometimento. Assim, a administração responsável valoriza objetivos coletivos e pró-organizacionais, promovendo sustentabilidade e transparência.

Frente às abordagens discutidas nesse tópico, a mais adequada para este estudo é o comportamento de *Stewardship* definido como a prática ou ação do sujeito, que Silva et al.

(2020), denominam “administração responsável”. Sua compreensão segue duas prerrogativas que, juntas, formam o perfil de administração responsável pretendido:

1. Comportamento individual – Refere-se às condições e predisposição dos sujeitos de pesquisa para práticas éticas, responsivas, cooperativas e colaborativas na gestão e uso dos recursos naturais no contexto do turismo de aventura. 2. Práticas pró-organizacionais – Envolve a sustentabilidade, responsabilidade e transparência nas ações administrativas coletivas. Essas ações são implementadas por gestores e sujeitos por meio de políticas e procedimentos que garantem a proteção dos recursos ambientais e a criação de valor a longo prazo (Velte, 2010; Nkaizirwa et al., 2021; Kaveski & Beuren, 2022).

Partindo desse entendimento, a interação entre as condições individuais e as pró-organizacionais, pode engajar os sujeitos e fortalecê-los em práticas e ações de administração responsável. Neste estudo, esse comportamento será analisado a partir das experiências vivenciadas do consumidor-adepto do turismo de aventura, especificamente nas modalidades de trilha e rapel (sujeitos primários da pesquisa).

Além disso, considera-se a atuação de empresas, seus profissionais como guias e monitores, e do poder público, que neste estudo são classificados como sujeitos secundários de pesquisa, pois cabe a eles promover e incentivar a visibilidade turística dessas práticas na região em estudo.

Baseado em Velte (2010), Silva et al. (2020), Nkaizirwa et al. (2021) e Kaveski e Beuren (2022), foi construída uma definição de administração responsável para esta dissertação: O comportamento de administração responsável pode ser definido como a conduta orientada por princípios éticos, cooperativos e sustentáveis, que norteiam a gestão e o uso do ambiente natural e seus recursos, especialmente no contexto do turismo de aventura.

Esse comportamento se estrutura a partir da interação entre predisposições individuais – que incluem a adoção de práticas éticas, responsivas e colaborativas – e práticas pró-organizacionais, caracterizadas pela implementação de ações e procedimentos que garantam transparência, sustentabilidade e criação de valor a longo prazo.

Portanto, no âmbito do turismo de aventura, esse comportamento se manifesta tanto nos consumidores que interagem diretamente com o ambiente quanto nas empresas e no poder público, responsáveis por regulamentar e promover essas atividades. Assim, o comportamento de administração responsável busca equilibrar a exploração turística com a preservação ambiental, reconhecendo que a ação humana pode gerar impactos e, por isso, deve ser pautada pelo compromisso com a proteção dos recursos naturais, fundamentado em princípios coletivistas e cooperativistas, motivacionais voltados às ações em prol da natureza.

Neste caso, os sujeitos, ao experienciar ou promover a trilha e o rapel a fins de lazer no segmento do turismo de aventura de natureza, estarão envolvidos num ambiente diverso do habitual, onde o mesmo os proporciona vivenciar experiências imersas na natureza, e ao serem investigados a partir deste estudo, possibilitará à pesquisadora compreender se essas experiências vivenciadas faz surgir em cada indivíduo um comportamento de administração responsável voltados para esse habitat, e que possa se estender à vida como um todo.

Compreende-se que este estudo traz reflexões acerca da presença do consumidor do turismo de aventura que se disponibiliza a experienciar práticas de trilha e do rapel que na possibilidade de adotarem comportamentos de administração responsável, exercitem as práticas de valores, ações conscientes, atitudes e crenças pessoais e particulares de si mesmo para com o ambiente de natureza e ao seu redor (Andelković et al., 2022).

As ações possivelmente praticadas pelos sujeitos podem atuar na intenção de proteger, cuidar e zelar pelos espaços utilizados nas práticas de aventura, promovendo a preservação e a restauração da natureza, sendo possível um maior alcance, e que numa visão otimista, além de minimizar impactos negativos, essas ações também buscam a conservação e a regeneração dos recursos naturais por meio de esforços coletivos (Cinner, 2018).

Também não são desconsideradas possibilidades no decorrer da pesquisa em se compreender diversos tipos de comportamentos que possam fugir à proposta deste estudo, embora não sejam dispensados de seu conhecimento, não serão aprofundados. Dessa forma, os sujeitos envolvidos nesta pesquisa que exercitarem ações de comportamento de *Stewardship*, ou administração responsável, protagonizarão um papel crucial no combate às degradações, descaracterizações e prejuízos ao meio ambiente (Andelković et al., 2022).

As experiências de trilha e rapel que engajam os sujeitos em práticas de administração responsável contribuem para reduzir impactos negativos da presença humana, favorecer a conservação dos recursos naturais e fortalecer ações de conscientização ambiental, promovendo uma sustentabilidade mais efetiva em longo prazo (Severo, 2017). Diante disso, algumas características desse comportamento serão utilizadas como critérios de investigação neste estudo, conforme apresentado no quadro a seguir.

## Figura 1

*Critérios para o comportamento de administração responsável.*

Critérios	Prerrogativas para o Comportamento de Administração Responsável
<b>Motivos para uma administração responsável</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não financeiro.</li> <li>- Estímulos intrínsecos dos sujeitos.</li> <li>- Idealista.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coletivista.</li> <li>- Natureza protegida.</li> </ul>
<b>Mensurabilidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indiretamente quantificável.</li> </ul>
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pensamento individual e coletivo.</li> <li>- Engajamento e ações comportamentais individuais e coletivas.</li> </ul>
<b>Condições e Predisposições (Sujeito primário)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Motivação intrínseca (motivos, estímulos, interesses e sensações).</li> </ul>
<b>Comportamento de administração responsável (Sujeito primário)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Senso de responsabilidade (cooperação, zelo, ética, tempo de permanência);</li> <li>- Atitudes (conscientização, conservação, proteção e pró-ambiental).</li> </ul>
<b>Condições pró-organizacionais (Sujeitos secundários)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estrutura organizacional;</li> <li>- Política de proteção ambiental;</li> <li>- Criação de valor em longo prazo.</li> </ul>
<b>Comportamento de administração responsável (Sujeitos secundários)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sustentabilidade ambiental;</li> <li>- Responsabilidades;</li> <li>- Transparéncia;</li> <li>- Gestão do comportamento coletivo;</li> <li>- Engajamento das partes interessadas.</li> </ul>
<b>Filosofia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração.</li> </ul>
<b>Valores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alta importância.</li> </ul>

O quadro (1), traz os critérios e as prerrogativas necessárias para que o comportamento de administração responsável seja percebido a mártir das ações materializadas dos sujeitos envolvidos na pesquisa. São elencados nove critérios, tais quais: Os motivos para adotar uma administração responsável; sua mensurabilidade; os objetivos; as condições e pré- disposições dos sujeitos primários e seu comportamento individual; as condições e pré- disposições dos sujeitos secundários e seu comportamento individual; a filosofia de integralidade do comportamento de administração responsável e seu valor que representa uma importância alta e fundamental.

Segundo Silva e Costa (2018), na ocasião deste estudo, em que o comportamento de Administração Responsável for compreendido e possivelmente exercido pelos sujeitos nas experiências realizadas, poderá apresentar à pesquisa diversos pontos positivos refletidos nos aspectos individuais e macro organizacionais, cujos exemplos forem efetivamente percebidos e executados, repercutirão em outras frentes de consumo em que as experiências estejam ligadas ao estudo.

Os sujeitos primários ao adotarem um comportamento de administração responsável, irão interagir na natureza com ética, responsabilidade, zelo, cuidado e preservação, ou seja, posturas sustentáveis que visem minimizar o impacto ambiental e a degradação, colaborando em conjunto com a gestão e perspectivas pró-organizacional ambiental (Contrafatto, 2014). Concomitante a isto, as empresas que buscam adotar comportamentos de administração responsável têm uma tendência a atrair mais clientes, promovendo uma ação coletiva que

valoriza a transparência e a sustentabilidade nas práticas de lazer e aventura, como trilhas e rapel.

De acordo com Nyaupane (2023), o exercício de cuidados tanto de quem consome quanto de quem promove o ambiente de natureza como cenário de lazer para o turismo de aventura, não atua apenas minimizando os impactos negativos da presença humana nesses locais, mas também protagonizam a preservação dos recursos naturais, assegurando por um período longo a continuidade das atividades de aventura.

O comportamento de administração responsável exercido neste estudo, poderá a longo prazo, contribuir para a viabilidade econômica e reputação positiva da região em que ocorre, tanto por parte das empresas envolvidas quanto do setor público que fortalecerão sua reputação e garantirão a sustentabilidade de suas operações, como a continuidade turística, crescimento de demanda, crescimento de outras frentes de consumo, oportunidade de investimentos, etc (Torfing & Bentzen, 2020).

Nesse cenário, poderão se incluir a implementação de políticas de governança pública que promovam a transparência e a responsabilidade do setor de turismo de aventura de natureza, a adoção de práticas sustentáveis que protejam os ecossistemas locais, mapeamento e catalogação das espécies biológicas em área de APA (área de proteção ambiental).

Também poderão incluir o engajamento ativo com as comunidades e stakeholders locais para garantir que suas operações beneficiem a todos, e na capacidade de juntos criar experiências turísticas de aventura, lazer e natureza ainda mais seguras e enriquecedoras para os consumidores-adeptos, e que venham a sentir-se mais valorizados e respeitados (Kaapanda, 2023).

Neste aspecto, os caminhos percorridos pela base teórica fundamentada por inúmeros autores que estudam o *Stewardship*, contribuem amplamente para que neste estudo o comportamento de administração responsável seja trabalhado sob uma perspectiva realista e aplicável às questões norteadoras propostas para a realização desta pesquisa. Abaixo, o quadro (2) aborda uma visão geral dos principais autores que fazem parte desta reflexão:

## Figura 2

*Síntese teórica temporal do comportamento de administração responsável.*

Agência x Teoria <i>Stewardship</i> e desdobramentos conceituais do Comportamento de <i>Stewardship</i>		
Dimensão / Teoria	Conceitos e Características Principais	Autores de Referência
	Foco em interesses pessoais e individuais. Liderança rígida e coercitiva.	

<b>Teoria da Agência</b>	<p>Visão do gestor como “<i>homem econômico</i>”.</p> <p>Ênfase no controle, com baixa autonomia e alta hierarquização.</p> <p>Aversão ao risco e conflitos culturais internos.</p>	Eisenhardt (1989); Holmstrom (1989); Davis et al. (1997); Rodrigues (2013).
<b>Elementos da Teoria do Stewardship</b>	<p>Autonomia do gestor como realizador (Davis et al., 1997).</p> <p>Origem e sentido do termo Stewardship (Francisco, Colet &amp; Wegner, 2020).</p> <p>Objetivos organizacionais acima dos individuais (Rodrigues, 2013).</p> <p>Base filosófica e princípios do comportamento de Stewardship (Bernardon, 2018).</p> <p>Sucesso da organização reflete no sucesso do gestor (Campos &amp; Costa, 2018).</p> <p>Busca por eficiência, reputação e benefício coletivo (Silva &amp; Costa, 2018; Weissmantel, Beck e Mucci, 2023).</p>	Davis et al. (1997); Rodrigues (2013); Francisco, Colet & Wegner (2020); Bernardon (2018); Campos & Costa (2018); Silva & Costa (2018); Weissmantel et al. (2023).
<b>Comportamento de Stewardship</b>	<p>Manifestação prática e extensionista da teoria (Velte, 2010).</p> <p>O gestor não se limita a resultados financeiros (Velte, 2010).</p> <p>Motivações intrínsecas e impacto psicológico nas decisões (Francisco, Collet e Wegner, 2020).</p> <p>Relaciona-se ao conceito de administração responsável (Silva et al., 2021).</p> <p>Motivações individuais e condições pró-organizacionais influenciam a adoção desse comportamento (Nkaizirwa et al., 2021; Kaveski &amp; Beuren, 2022).</p>	Velte (2010); Vieira, Anjos & Silva (2016); Francisco, Collet & Wegner (2020); Silva et al. (2020); Nkaizirwa et al. (2021); Kaveski & Beuren (2022).
<b>Síntese interpretativa do Comportamento de Stewardship</b>	<p>Os interesses individuais evoluem para uma perspectiva de coletividade e cooperação organizacional.</p> <p>O gestor atua como “homem realizador e culturalmente coletivista”, guiado por motivações intrínsecas e sentido psicossociológico de propósito em realizar algo.</p> <p>O benefício organizacional reflete o benefício pessoal, expressando a integração entre identidade profissional, ética e propósito coletivo.</p>	Davis et al. (1997); Ferreira, Assmar & Souto (2002); Hernandez (2008, 2012); Rodrigues (2013); Barbosa Vidal et al. (2024).

O quadro (2) evidencia a transição paradigmática entre a Teoria da Agência, centrada no controle e nos interesses individuais, e a Teoria do *Stewardship*, fundamentada na confiança,

no comprometimento e na cooperação. Essa mudança teórica respalda a noção de comportamento de administração responsável, em que o gestor passa de um agente econômico racional para um guardião coletivo da organização e de seu impacto social.

Nesse contexto, o *Stewardship* emerge como base conceitual e ética para compreender a atuação dos sujeitos que expressam motivações intrínsecas, valores pró-sociais e comprometimento com o bem comum, refletindo o papel do gestor enquanto ator realizador, engajado e culturalmente vinculado ao propósito organizacional.

O comportamento de *Stewardship*, fundamentado na Teoria do *Stewardship* de Davis, Schoorman e Donaldson (1997) e Hernández (2008; 2012), e debatido por autores como Velte (2010), Silva et al. (2020) e Kaveski e Beuren (2022), emerge como um fator essencial para a construção da base teórica e metodológica deste estudo.

Compreende-se que o comportamento de administração responsável adotado tanto por praticantes-consumidores quanto pelas empresas do setor e apoiado pelo poder público, especialmente pela Secretaria de Turismo, poderá ser um exemplo de compromisso compartilhado com a preservação e o uso responsável do meio ambiente e dos recursos naturais presentes no lócus desta pesquisa.

Dessa forma, a adoção de práticas de administração responsável não apenas preserva o meio ambiente e promove a consciência e cooperação em prol da sustentabilidade, mas também melhora diretamente a experiência do consumidor no turismo de aventura de natureza, que ao vivenciar um ambiente equilibrado e bem gerido, também desenvolve uma conexão mais autêntica com o ambiente natural, sentindo-se parte de um ecossistema que ele próprio protege e valoriza.

Nesse aspecto, a transparência e o comprometimento dos sujeitos envolvidos geram maior confiança e satisfação, tornando a experiência mais imersiva e significativa. Esse alinhamento entre comportamento de administração responsável e experiência do consumidor terá uma contribuição considerável na próxima seção.

## 2.2 A Experiência do Consumidor

A partir da década de 1980, a experiência do consumidor tornou-se um tema de grande interesse para os pesquisadores de marketing, ampliando as discussões além do caráter utilitário dos bens de consumo e da satisfação de necessidades e desejos, tornando-se para os consumidores um processo multidimensional, ou seja, que não se limita a um único ponto de contato, mas que envolve uma série de interações emocionais, sensoriais e cognitivas (Lemon

& Verhoef, 2016), advindas de estímulos (Becker & Jaakkola, 2020).

Para Cavalcanti et al. (2025, p. 09), tanto o consumo quanto a experiência do consumidor envolvem um processo no qual estímulos ou interações geram respostas ou reações. Nesse sentido, Carú e Cova (2020) complementam ao diferenciar o consumo funcional da experiência do consumidor, destacando que esta última implica na prática de consumir produtos ou serviços que proporcionam vivências memoráveis e significativas, ultrapassando a mera satisfação de necessidades básicas.

Em paralelo às premissas de Carú e Cova (2020) e de Cavalcanti et al. (2025), o turismo de aventura, entendido como um campo experencial, tem provocado uma transformação no comportamento dos indivíduos, que passam a valorizar experiências multidimensionais em vez de focar apenas no consumo.

Essas experiências envolvem aspectos sensoriais, emocionais, cognitivos, de estilo de vida e relacionais, proporcionando prazer, satisfação, influência no humor e nos sentimentos, estímulo a processos mentais e valores pessoais, benefícios práticos e interações sociais que reforçam a identidade do consumidor (Gentile et al., 2007; Silva, 2023).

Dessa maneira, a experiência do consumidor é compreendida como um processo holístico e complexo, abrangendo todas as interações do consumidor com o produto, serviço ou marca, desde a pré-compra até a pós-compra (Pinto & Lara, 2011). Autores como Scussel e Petroll (2018) definem a experiência do consumidor como um fenômeno influenciado por diversos fatores relacionados às empresas, como o ambiente físico ou virtual, e argumentam que essa experiência impacta várias variáveis de marketing, incluindo as intenções comportamentais dos consumidores, a vontade intrínseca do consumidor, o desempenho organizacional e o seu relacionamento com os clientes.

Pine e Gilmore (1999; 2013), introduziram o conceito de "Economia da Experiência", destacando que as empresas devem ir além da simples oferta de produtos e serviços, usando-os como elementos em um palco para criar eventos memoráveis que envolvem os consumidores e influenciam seu comportamento. Essa perspectiva ampliou a visão econômica ao reconhecer que as experiências intencionais geradas pelas empresas fortalecem o vínculo com o cliente (Silva, 2023).

Então, no início dos anos 2000, as discussões acerca do marketing passou a enfatizar essa abordagem experencial, superando o foco exclusivo no consumo funcional; assim, a função utilitária dos produtos perdeu relevância, enquanto seu valor simbólico e emocional tornou-se central, consolidando-se como uma importante mudança em relação ao marketing tradicional (Addis & Holbrook, 2001).

Sánchez e Bonillo (2007) concebem a experiência do consumidor como um processo complexo e multifacetado, que ultrapassa a interação com produtos e serviços ao envolver dimensões emocionais, sensoriais e cognitivas, responsáveis pela construção de percepções e memórias duradouras. Nesse sentido, o consumidor deixa de ser visto como estritamente racional, passando a equilibrar aspectos racionais, emocionais e até espirituais em suas decisões (Cavalcanti, 2024).

Neste estudo, a experiência do consumidor do turismo de aventura de natureza, traz uma abordagem de cunho transformativa, em que considera a participação ativa, a geração de valor, a imersão, o entretenimento (lazer), o escapismo e a educação, onde todos esses pontos têm capacidade de influência no comportamento dos sujeitos a partir das experiências vivenciadas (Oh et al., 2007; Pine & Gilmore, 2020; Silva, 2023; Nyaupane, 2023; Nyaupane et al., 2024).

Nesse contexto, a participação ativa refere-se ao envolvimento dos sujeitos nas práticas de trilha e rapel; a imersão diz respeito ao tempo de contato direto com o ambiente natural; o entretenimento corresponde ao lazer proporcionado pela experiência; o escapismo representa o afastamento do cotidiano urbano; e a educação envolve a participação consciente e estimulada nas atividades, podendo desencadear comportamentos individuais e coletivos.

Essa perspectiva reformula a visão tradicional que antes priorizava o produto ou serviço como focos principais de consumo, e que na atualidade considera a experiência do consumidor como um ato proativo, sendo dada total importância à análise, percepção e decisão dos indivíduos (Becker & Jaakkola, 2020).

Portanto, a experiência do consumidor, é um tema que permite uma ampla gama de abordagens metodológicas e teóricas (Höpner et al., 2016), incentivando a inovação e a diversificação das pesquisas e suas evoluções (Notaro et al., 2022), oferecendo um terreno fértil para novas descobertas e contribuições significativas para a literatura de marketing (Jain et al., 2017).

Scussel et al. (2021) argumentam que, embora os avanços no estudo da experiência do consumidor sejam notáveis, este campo ainda é considerado incipiente em comparação com outras áreas do marketing, pois seus termos se confundem entre si. Nessa perspectiva, essa incipiente abriu oportunidades para que estes autores/pesquisadores explorassem diferentes aspectos, dimensões e aplicações da ampla abordagem do tema experiência do consumidor.

Com isso, todas as contribuições conceituais e contextuais acerca da experiência do consumidor deste estudo, são fundamentais e válidas para que pesquisas no campo do marketing continuem em ascensão (Silva, 2023). Então, a perspectiva da experiência do consumidor nesta pesquisa é que, se bem estruturada (bom atendimento das empresas proponentes do turismo de

aventura, comunicação clara, focada, com criação de valor e personalização) pode influenciar a forma como o consumidor (adeptos da trilha e do rapel de natureza) perceba e aproveite a experiência de consumo (símbólica, subjetiva, motivada, interativa e que agregue sentido pessoal).

A partir da revisão bibliográfica, houve a construção e o aprofundamento da compreensão dos conceitos relacionados à experiência do consumidor, especialmente no contexto do turismo de aventura de natureza. Essa interlocução teórica evidencia a relevância desse tema para a pesquisa e serve como base para a discussão do próximo subtópico: a experiência de consumo.

### **2.3 A experiência de consumo**

A experiência de consumo também passou por uma evolução em sua compreensão e conceitos, ganhando popularidade a partir das pesquisas de Carú e Cova (2003), passando por perspectivas de contextos individuais, por premissas psicossociais e filosóficas do indivíduo e também da antropologia no que tange à vida em sociedade dos consumidores (Pinto & Lara, 2011; Lemon e Verhoef, 2016; Jain, et al., 2017).

Um estudo clássico e ao mesmo tempo contemporâneo, cujo título é "*The experiential aspects of consumption: Consumer fantasies, feelings, and fun*" de Holbrook e Hirschman (1982), foi um marco nos estudos no marketing (Scussel et al., 2021), em que destaca o posicionamento do consumidor como um indivíduo que não processa informações apenas usando a racionalidade, mas que amplia o emocional, sensorial, emoções, fantasias e até a diversão em suas experiências de consumo, os quais as organizações proporcionam.

Pine e Gilmore (1999), pioneiros na discussão da economia das experiências, argumentaram que as empresas deveriam focar na criação de experiências únicas para diferenciar suas ofertas em mercados saturados. Mais recentemente, autores como Schmitt (2019), segue as premissas de Holbrook e Hirschman (1982), destacando que as experiências envolvem aspectos sensoriais, afetivos e cognitivos do indivíduo, e desempenham papéis fundamentais na formação de conexões emocionais e memórias inesquecíveis.

Em um mundo hiperconectado, onde os produtos e serviços podem ser facilmente replicados, a singularidade das experiências oferecidas torna-se um diferencial competitivo essencial para as organizações (Carú & Cova, 2020). Nesse sentido, as experiências como consumo para Garcia et al. (2022) tornaram-se uma perspectiva essencial no campo dos estudos de marketing e comportamento do consumidor, especialmente em uma era em que a experiência vivenciada pelo consumidor torna-se o principal diferencial competitivo e fonte de valor

econômico (Wang, 2020; Lai et al., 2021).

Nesse contexto, o conceito de consumo voltado à aquisição de bens materiais, não se aplica a este estudo, o qual aborda um direcionamento mais contemporâneo no que tange ao termo “experiência”, em que é compreendida pela busca de algo a mais, não apenas satisfações individuais e materiais de aquisições.

Um conceito moderno de experiência é abordado por Cavalcanti (2024, pág. 11), onde “a experiência não é apenas um reflexo do consumo, mas uma manifestação da própria existência, o que buscamos, quem somos e o que vivemos em paralelo a ela”. Ou seja, a experiência como consumo envolve camadas mais profundas em sua compreensão em comparação com a experiência do consumidor, que apresenta uma abordagem mais genérica.

Nesse intuito, é pertinente compreender a experiência como consumo numa visão interativa, onde circundam o simbolismo e a sociabilidade, considerando todas as suas interações, percepções, sentidos e emoções durante a imersão, sendo considerada uma interlocução e até mesmo uma extensão entre as literaturas relacionadas às experiências do consumidor no campo do marketing e consumo (Pinto & Lara, 2011; Scussel & Fogaça, 2021). Portanto, se o indivíduo existe, ele não pode se isentar de viver experiências, onde alguns elementos são importantes e podem auxiliar essa compreensão.

Conforme Scussel et al. (2021), as dimensões da experiência como consumo são: A material, contextual, utilitária, emocional, cognitiva e pragmática. Então, uma perspectiva construída para este estudo, é que a experiência como consumo se manifesta na aquisição de pacotes turísticos pelos consumidores-adeptos do turismo de aventura, na interação com o ambiente natural, e na busca por lazer e entretenimento, construindo a partir das suas vivências, percepções e interpretações, momentos memoráveis e intensos que impactam objetiva e subjetivamente seu comportamento, durante e após as experiências.

Partindo dessa compreensão, o desmembramento do conceito de experiência deste estudo perpassa por todas as dimensões de Scussel et al. (2021), e refere-se: A aquisição dos consumidores por pacotes do turismo (dimensão material) de aventura de natureza (dimensão contextual) a fins de lazer (dimensão utilitária), em busca de vivências memoráveis, emocionais e inesquecíveis (dimensão emocional), suas percepções e associações mentais (dimensão cognitiva) e o que o consumidor-adepto da trilha e do rapel realizados na natureza faz a respeito do que vê, quer, percebe, sente, valoriza, bem como sua decisão de relacionar e se comportar com seus objetos de consumo (dimensão pragmática).

A discussão do comportamento de administração responsável a partir da experiência como consumo e suas dimensões, também aborda as perspectivas de Jain et al., (2017) e Garcia

et al., (2022), quando estes destacam a importância dos indivíduos em suas experiências, que protagonizam ao mesmo tempo em que criam e vivenciam-nas, como em *loop* de um processo interno marcado pela subjetividade e interatividade em torno do valor criado pelas experiências, nesse sentido estas têm propósitos internos, e que possibilitadas por organizações, contribuem para os estímulos mentais e emocionais.

Compreende-se então, que as experiências no turismo de aventura de natureza, traz os sujeitos primários e secundários como adeptos e promotores do turismo de aventura de natureza nas modalidades da trilha e do rapel, não como um serviço adquirido na compra e um pacote de viagem ou passeio, mas como um lazer a ser experienciado, sendo essencial compreendê-las como interações humanas envolvidas por elementos controláveis e incontroláveis presentes no ambiente, pois elas necessitam de estímulos internos e externos para serem vivenciadas (Pullman e Gross, 2003; Höpner et al., 2016; Garcia et al., 2022; Agapito, 2022).

Nessa perspectiva, as experiências na natureza como forma de consumo para o lazer têm ganhado destaque à medida que as pessoas buscam escapar do ritmo acelerado da vida urbana e se reconectar com o ambiente natural, convertendo paisagens e atividades ao ar livre em bens valiosos para a vida (Soares, 2024). Esse movimento reflete transformações nos padrões de consumo contemporâneo, nos quais o valor simbólico, experiencial e emocional se sobrepõe ao valor meramente utilitário.

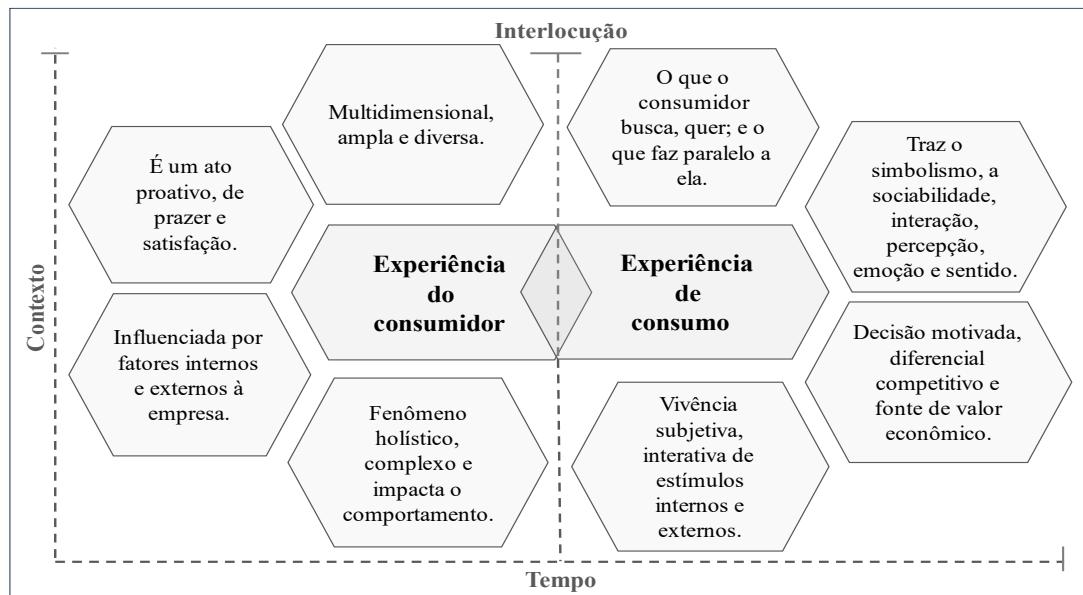
Nesse contexto, experiências em ambientes naturais, como trilhas, camping e rapel, transcendem o lazer e configuram-se como oportunidades de restauração mental, bem-estar emocional e construção de memórias significativas, não sendo compreendidas apenas como atos de consumo (Sant'Anna & Fratucci, 2024).

Segundo Williams e Schirp (2021), a valorização dessas experiências indica uma mudança cultural em que o consumo passa a priorizar impactos positivos para o indivíduo e para o planeta. Pine e Gilmore (2020) destacam que empresas do setor turístico têm explorado essa tendência ao oferecer pacotes imersivos baseados na economia da experiência, que aliam respeito ambiental, responsabilidade e conexão humana com a natureza (Silva et al., 2020).

Essa evolução revela uma interlocução entre a experiência do consumidor e a experiência de consumo, ampliando a compreensão do marketing para além da função utilitária e destacando o valor subjetivo e interativo das vivências (Scussel et al., 2021). Compreender essa relação permite que empresas e pesquisadores desenvolvam estratégias inovadoras de criação de valor e diferenciação, reforçando o papel das experiências na construção do significado do consumo. A Figura (3) ilustra essa interlocução e suas principais características.

**Figura 3**

*Interlocução entre a experiência do consumidor e a experiência de consumo.*



Baseado nos autores pesquisados (2024-2025).

A figura mostra a interlocução entre a experiência do consumidor e a experiência de consumo, destacando como ambas se complementam ao longo do tempo e do contexto. De um lado, a experiência do consumidor é descrita como multidimensional, ampla e diversa, resultante de fatores internos e externos à empresa. Ela representa um ato proativo onde a empresa atua a fim de alcançar o prazer e a satisfação dos consumidores, configurando-se como um fenômeno holístico e complexo que influencia o comportamento.

Do outro lado, a experiência de consumo é apresentada como uma vivência subjetiva, individual e interativa, que envolve emoções, simbolismo, sociabilidade e sentido do consumidor. Ela reflete o que o ele busca e valoriza, transformando-se em diferencial competitivo e fonte de valor econômico.

Em síntese, para que a experiência do consumidor ocorra de maneira realmente positiva, a empresa deve planejar e integrar ações estratégicas em seus ambientes internos e externos, criando condições para que a experiência de consumo aconteça de forma autêntica, satisfatória e memorável, tanto para o indivíduo quanto para a organização que promove essa vivência. Assim, a área central da figura indica o ponto de interlocução entre as duas dimensões, onde a experiência deixa de ser apenas um resultado e passa a ser um processo integrado, que combina percepção, interação e significado para o consumidor e para as organizações.

O próximo tópico deste estudo, trata da abordagem do turismo realizado na natureza, e se apresenta como uma construção integrada desse segmento, considerando as diversas

vertentes, desde o turismo rural e ecoturismo até o turismo de aventura de natureza e as modalidades da trilha e do rapel. Dessa forma, essas atividades se destacam como opções que proporcionam experiências de lazer e aventura, promovendo o contato direto com a paisagem natural e incentivando um envolvimento mais profundo com o meio ambiente.

#### 2.4 O turismo de natureza no contexto da aventura e lazer: Uma abordagem integrada

O turismo de natureza é um segmento diversificado que abrange várias modalidades, cada uma com características e focos específicos (Martins & Da Silva, 2018). A bibliografia discorrida neste tópico, oferece as perspectivas para entender as dinâmicas e os impactos do turismo de natureza, destacando a importância de todas as abordagens integradas.

Dessa maneira, ao explanar a interligação dos diferentes tipos e conceitos que circundam o tema, será compreendido direcionamento do turismo de aventura de natureza e as modalidades da trilha e do rapel deste estudo. A figura (4) traz os destaques, a fluidez e os principais teóricos que tratam de temas semelhantes, a fim de se chegar ao contexto ideal para esta pesquisa.

**Figura 4**

*Conceitos e compreensões do turismo realizado na natureza.*

Denominação	Conceitos	Foco	Bibliografia Pesquisada
<b>Turismo na Natureza</b>	A paisagem é o principal atrativo deste segmento. Sua força está na contemplação ambiental. Envolve tanto a participação ativa quanto passiva, do sujeito. É toda manifestação turística que acontece em ambiente natural.	- Contemplação e interação em ambiente de natureza.	Silva (2013). Martins e Da Silva (2018). Lohmann et al. (2022).
<b>Turismo Rural</b>	O turismo rural é voltado para a vivência da vida no campo, incluindo a cultura, tradições e atividades agrícolas locais.	- Foco na cultura e na tradição. Ocorre em áreas rurais, muitas vezes em pequenas propriedades ou vilarejos. Valorização da cultura e da produção do comércio local. <i>Lei nº 4396/2020</i>	Busby e Rendle (2000). Fleischer e Tchetchik (2002). Gonçalves (2020). Correia et al. (2020). Holland et al. (2022).
<b>Ecoturismo</b>	O ecoturismo é centrado na preservação ambiental e na sustentabilidade. As atividades são planejadas e controladas para minimizar o impacto no meio ambiente e promover a conscientização ecológica.	- Foco educativo, na proteção e na conservação ambiental. Ocorre em grandes áreas naturais protegidas, como parques nacionais. <i>Lei nº 14.978/ 2024.</i>	Ceballos-Lascurain (1996). Maranhão e Azevedo (2019). Nyaupane (2023; 2024). Aguiar et al. (2024).

<b>Turismo de Natureza</b>	Entende-se como um segmento da atividade turística que abrange todas as modalidades que ocorrem em ambientes naturais, independente da motivação e do comportamento desses turistas. Dependem da natureza para existir.	- A paisagem é seu principal atrativo. Ele acontece independentemente da existência de estruturas formais e é movido basicamente pelos interesses do mercado, ainda que seja incipientes uma preocupação ambiental e social.	Martins e Da Silva, (2018). Miller et al. (2022). Poudel e York (2024).
<b>Turismo de Aventura de natureza</b>	O turismo de aventura é um segmento do setor turístico que envolve atividades emocionantes e desafiadoras, geralmente são interdependentes do risco, da adrenalina e do ambiente de natureza.	- Envolve motivações individuais, comportamentos, efeitos cognitivos, questões operacionais e impacto gerado no ambiente, bem como diretrizes técnicas e mercadológicas de consumo.	Buckley (2006). Gouveia (2014). Rantala et al. (2018). Lemos (2020). Nyaupane et al. (2022). Deb, Kondasani e Das (2023).
<b>Atividades de Aventura de Natureza como lazer</b>	Atividade de lazer de natureza, busca por emoção e/ou adrenalina, busca pelo perigo, atividade desportiva e de lazer, experimentação do novo e preservação do patrimônio ecológico.	- Têm como foco principal a exploração e interação com o ambiente natural, proporcionando experiências emocionantes e desafiadoras. Elas promovem o contato direto com a natureza.	Da Cruz Vitorio (2023). Pomfret et al. (2023).
<b>A Trilha de Natureza como lazer</b>	Trilhas ecológicas são percursos em áreas naturais que promovem a interpretação ambiental, o resgate histórico-cultural e a observação de fenômenos locais.	- Seu intuito como lazer é proporcionar experiências vivas de contato direto com a natureza, incentivando a conservação ambiental e proporcionando educação ambiental aos participantes.	Silva et al., (2012). Embrapa, (2024). Costa, (2006). Nyaupane (2023). Freitas (2021).
<b>O rapel de natureza como lazer e aventura</b>	O rapel é uma técnica vertical para descer paredões, cachoeiras e montanhas, que exige força física, resistência e habilidades de coordenação.	- Como lazer de aventura, o rapel proporciona adrenalina e risco, experiências radicais que incentivam a exploração de novos lugares e o cuidado com o meio ambiente.	Gaines (2013). Aguiar (2012). Paixão e Silva (2017). Chao (2015). Buzatto e Kuhnen (2020).

Baseado nos autores pesquisados (2024-2025).

Esses segmentos diferem quanto ao foco, ao tipo de interação com o ambiente, às motivações dos sujeitos e ao grau de estrutura envolvido, variando desde práticas centradas na contemplação paisagística até experiências desafiadoras pautadas pela adrenalina e pelo risco

controlado. A literatura mobilizada reúne referências clássicas e atuais que iluminam essas distinções e permitem situar, com maior precisão, o fenômeno investigado em Gravatá, evitando generalizações e oferecendo bases sólidas para compreender como diferentes formas de interação com o ambiente natural produzem experiências, comportamentos e significados.

Assim, a apresentação desse panorama conceitual não apenas orienta o leitor sobre a diversidade terminológica existente no campo, mas também fundamenta a escolha teórico-metodológica adotada e sustenta a análise do comportamento de administração responsável no turismo de aventura de natureza.

#### 2.4.1 Turismo na Natureza

O turismo de natureza é um termo abrangente que engloba diversas modalidades, como ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural, turismo desportivo e geoturismo (Silva, 2013). O turismo na natureza envolve atividades turísticas que ocorrem em ambientes naturais, promovendo a interação sustentável com a natureza. Este tipo de turismo inclui uma ampla gama de atividades, como caminhadas, observação de fauna e flora, trilhas, passeios de barco, entre outras (Lohmann et al. 2022).

De maneira geral, o turismo de natureza está associado a valores conservacionistas, à relação com a comunidade local e à interação direta com espaços naturais protegidos, e que não se difere tanto do conceito “de natureza” nos principais aspectos (Martins & Da Silva, 2018). Além disso, essa forma de turismo inclui tanto a contemplação quanto a interação com a natureza, promovendo uma experiência imersiva e sustentável para os visitantes (Albers, Barth & Goldmeyer, 2024).

#### 2.4.2 Turismo Rural

Os espaços rurais têm experimentado transformações significativas que modificaram suas características predominantemente agrícolas, diversificando-se para incluir outras atividades, como por exemplo o turismo rural, cuja principal motivação para essa atividade turística está intrinsecamente ligada aos aspectos do patrimônio em um sentido amplo, abrangendo a natureza, a cultura popular, a arquitetura, a gastronomia, os modos de vida e a história.

Esse contexto reflete uma valorização crescente dos recursos naturais e culturais, promovendo um desenvolvimento sustentável e integrando as comunidades locais ao processo de preservação e valorização de seu patrimônio (Strassburger et al., 2023).

De acordo com Souza e Dolci (2019, p. 28), persiste uma “confusão terminológica”, o que dificulta uma compreensão clara do que se considera como turismo rural. Nesse contexto,

Camarano e Abramovay (1999) relatam que o crescimento do Turismo Rural no Brasil tem ocorrido de maneira empírica, e que em cada região do país apresenta características diversas. Em razão disso, o turismo rural recebe denominações distintas, resultando em múltiplas concepções, manifestações e definições (Strassburger et al., 2023).

O turismo rural é voltado para a vivência da vida no campo, incluindo a cultura, tradições e atividades agrícolas locais. Este tipo de turismo foca na valorização da cultura e da produção do comércio local, ocorrendo em áreas rurais, muitas vezes em pequenas propriedades ou vilarejos. A Lei nº 4396/2020 regulamenta essa modalidade, promovendo a preservação das tradições e incentivando o desenvolvimento econômico local.

Pesquisadores como Busby e Rendle (2000), Fleischer e Tchetchik (2002), Gonçalves (2020), Correia et al. (2020) e Holland et al. (2022), têm explorado os impactos e benefícios do turismo rural, destacando sua importância para a sustentabilidade das comunidades rurais. Portanto, é evidente a necessidade de estabelecer uma distinção clara entre várias tipologias que circundam o turismo e as experiências turísticas em espaços naturais e muitas vezes chamados “rurais” para facilitar a compreensão e a aplicação da proposta deste estudo.

#### 2.4.3 Ecoturismo

O ecoturismo é centrado na preservação ambiental e na sustentabilidade, com atividades planejadas e controladas para minimizar o impacto no meio ambiente e promover a conscientização ecológica. Este segmento turístico tem um foco educativo, visando a proteção e a conservação ambiental, e ocorre em grandes áreas naturais protegidas, como parques nacionais. A Lei nº 14.978/2024 regulamenta o ecoturismo no Brasil. Ceballos-Lascurain (1996), Nyaupane (2023) são alguns dos principais autores que discutem a importância do ecoturismo para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

No Ecoturismo, os turistas frequentemente são motivados pelo desejo de explorar ecossistemas intocados e interagir com as comunidades nativas (Nascimento et al. 2024), e também desempenha papéis importantes, como a movimentação econômica, a promoção de recursos naturais e culturais de diversas regiões (Aguiar, Lima & Lima, 2024).

O Ecoturismo abrange uma variedade de atividades e de experiências, como por exemplo trilhas e caminhadas até a observação da fauna e flora, onde o contato com a natureza é um de seus principais atrativos. Por possuir caráter de impacto ambiental, é fundamental promover a conscientização sobre a preservação dos espaços naturais envolvidos, garantindo que o ecoturismo beneficie tanto os visitantes quanto às comunidades locais (Maranhão & Azevedo, 2019).

#### 2.4.4 Turismo de Natureza

O turismo de natureza abrange todas as modalidades de atividades turísticas que ocorrem em ambientes naturais, onde a paisagem é o principal atrativo desse segmento, que acontece mesmo sem a existência de estruturas formais e é fortemente orientado pelos interesses do mercado, ainda que não envolva, necessariamente, uma preocupação ambiental ou social (Miller et al., 2022).

Trata-se de um campo amplo, no qual o contato com a natureza pode assumir diferentes intensidades – da contemplação passiva às práticas mais imersivas – e que reflete a crescente valorização de ambientes preservados como espaços de lazer, descanso e renovação emocional (Martins & Silva, 2018).

Pesquisadores como Poudel e York (2024) têm investigado as dinâmicas e os impactos do turismo de natureza, destacando que sua expansão está frequentemente associada à busca por emoção, excitação e afastamento das formas tradicionais e massificadas de turismo (Nyaupane et al., 2024).

#### 2.4.5 Turismo de Aventura de Natureza

O turismo de aventura configura-se como um segmento do setor turístico caracterizado pela oferta de atividades desafiadoras e emocionalmente intensas, realizadas predominantemente em ambientes naturais, nas quais o risco controlado, a superação pessoal e o contato direto com a natureza assumem papel central (Deb et al., 2023; Nyaupane et al., 2024).

Para além do entretenimento, esse tipo de turismo envolve motivações individuais, padrões comportamentais, efeitos cognitivos e emocionais, além de questões operacionais, impactos socioambientais e diretrizes técnicas e mercadológicas que orientam seu consumo. A literatura tem explorado essas múltiplas dimensões, evidenciando tanto os benefícios associados à experiência, ao bem-estar e ao desenvolvimento local quanto os desafios relacionados à gestão, à segurança e à sustentabilidade (Rantala et al., 2018; Lemos, 2020).

#### 2.4.6 Atividades de Aventura de Natureza como Lazer

As atividades de aventura de natureza geralmente se desenvolvem em ambientes naturais ou nas suas proximidades, compreendendo que a aventura oferece uma oportunidade aos seus adeptos de vivência, concentração e superação de desafios (Quezada-Sarmiento, 2024). Atividades de aventura em conexão com a natureza é uma forma crescente de lazer associada a estados psicológicos ideais que envolvem emoções intensamente agradáveis (Houge Mackenzie et al. 2023).

As atividades de aventura de natureza como lazer buscam proporcionar emoção e/ou adrenalina, perigo controlado, atividade desportiva e de lazer, experimentação do novo e preservação do patrimônio ecológico. Estas atividades têm como foco principal a exploração e interação com o ambiente natural, proporcionando experiências emocionantes e desafiadoras, promovendo o contato direto com a natureza. Da Cruz Vitorio (2023) e Pomfret et al. (2023), são alguns dos pesquisadores que discutem a importância dessas atividades para o lazer e a conservação ambiental.

Estudos trazem as relações entre as atividades físicas de aventura na natureza, em que a evasão das grandes metrópoles, melhorias na qualidade de vida, nas sensações de bem-estar e prazer são os principais fatores para sua busca (Nyaupane, 2023). São realizados no ambiente de natureza que é um bem comum e deve ser preservado (Ordiñana-Bellver et al., 2024).

A aventura, é um ponto de atração nesse consumo, e é tida para Spink et al. (2005), “a busca de desafios relacionados com a imponderabilidade e imprevisibilidade” (p. 8); um conceito clássico que complementa-se com a incerteza, o risco, o perigo e o autodesafio (Wuo, 2022; De Barros, 2022), constituindo em sua essência, a aventura com risco calculado e autoconhecimento corporal (Deleuze & Guattari, 2007; Pereira, 2022).

A importância de se trazer para esta pesquisa o cenário do ambiente natural é a atribuição de um valor intrínseco à natureza, uma ética de cuidados por todas as formas de vida que dividem com eles o espaço natural (Franco, 2013; Franco, 2015). Sendo as atividades de aventura de natureza ações e reações que implicam o uso e o uso não usual do espaço, são também experienciadas por prazer, por sentir-se bem e por querer fazer (Nunes et al. 2021), e pela imersão que a natureza proporciona aos sentidos humanos (Senra, 2023).

Essas práticas, ao proporcionarem experiências significativas, tendem a evocar nos participantes sentimentos contemplativos e emocionais, que são filtrados por desejos e valores, fundamentados em uma ética de profundo respeito pela biodiversidade natural. Tornando-se reconhecer, de maneira mais facilitada, as potencialidades e a abrangência dos níveis qualitativos que a interação humana com o meio natural pode representar todo zelo e cuidados de salvaguarda, são fundamentais para manter a essência desse ambiente (Arnould et al. 1993).

#### 2.4.7 As Trilhas e o Rapel de Natureza

Públicos de diversas idades têm sido assíduos e bastante atraídos pelo ambiente natural e por atividades que proporcionem bem-estar e aventura, como por exemplo a trilha e o rapel de natureza, e que ambos consideram a ideia de construção de valores, cuidado com a natureza e proteção ambiental (Teigland, 2000). Sendo uma tendência de consumo em substituição de

valores materialistas por conexões experienciais com o meio ambiente (Nyaupane, 2023).

Trilhas ecológicas são percursos demarcados em áreas naturais que propiciam a interpretação ambiental, o resgate histórico-cultural e os fenômenos locais (Silva et al. 2012). É o caminhamento dentro da área de preservação permanente (APP) que permitirá a interação com esse ecossistema, além de estimular o público a refletir sobre a importância da conservação ambiental (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2024). Proporciona ao adepto uma educação ambiental frente à natureza (Costa, 2006<sup>a</sup>; Wu, 2022).

O rapel, por sua vez, é uma técnica vertical utilizada para descer paredões, cachoeiras e montanhas, exige força física, resistência e habilidades de coordenação (Gaines, 2013); onde o risco é um elemento inerente à sua prática (Aguiar, 2012). Porém, quanto maior a proximidade e expertise, menor a concepção do risco pelo sujeito ao praticar tal modalidade (Paixão & Silva, 2017). A trilha e o rapel na natureza convidam seus adeptos a explorar novos lugares, o cuidado e o zelo para com o meio ambiente (Chao, 2015).

Assim, faz-se importante entender as práticas de trilha e rapel na natureza como uma experiência que gera lazer, mas também responsividade, clareza e a disciplina (Buzatto & Kuhnen, 2020). Estes aspectos englobam o comportamento de administração responsável, fenômeno investigado neste estudo (Silva et al., 2020),

Dessa maneira, a integração dos diferentes segmentos do turismo de natureza revela a complexidade e a riqueza deste campo e que cada modalidade, seja turismo rural, ecoturismo, turismo de natureza, turismo de aventura de natureza ou atividades de aventura de natureza como lazer, contribui de maneira única para a valorização do ambiente natural (Oliveira, 2021), a promoção da sustentabilidade e o desenvolvimento econômico local (Freitas, 2021).

No próximo capítulo, serão apresentados os Procedimentos Metodológicos adotados nesta pesquisa. Com uma abordagem qualitativa, o estudo busca compreender em profundidade o objeto investigado a partir do fenômeno e sujeitos, considerando a complexidade e a subjetividade das percepções envolvidas. Para isso, utiliza-se como estratégia o Estudo de Caso, permitindo uma análise detalhada de um contexto específico, esse desenho de pesquisa busca explorar as relações, significados e particularidades que emergem da realidade observada.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Abordagem de investigação e caracterização da pesquisa

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, estruturada como estudo de caso único, na perspectiva interpretativista, de natureza instrumental e caráter teórico-empírico (Stake, 1995; Godoy, 1995; Creswell & Creswell, 2021). O foco recai sobre o fenômeno do comportamento de administração responsável, articulado aos marcos da experiência do consumidor e do turismo de aventura em natureza, nas modalidades de trilha e rapel.

O lócus da pesquisa será a cidade de Gravatá, localizada no agreste pernambucano, Brasil, cuja caracterização será apresentada neste capítulo. A pesquisa qualitativa, ao privilegiar a compreensão dos fenômenos sociais sob a ótica dos participantes, utiliza entrevistas em profundidade, grupos focais, observação participante e análise documental, possibilitando captar as nuances e complexidades das interações por meio da triangulação de dados (Flick, 2009).

A abordagem qualitativa e interpretativista é compreendida à medida que as experiências do consumidor em trilha e rapel de natureza acontecem, impactando a perspectiva do comportamento de administração responsável, tanto dos sujeitos primários quanto secundários, e por meio dos relatos a realidade será socialmente construída, o que demanda uma aproximação do pesquisador com o campo de investigação (Denzin & Lincoln, 2006).

De acordo com Tuzzo e Braga (2016, p. 6), “a pesquisa qualitativa é analítica, explicativa, regida pelos dados que irão gerar conclusões e reflexões”. Sob essa ótica interpretativista, que valoriza a subjetividade, o comportamento de administração responsável será analisado a partir das experiências no turismo de aventura em natureza vivenciadas pelos sujeitos e pela compreensão social do recorte investigado (Ribeiro et al., 2023).

A pesquisa qualitativa, conforme Simione (2020, p. 7), “assenta na análise de processos dinâmicos cujos objetos suscitam reinterpretações teóricas, onde o pesquisador realiza uma imersão no cenário social estudado”; nesse sentido, a compreensão do fenômeno emerge das interações sociais vivenciadas durante o trabalho de campo, considerando o objeto de estudo como um produto relacional construído entre os sujeitos participantes e a pesquisadora, no contexto específico em que a investigação se desenvolve.

Sendo a pesquisa qualitativa uma abordagem que responde a questões muito particulares, de acordo com Minayo (2011, p. 21), “ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, sensações, o que corresponde a um espaço mais profundo

das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Com isso, a autora enfatiza a importância de compreender as experiências vivenciadas e seus significados.

Os próximos tópicos a serem discutidos neste capítulo são: O estudo de caso como método de investigação e o lócus da pesquisa. No decorrer do texto, será apresentado o estudo de caso, suas características, importâncias e as razões pelas quais foi definido com desenho estratégico para esta dissertação; por sua capacidade de explorar de forma profunda e detalhada o fenômeno, objeto e sujeitos, dentro de um contexto específico.

Este contexto é o lócus da pesquisa, definido no Agreste Pernambucano, precisamente na cidade de Gravatá, uma região conhecida por suas características naturais e pelo crescente desenvolvimento do turismo de aventura de natureza, e muito demandada para as práticas da trilha e do rapel. A escolha deste cenário permite investigar diretamente as interações e experiências dos sujeitos em um ambiente específico de investigação.

### 3.1.1 O método como estratégia de investigação – Algumas considerações

O estudo de caso, como afirma Godoy (1995, p. 25), “se caracteriza como desenho ou estratégia de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”, permitindo fazer o levantamento minucioso sobre a temática tratada, examinando e observando suas interferências, permite-se com isso estudar a unidade em profundidade, contribuindo tecnicamente para um detalhado conhecimento a seu respeito.

Por ser uma estratégia de pesquisa científica, o estudo de caso possibilita uma análise fenomenológica em seu contexto real, examinando interações e influências (Godoi et al., 2017; Creswell & Creswell, 2021). O estudo de caso é um método intensivo e sistemático que permite analisar em profundidade instituições, comunidades ou indivíduos, possibilitando a compreensão de diferentes fenômenos (Mello, 2014). Esse método se caracteriza pelo uso de múltiplas fontes de evidência – como entrevistas, observações e documentos – e por oferecer um detalhamento particular dos sujeitos, do lócus e do fenômeno investigado (Godoi et al., 2017).

Sua escolha neste estudo justifica-se por ser a estratégia de pesquisa mais adequada quando fenômeno e contexto estão fortemente interligados, permitindo examinar a realidade em seu recorte natural e compreender as experiências de forma situada e contextualizada (Stake, 1995; Godoy, 1995).

Simione (2020), baseado em Yin (2005) e Stake (1995), traz em sua investigação, os estudos de caso como uma abordagem de pesquisa recomendada ao buscar responder perguntas

de pesquisa como “como” e “por que”, especialmente em situações onde o pesquisador possui controle limitado sobre os acontecimentos, sendo uma método que se mostra adequado para a análise de fenômenos contemporâneos que ocorrem dentro de um contexto real. Essa perspectiva corrobora a escolha desse método de investigação, de acordo com a pergunta central deste estudo.

Então, os estudos de caso têm como objetivo a interpretação de uma realidade específica, e ao optarem por essa abordagem, os pesquisadores procuram compreender sua singularidade, buscando captar a complexidade de um caso particular dentro de um contexto de pesquisa considerado único relevante (Simione, 2020).

Nesse contexto, o estudo de caso é um método eficiente para esta pesquisa, pois permite analisar um fenômeno dentro de seu contexto real, repleto de variáveis e influências ambientais. Esse desenho estratégico de pesquisa é especialmente relevante para estudar o comportamento da administração responsável a partir das experiências dos consumidores do turismo de aventura, especificamente nas atividades de trilha e rapel em ambiente de natureza.

Para um estudo específico no agreste pernambucano, esse método se mostra ainda mais pertinente, uma vez que a região apresenta características únicas que possibilitam a prática dessas atividades, tornando-se um cenário ideal para esta investigação. Assim, o estudo de caso como afirma Yin (2005), fortalece a compreensão do protagonismo existente nesse contexto, permitindo uma análise aprofundada das experiências dos consumidores e das dinâmicas envolvidas no turismo de aventura.

Estudar o comportamento de Administração responsável a partir das experiências do consumidor do turismo de aventura, precisamente nas atividades de trilha e rapel de natureza, traz o protagonismo do agreste pernambucano e sua possibilidade geográfica de apresentar um contexto real, cheio de variáveis e influências ambientais, de características únicas e singulares que dão possibilidades ao fenômeno estudado pelo método do estudo de caso, que de acordo com Simione (2020, p. 17), “é um método que se concentra no exame e compreensão das dinâmicas presentes dentro de cenários e realidades específicas”.

Considerando que o turismo de aventura de natureza integra a realidade turística de Gravatá-PE e é cheio de características, variáveis e influências, adotou-se assim o estudo de caso como método de investigação, conforme a epistemologia de Stake (1995), por permitir compreender o fenômeno em seu contexto natural e interpretar sua singularidade a partir de fundamentos teóricos definidos. A coleta e a análise das evidências foram estruturadas de forma coerente com o objeto e as questões de pesquisa, reforçando a adequação e a relevância do estudo de caso para esta investigação (Stake, 1995; Simione, 2020).

É essencial compreender o lócus desta pesquisa, isto é, o contexto geográfico e ambiental em que o estudo se desenvolve. A cidade de Gravatá-PE, como já foi explanado, destaca-se como um destino turístico consolidado, reconhecido por suas condições naturais favoráveis à prática de trilhas e rapel (Freitas, 2021; De Brito Alves et al., 2025). Sendo importante destacar o próximo tópico como essencial à apresentação detalhada do lócus de pesquisa, destacando sua relevância e características no âmbito deste estudo de caso.

### 3.1.2 Lócus de pesquisa - A cidade de Gravatá e suas características

Conhecida por suas paisagens deslumbrantes, Gravatá destaca-se como um dos municípios mais interessantes da mesorregião do Agreste Central de Pernambucano e da Microrregião do Vale do Ipojuca. Inserindo-se dentro do domínio das caatingas (Ab'Saber, 2003), possui relevo de brejos de altitude devido às formações geomorfológicas e geológicas da área, associadas a fenômenos meteorológicos que garantem uma peculiaridade paisagística (Mendonça, 2016).

De acordo com Andrade (2009), a composição geomorfológica de Gravatá-PE é marcada por estruturas formadas no Período Pré-Cambriano, há cerca de 3,3 bilhões de anos, constituídas por rochas graníticas maciças que integram o Planalto da Borborema. Essa unidade de relevo resulta de intensos processos tectônicos e orogênicos, responsáveis por dobras e falhas na crosta terrestre. Entre esses fenômenos destaca-se o Lineamento Pernambuco, uma grande falha geológica que atravessa o estado no sentido leste-oeste, ocasionando o soerguimento de blocos rochosos e, em alguns casos, pequenos abalos sísmicos durante a acomodação litológica da região.

Dentro desse contexto, as áreas elevadas do domínio da Caatinga, como a região de Gravatá, são classificadas como brejos de altitude, formações singulares que abrigam microclimas mais úmidos e amenos em comparação ao entorno semiárido. Essa condição diferenciada decorre da posição geográfica a barlavento, voltada para os ventos úmidos do Leste, e da ocorrência de chuvas orográficas, quando a umidade oceânica é forçada a subir pelas encostas e se condensa, resultando em precipitações mais regulares (Mendonça, 2016).

Segundo Holanda et al. (2021), o clima de Gravatá é classificado como do tipo “As” segundo a tipologia de Koppen e Geiger (1928), caracterizado por verões quentes e úmidos e invernos amenos, com chuvas concentradas entre abril e setembro. Esse regime é fortemente influenciado pelas Ondas de Leste, que transportam umidade do Oceano Atlântico, e pela Frente Polar Atlântica (FPA), que provoca a queda das temperaturas durante o inverno (Andrade, 2009).

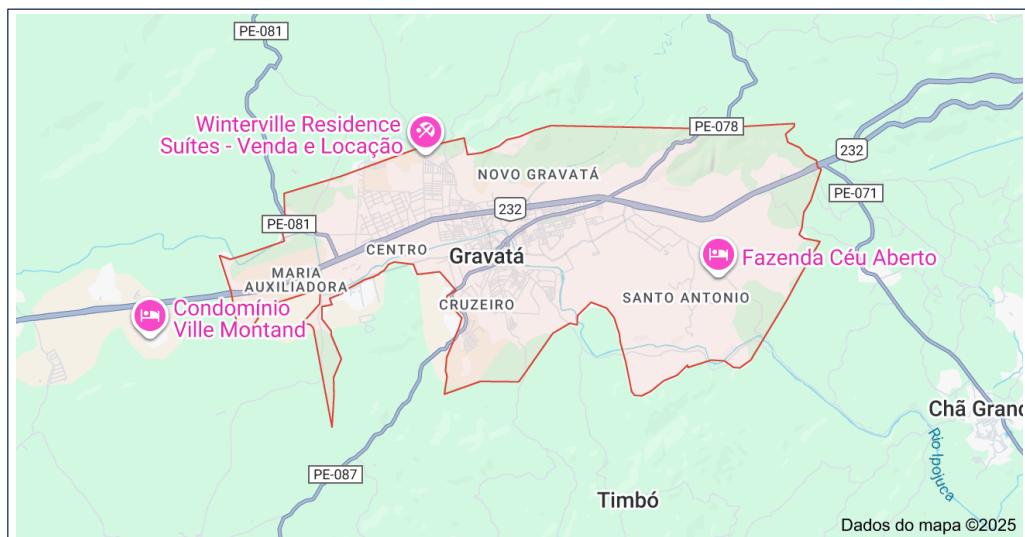
De acordo com Vieira (2022), o brejo de Gravatá se destaca como um remanescente de mata serrana de altitude, um tipo de floresta tropical úmida mantida pelas condições microclimáticas locais e integrada ao domínio morfoclimático da Caatinga. Essa combinação cria uma paisagem única, onde espécies vegetais e animais típicas de ambientes úmidos coexistem com elementos da vegetação semiárida, configurando um importante mosaico ecológico de transição.

O município está inserido na bacia hidrográfica do Rio Ipojuca, um dos cursos d'água mais importantes de Pernambuco. Suas nascentes localizam-se em Arcoverde, e o rio mantém regime intermitente até Gravatá, tornando-se perene a partir desse ponto, o que reforça a importância ambiental e hídrica do município dentro do contexto do Agreste pernambucano (Vieira, 2022).

A Figura (5) ilustra a localização geográfica e ambiental de Gravatá-PE, evidenciando sua inserção no conjunto de relevos do Planalto da Borborema e sua posição estratégica entre o litoral úmido e o semiárido interiorano, o que explica a riqueza ecológica e o potencial turístico associado às trilhas, cachoeiras e paisagens naturais da região.

### Figura 5

*Mapa de Gravatá – Pernambuco (Brasil).*



Fonte: Google Maps (2025).

O mapa destaca a delimitação territorial da cidade e a presença de importantes vias, como a BR-232, que corta o município e facilita o deslocamento entre o Recife e o interior. Também se observam áreas de destaque, como os bairros Maria Auxiliadora, Novo Gravatá, Cruzeiro e Santo Antônio, além de empreendimentos turísticos e residenciais, como o Winterville Residence e a Fazenda Céu Aberto. Essa representação geográfica permite

compreender a disposição espacial da cidade e seu entorno natural, contextualizando o lócus da pesquisa sobre turismo de aventura e natureza em Gravatá.

As características de Gravatá tornam a cidade um dos principais destinos do turismo de aventura em natureza no agreste pernambucano, reconhecida pelo clima ameno e pelas paisagens exuberantes, que incluem serras, vales, rios e cachoeiras (Galvão, 2019; De Brito Alves et al., 2024). A prática da trilha e do rapel se destaca por depender diretamente de ambientes naturais específicos, entendidos como bens comuns que devem ser preservados (Embratur, 2023; Ordiñana-Bellver et al., 2024).

O turismo de aventura, nesse contexto, caracteriza-se por atividades que envolvem adrenalina e risco controlado, de caráter recreativo e não competitivo (Ministério do Turismo, 2024). Gravatá oferece trilhas de diferentes níveis de dificuldade, que atendem tanto iniciantes quanto experientes (Aguiar e Pereira, 2023), além de formações rochosas propícias ao rapel, atividade que alia adrenalina, contemplação e vistas panorâmicas (Freitas, 2021).

O município, portanto, atrai significativa demanda turística, em que o espaço natural se converte em objeto de consumo (Valença, 2015), e onde o turismo de aventura em natureza desponta como prática capaz de despertar consciência ambiental ao promover interação direta entre visitantes e meio ambiente (Ordiñana-Bellver et al., 2024).

Contudo, persiste uma lacuna teórica sobre o comportamento de administração responsável desses sujeitos, visto que a literatura ainda carece de estudos que avaliem tanto os impactos ambientais das práticas quanto a possibilidade de tais atividades induzirem predisposições conscientes de preservação. Este estudo, assim, busca contribuir para preencher essa lacuna, aprofundando o debate e fortalecendo práticas de trilha e rapel mais responsáveis e sustentáveis em Gravatá.

Nesse contexto, este estudo de caso evidencia Gravatá como lócus da pesquisa, localizada no agreste central, de acordo com o BDE (2024) – Base de Dados do Estado, e faz parte da Zona Fisiográfica do Agreste do estado Pernambuco, na região Nordeste do Brasil, onde possui uma área é de 507 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 0,51% da superfície total de Pernambuco e encontra-se a 81 km à Oeste da cidade do Recife, capital do Estado (Coutinho, 2014).

Gravatá é um roteiro muito frequentado para o turismo, por possuir clima semiárido, com influência da Serra das Russas e é o município mais propício em todas suas características, clima, vegetação, altitude e relevo, para as práticas da trilha e do rapel de natureza, e dentre os 41 municípios da mesorregião do agreste, IBGE (2024), se localiza mais próximo à capital Recife-PE, o que facilita sua atratividade turística. As práticas da trilha e do rapel são realizadas

em zona rural, tanto em propriedade privada, área de proteção ambiental (APA) (Aguiar e Pereira, 2023).

Sendo grande parte das atividades turística da localidade realizadas em ambiente de natureza, a preocupação com a sustentabilidade, especialmente no contexto do turismo de natureza que envolvem as trilhas e o rapel, não é um tema recente (Andrade et al., 2013). Nesse sentido, faz-se necessário buscar alternativas sustentáveis que promovam a administração responsável em ambientes naturais utilizados no turismo de aventura como lazer, como por exemplo um olhar diferenciado na promoção destas atividades (Barbosa, 2008).

Partindo dessa premissa, o caminho para um desenvolvimento social, econômico e turístico dessa região, deve ser pautado na consciência ambiental de cada indivíduo (sujeitos) como também de cada empresa e poder público que o promove (pró-organizacionais), visto que toda interação proveniente de experiências de lazer realizados em ambientes de natureza tem como consequência o impacto ambiental, devendo com isso ser realizados assegurando-se primordialmente da preservação ambiental (Santos & Chaves, 2014).

O lócus desta pesquisa destaca o turismo de aventura em natureza por sua relação direta com os princípios da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (OMT, 2024). A promoção de experiências em trilha e rapel contribui para o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ao gerar empregos e fortalecer a economia local de forma sustentável (Fundación Codespa, 2023).

Também se relaciona ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e ao ODS 15 (Vida Terrestre), por valorizar os recursos naturais e incentivar práticas de conservação da biodiversidade e uso responsável dos ecossistemas (Cunha et al., 2024). Dessa forma, o turismo de aventura em Gravatá-PE não apenas impulsiona a economia, mas também fomenta a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável das comunidades locais (Moraes de Jesus et al., 2024).

Trata-se, portanto, de um ambiente propício para a integração entre turismo e ODS, em que o crescimento econômico se alia à preservação ambiental (De Souza Brandão et al., 2024). Essa articulação reafirma a importância de práticas que equilibrem as experiências realizadas na natureza, de modo a estimular comportamentos de administração responsável entre os consumidores-adeptos e consolidar a relevância do estudo. Critérios de inserção dos sujeitos de pesquisa

Os sujeitos primários desta pesquisa são os consumidores adeptos das atividades de trilha e rapel, enquanto os sujeitos secundários correspondem aos representantes das empresas

que oferecem essas experiências em Gravatá-PE. As modalidades escolhidas, trilha e rapel, destacam-se pela relevância e crescente demanda turística voltada ao lazer na região, proporcionando aos praticantes uma vivência singular que combina aventura, desafio e contato direto com a natureza.

De acordo com Nyaupane (2023) e Ordiñana-Bellver et al. (2024), essa imersão não só promove o bem-estar físico e mental, mas também incentivam um maior apreço e respeito à natureza, além de apresentarem características de um alto grau de envolvimento e desafio físico, podendo levar a uma sensação de realização pessoal e superação de limites. Esse aspecto é particularmente atraente para indivíduos que buscam experiências de lazer que vão além do entretenimento passivo, proporcionando um senso de aventura e conquista pessoal.

Outro fator importante é a dimensão social e ambiental dessas atividades. A prática de trilha e rapel frequentemente envolve a participação em grupos, o que pode fortalecer laços sociais e promover a colaboração e o trabalho em equipe, levando à compreensão do comportamento de administração responsável percebidos e desenvolvidos a partir das atividades realizadas, seja no aspecto individual como no macro organizacional (Silva et al., 2020; Kavenski & Beuren, 2022).

Essas interações sociais são fundamentais para a construção de comunidades de praticantes que compartilham valores e interesses comuns, contribuindo para a coesão social e o desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade e cuidado com o meio ambiente (Severo & Guimarães, 2017), ao exercer a administração responsável, objeto e foco deste estudo.

Dessa forma, a trilha e o rapel configuram modalidades capazes de proporcionar uma combinação rica de benefícios pessoais, perspectivas intrínsecas, sociais e ambientais. Amplamente praticadas e demandadas no lócus da pesquisa, essas atividades de lazer assumem relevância significativa para os estudos em turismo de aventura, marketing e experiência do consumidor, contribuindo para a compreensão dos comportamentos individuais e coletivos dos participantes.

### **3.2 Procedimentos de acesso ao campo e seleção dos participantes**

O acesso ao campo e a interação com os participantes foram realizados por seleção intencional, alinhada ao enfoque qualitativo e interpretativo do estudo. O campo é entendido como uma rede relacional que inclui sujeitos, interações, práticas e significados, abrangendo tanto o espaço físico quanto sua dimensão simbólica. Essa definição segue as perspectivas de Geertz (1989) e Irgil et al. (2021), que consideram o campo como uma construção social de sentidos, interpretável por meio de deslocamentos, movimentos, interações e práticas.

Essa visão também é reforçada por Minayo (2014), ao afirmar que o campo é composto por sujeitos, relações e práticas em constante interação, e por Flick (2013), que destaca sua constituição dinâmica na interação entre pesquisador, participantes e contexto. Inicialmente, a pesquisadora estabeleceu contato com os representantes das empresas proponentes das atividades de aventura, considerados sujeitos secundários, para definir as datas possíveis, o tipo de atividade realizada (trilha, rapel ou ambos), o tempo total das experiências, os locais naturais nos quais as práticas ocorreriam, bem como o valor a ser pago para participação.

Esses contatos foram realizados predominantemente pela rede social *Instagram*, ocasião em que também foram solicitadas as autorizações para a realização das entrevistas e da observação participante, além da explicação detalhada sobre o caráter acadêmico-científico da pesquisa, formalmente orientada por um professor Doutor.

Após a confirmação de participação e o pagamento efetuado via pix, com recursos próprios da pesquisadora, cada momento de presença física em campo, era iniciado com o deslocamento de Carpina-Recife para Gravatá-PE, articulando os aspectos logísticos e éticos necessários para a condução das atividades.

Durante o percurso de ida e volta, as primeiras interações com os grupos foram se estabelecendo, favorecendo a apresentação da pesquisa e o convite para participação nas entrevistas. Nesse contexto, diversos sujeitos primários demonstraram espontaneamente interesse em contribuir com o estudo, o que reforçou o ambiente de confiança construído ao longo da experiência. Os sujeitos secundários, neste caso os representantes das empresas promotoras das experiências, foram sempre os primeiros a saber da pesquisa e autorizar o acompanhamento, anotações e registros.

Contudo, em razão das dinâmicas próprias do campo, como a profundidade das narrativas, o movimento natural das interações e as demandas temporais das atividades de aventura, não foi possível entrevistar todos os que manifestaram interesse. Ainda assim, a coleta revelou um conjunto denso, autêntico e significativo de evidências, reafirmando a pertinência da abordagem qualitativa e a robustez para a composição do corpus constituído a partir das experiências vivenciadas evidências coletadas.

Assim, a figura (6) a seguir, foi organizado de maneira sintética e sistematizada os procedimentos adotados para o acesso ao campo e para a seleção intencional dos participantes, permitindo visualizar com clareza a lógica metodológica que orientou a presença da pesquisadora nas atividades de aventura.

A estrutura em etapas evidencia o percurso completo da coleta, desde o primeiro contato com os sujeitos secundários até a formação final do corpus analítico, demonstrando

transparência, rigor e coerência com a abordagem qualitativa adotada. Essa representação esquematizada complementa a descrição textual, reforçando a clareza dos critérios utilizados, das negociações realizadas, da dinâmica de interação com os sujeitos e das condições concretas do trabalho de campo em ambiente natural.

### Figura 6

*Roteiro dos procedimentos de acesso ao campo e seleção dos participantes.*

<b>Roteiro dos procedimentos de acesso ao campo e seleção dos participantes</b>	
<b>Etapa</b>	<b>Descrição dos Procedimentos Realizados</b>
1. Identificação dos Sujeitos Secundários	- Seleção intencional dos representantes das empresas proponentes das atividades de aventura (trilha e/ou rapel), por atuarem diretamente na mediação das experiências estudadas.
2. Contato Inicial	- Contato realizado predominantemente via Instagram; apresentação da pesquisadora; explicação do caráter acadêmico-científico do estudo; convite formal para colaboração.
3. Negociação e Planejamento das Atividades	- Definição conjunta de datas, tipo de atividade (trilha/rapel), duração total das práticas, locais naturais envolvidos e valor a ser pago para participação.
4. Autorizações Formais	- Solicitação da autorização para realização das entrevistas, observação participante e registros necessários; confirmação da presença da pesquisadora de acordo com o planejamento das empresas.
5. Confirmação da Participação	- Pagamento via PIX, realizado com recursos próprios da pesquisadora; confirmação das datas, horários e logística das experiências.
6. Deslocamento ao Campo	- Saída de Recife em direção a Gravatá-PE; realização do deslocamento de ida e volta como etapa inicial de interação e aproximação com os grupos.
7. Apresentação da Pesquisa aos Sujeitos Primários	- Durante o percurso e antes das atividades, apresentação formal do estudo, esclarecimento de objetivos, e convite para participação nas entrevistas.
8. Adesão Espontânea dos Participantes	- Muitos sujeitos primários manifestaram interesse voluntário em conceder a entrevista, favorecendo o clima de confiança e abertura.
9. Realização das Entrevistas e Observação Participante	- Condução das entrevistas conforme disponibilidade dos participantes; observação participante ao longo das trilhas/rapel e interações em ambiente natural.
10. Limitações Práticas do Campo	- Nem todos os interessados puderam ser entrevistados, devido ao tempo das atividades, profundidade das narrativas e dinâmica própria do campo.
11. Formação do Corpus Analítico	- Organização e sistematização das evidências coletadas (entrevistas, notas de campo, observação, interações), compondo o corpus submetido à análise de conteúdo.

Os procedimentos de acesso ao campo e a seleção dos participantes, constituíram uma etapa fundamental para assegurar o rigor metodológico da pesquisa, pois tornaram explícitos os critérios, as negociações e as condições concretas que orientaram a entrada da pesquisadora no ambiente empírico. Ao detalhar como os sujeitos foram identificados, contatados, convidados e integrados ao estudo, esse subitem garantiu transparência, coerência e alinhamento entre os objetivos da investigação e as evidências produzidas.

Além disso, explicitar o modo como o campo foi construído, considerando as interações, as mediações tecnológicas, as práticas sociais e as dinâmicas emergentes, reforçou a credibilidade do processo interpretativo e a validade interna dos achados, permitindo que outros

pesquisadores possam compreender em profundidade o percurso seguido, a consistência ética, teórica e procedural da pesquisa.

### **3.3 Instrumentos de Coleta das evidências**

A coleta de evidências foi efetuada por meio da técnica de triangulação, constando de entrevistas semi estruturadas realizadas *in loco* presencialmente e também pela observação participante (Stake, 1995). A pesquisa possui como suporte uma construção bibliográfica tendo seu referencial teórico pesquisado em diversas bases de dados (Gil, 2008; Creswell & Creswell, 2021).

A triangulação é uma estratégia fundamental nas análises qualitativas, especialmente em estudos de caso, para aumentar a validade e a confiabilidade dos resultados. Ela envolve o uso de múltiplas fontes de dados, métodos, investigadores ou teorias para examinar um fenômeno (Flick, 2013). Neste estudo será utilizada a modalidade de triangulação de fontes de evidências.

Conforme proposto por Flick (2013), a triangulação de pesquisa, em um viés interpretativista, é uma abordagem metodológica que visa aumentar a validade e a confiabilidade dos estudos qualitativos. Essa técnica permite uma análise mais abrangente e multifacetada de um fenômeno, minimizando vieses e proporcionando uma compreensão mais profunda e holística (Tuzzo & Braga, 2016).

Partindo das considerações de Flick (2013) e Tuzzo e Braga (2016), foi utilizada a triangulação sistemática, onde a coleta de dados qualitativos aconteceu a partir da entrevista semiestruturada, com os sujeitos primários e adeptos-praticantes das atividades de aventura, e secundários, com as empresas ofertantes (na representação de guias e monitores), e da observação participante, seguindo um roteiro de orientação preliminar e um protocolo para as anotações e interação da pesquisadora em campo.

Isso permitiu uma análise consistente, verificação cruzada das informações obtidas, inferências e interpretações finais, aumentando a credibilidade dos resultados, a validade e a confiabilidade interna e externa, fortalecendo a robustez e promovendo uma análise mais rica e detalhada do fenômeno estudado. Nessa perspectiva, a entrevista semiestruturada permite ter acesso às perspectivas individuais e também às macros organizacionais dos respondentes (Flick, 2013).

#### **3.3.1 Entrevista**

A principal técnica de coleta é a entrevista semiestruturada que, de acordo com Creswell

e Creswell (2021), é particularmente útil quando se deseja compreender as percepções, experiências e significados atribuídos pelos participantes a determinados fenômenos. Ela oferece um equilíbrio entre a consistência das perguntas e a liberdade para explorar novas direções, proporcionando uma compreensão mais profunda e contextualizada dos dados coletados (Guazi, 2021), sendo o reflexo de um planejamento metodológico consciente e informado, a partir de uma escolha técnico-instrumental (Leitão, 2021).

O roteiro de entrevistas foi elaborado a partir da problematização do estudo, das questões norteadoras e das teorias que sustentam a construção da pesquisa. A esse processo, agregaram-se as contribuições de Voola et al. (2022) e Hu et al. (2025), que discutem a importância de integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aos instrumentos de investigação, orientando a incorporação dos ODS 12, 13 e 15 na estrutura do roteiro.

Os ODS 12, 13 e 15 tratam, respectivamente, do consumo e produção responsáveis, da ação climática e da proteção da vida terrestre, e foram incorporados ao estudo por dialogarem diretamente com o contexto empírico das experiências de trilha e rapel. Sua adoção fortalece a relevância científica, social e ambiental da pesquisa ao situá-la em um marco global de sustentabilidade. Dessa forma, o instrumento foi concebido de maneira coerente com o marco teórico e alinhado às dimensões de consumo responsável, ação climática e proteção da vida terrestre, reforçando a consistência analítica da pesquisa.

A vinculação das categorias temáticas a esses objetivos permite interpretar o comportamento de administração responsável dos participantes não apenas em termos individuais, mas como práticas que se alinham a compromissos internacionais de consciência ambiental, legitimando a análise e ampliando seu alcance (Voola et al., 2022; Hu et al., 2025).

Ao articular os dados aos ODS, a pesquisa transcende a mera descrição das ações dos sujeitos, evidenciando como atitudes pró-ambientais e cuidados com os ecossistemas locais refletem diretrizes globais de sustentabilidade. Assim, o desenho metodológico reforça o diálogo entre ciência, sociedade e políticas públicas, contribuindo diretamente para debates atuais sobre desenvolvimento sustentável (Mulero et al., 2024; United Nations, 2024).

Além disso, a pesquisa observa os preceitos éticos e legais inerentes aos estudos de natureza qualitativa, assegurando a qualidade científica, o bem-estar dos participantes, o respeito à dignidade e aos direitos dos entrevistados, bem como o livre consentimento dos mesmos (Flick, 2013; Creswell & Creswell, 2021; Leitão, 2021). A figura (7) apresenta o roteiro de entrevista semiestruturada destinado aos sujeitos primários; em seguida, a figura (8) expõe o segundo roteiro de entrevistas semiestruturadas, direcionado aos sujeitos secundários da pesquisa.

**Figura 7***Roteiro de entrevista semiestruturada – sujeitos primários.*

Categoria temática (à Priori) - Predisposição dos sujeitos nas experiências de trilha e rapel		
	Temas	Perguntas
1	<b>Motivações intínsecas:</b> Motivos, estímulos, interesses e sensações	<p>1) Qual motivação, interesse ou estímulo levou você a experienciar o turismo de aventura de natureza?</p> <p>2) Ao estar em conexão com a natureza realizando as experiências, como você se sente?</p>
2	<b>Senso de Responsabilidade:</b> Cooperação, ética, zelo e cuidado com a natureza, tempo de prática em trilha e rapel, e tempo de permanência na natureza	<p>3) Há quanto tempo você é um adepto da trilha ou do rapel? E se já realizou essas experiências em outra localidade além do Estado de Pernambuco?</p> <p>4) Existe alguma ação individual que você considere fundamental para responsabilidade de quem pratica lazer de aventura de natureza? Quais?</p> <p>5) De que maneiras as experiências de aventura em trilha e rapel podem inspirar atitudes de responsabilidade e cooperação nos grupos que experienciam este lazer?</p> <p>6) Como você percebe a importância da ética e da proteção ao interagir com o ambiente natural durante a trilha ou o rapel?</p> <p>7) Que atitudes você adota para minimizar impactos negativos na natureza enquanto realiza essas atividades?</p> <p>8) Você poderia me relatar se percebeu algumas ações éticas de proteção ambiental realizadas por você e pelo grupo?</p>
3	<b>Atitudes:</b> Conservação e conscientização pró-ambiental	<p>9) Você percebe alguma diferença na sua consciência ambiental ao vivenciar essas atividades em grupo? Como isso influencia suas atitudes?</p> <p>10) Você participa ou gostaria de participar de atividades na natureza que promovessem a conscientização ambiental?</p> <p>11) Como as experiências vivenciadas na natureza colaboraram para que você desenvolva uma consciência ambiental na sua vida pessoal e de adepto da trilha e do rapel?</p> <p>12) Você consegue perceber degradação ou danos ambientais causados pelo impacto do uso humano em virtude das práticas de trilha e do rapel na experiência de hoje?</p> <p>13) Como a degradação ou prejuízos ambientais poderão ser minimizados para que essas experiências turísticas se mantenham sustentáveis ao longo do tempo?</p>
	<b>Perspectiva de experiências futuras</b>	14) Quais são suas expectativas futuras como adepto consumidor das experiências de aventura de natureza?

Baseado na literatura pesquisada (2024-2025).

Outro roteiro de entrevistas será direcionado especificamente aos sujeitos secundários, seguindo as condições pró-organizacionais e o comportamento individual. O quadro (6) a seguir traz as questões das entrevistas aplicadas aos sujeitos secundários (Empresas ofertantes do turismo de aventura; instrutores e monitores responsáveis; guias de turismo).

**Figura 8***Roteiro de entrevista semiestruturada – sujeitos secundários.*

Condições pró-organizacionais e ambientais	Empresas ofertantes do turismo de aventura; instrutores da trilha e do rapel; guias de turismo.
	Perguntas
	1.1 Há quanto tempo a empresa atua no segmento do turismo de aventura de natureza? E em Gravatá-PE atua há quanto tempo?

1	<b>Estrutura organizacional</b>	1.2 A empresa utiliza estratégias para atrair o público adepto do turismo de aventura? Quais?
		1.3 A empresa atua em outra localidade propícia à trilha e rapel de natureza a fins de lazer?
2	<b>Criação de valor em médio e longo prazo</b>	2.1 Como a empresa cria valor em longo prazo para que a venda das experiências da trilha e do rapel se mantenha sustentável e evoluindo?
		2.2 Por que os adeptos-consumidores da trilha e do rapel procuram sua empresa para realizar essas experiências?
		2.3 A empresa já realizou alguma pesquisa para compreender o valor das experiências de trilha e do rapel para os adeptos praticantes?
3	<b>Política de proteção ambiental</b>	3.1 A empresa adota normas de conduta de preservação ambiental nas experiências que realiza? Tanto para seus funcionários quanto para seus clientes?
4	<b>Responsabilidade ambiental</b>	4.1 Os representantes da empresa têm consciência de sua responsabilidade para a proteção do meio ambiente nas áreas em que atua? Qual é a maior responsabilidade?
		4.2 A empresa atua no combate a possíveis irresponsabilidades ambientais? Como?
		4.3 A empresa desenvolve suas atividades baseada na legislação ambiental e seguindo as normas de proteção e segurança ambiental?
5	<b>Sustentabilidade</b>	5.1 Como a empresa implementa ações de sustentabilidade ambiental para evitar impacto ambiental e atuar na proteção da vegetação nativa?
		5.2 A empresa promove orientações à educação ambiental, como posturas e comportamentos dos participantes, tanto nos locais das trilhas como às comunidades do entorno?
		5.3 A empresa ou seus representantes percebem o envolvimento da comunidade local para a sustentabilidade ambiental?
6	<b>Transparência</b>	6.1 A empresa da publicidade às suas ações quando realiza alguma ação pró-ambiental? Seja de proteção e combate, seja ao incentivo de boas práticas do turismo na natureza?
		6.2 Qual é o meio de comunicação mais utilizado pela empresa para divulgar essas ações?
		6.3 A empresa consegue mensurar o quantitativo de atividades de aventura que promove anualmente e o quantitativo de clientes que aderem essas modalidades?
7	<b>Engajamento das partes interessadas</b>	7.1 A empresa consegue promover e incentivar educação e valores ambientais em suas atividades? Quais?
		7.2 A empresa desenvolve alguma campanha de engajamento para os adeptos já fidelizados ao turismo de aventura de natureza ou para outros públicos? Quais?
8	<b>Gestão do comportamento coletivo</b>	8.1 Qual é o grande desafio ou dificuldade que a empresa enfrenta para gerenciar o comportamento coletivo dos grupos que participam da experiência da trilha e do rapel de natureza?

Baseado na literatura pesquisada (2024-2025).

A proposta de previsão para a aplicação das ferramentas de coleta de dados com a aplicação das entrevistas e do protocolo de observação participante, é o período dos meses de fevereiro a maio do ano de 2025. Períodos escolhidos por apresentarem datas definidas por várias empresas proponentes, visto a existência de feriados prolongados e do verão, ambos fortalecem a alta demanda das atividades de aventura de natureza na região de Gravatá-PE (Freitas, 2021).

### 3.3.2 A Observação Participante

A observação participante foi conduzida pela pesquisadora em campo, com apoio de um

protocolo também denominado de diário de campo (Flick, 2013), contribuindo com registros empíricos que enriquecem as análises (Leão et al., 2016). Essa técnica é fundamental para compreender os detalhes das ações de comportamento de administração responsável entre participantes e promotores das experiências de trilha e rapel, pois possibilita a coleta de dados em contextos reais a partir da ocorrência espontânea dos fenômenos (Leitão, 2021).

Nessa perspectiva, foi elaborado um roteiro de observação participante alinhado aos objetivos e às questões norteadoras da pesquisa, permitindo identificar aspectos não contemplados diretamente na entrevista semiestruturada e que atendem a outras perspectivas pertinentes para análise (Marodin et al., 2024).

Durante cada atividade, aplicou-se o protocolo de observação participante para ambos os sujeitos da pesquisa, registrando observações e anotações ao longo das trilhas e do rapel, com participação direta da pesquisadora em todas as ações. Essa ferramenta é essencial para coletar evidências em tempo real (França et al., 2022). A coleta ocorreu em ambientes naturais públicos e privados, incluindo áreas de APA e outras usadas para práticas de aventura.

Nos locais privados, o acesso foi autorizado previamente pelos responsáveis, permitindo o registro de imagens quando necessário. Nos ambientes públicos, o acesso é livre, mas a participação demanda acompanhamento por guias especializados, o que implica custos. Nesse contexto, a seleção dos locais seguiu o calendário das empresas que promovem as experiências, assegurando grupos relevantes para a aplicação simultânea de entrevistas e observação participante.

Os trajetos variaram entre 3 e 8 km, com atividades intensas de 4 a 6 horas, sem considerar deslocamentos como ida, volta e pausas para refeições. A Figura (9) apresenta os pontos de observação participante nos percursos realizados durante as experiências e representa uma espécie de trajetória visual dos principais elementos observados em campo durante as práticas de trilha e rapel.

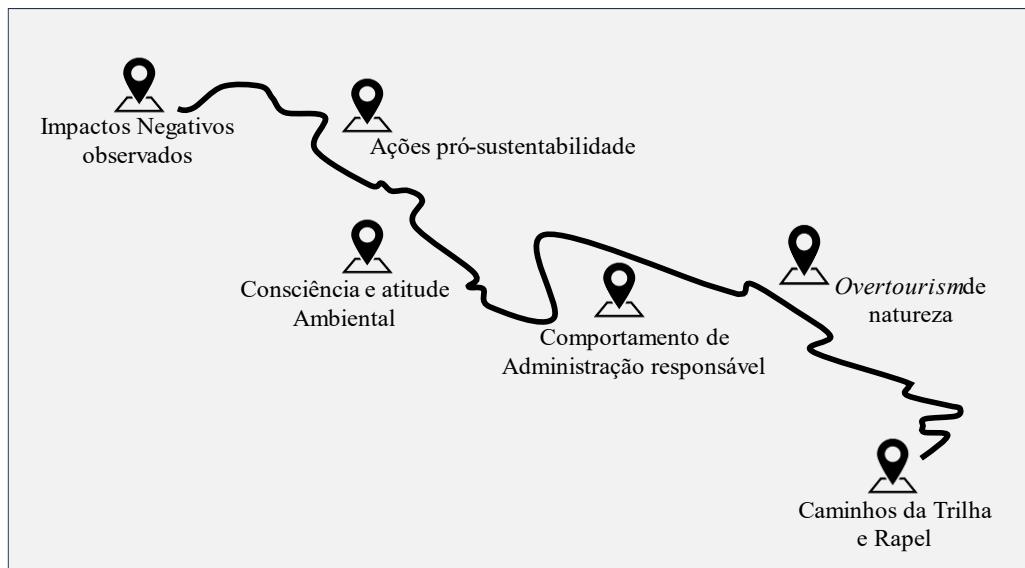
Além disso, a observação participante, permite ao pesquisador imergir diretamente no contexto das atividades de turismo de aventura, capturando não apenas relatos verbais, mas também comportamentos, dinâmicas e inter-relações que ocorrem no ambiente real. Isso possibilita uma compreensão profunda dos fenômenos sociais e ambientais em jogo, ao vivenciar e registrar de forma detalhada a sequência e a intensidade dos acontecimentos durante as trilhas e o rapel.

A representação visual (figura 9) é resultado de uma análise que integra observações empíricas e reflexões críticas da pesquisadora, tornando o fenômeno mais acessível e didático para posteriores discussões e análises. Essa representação sintetizou, de forma concreta e

didática, como os fenômenos se articularam no ambiente real.

**Figura 9**

*Protótipo de percurso para observação participante.*



Primeiro, a imagem evidenciou que os impactos negativos não surgiram isoladamente, mas como parte de um percurso em que comportamentos humanos, fluxo de visitantes, condições ambientais e práticas operacionais se entrelaçam. Conforme a pesquisadora acompanhou o trajeto, percebeu como certas condutas, individuais e coletivas, se conectaram com a consciência ambiental, as atitudes pró-sustentabilidade e o comportamento de administração responsável.

Além disso, a imagem permite compreender que esses elementos não são estáticos; eles apareceram, desapareceram e se transformaram ao longo do caminho, o que correspondeu diretamente ao caráter processual e imersivo da observação participante. A pesquisadora registrou enquanto vivenciou o mesmo percurso físico e simbólico dos sujeitos, observando como: o overtourism de natureza pressiona o ambiente, as ações pró-sustentabilidade emergem como resposta, a consciência ambiental varia entre grupos, os caminhos da trilha e do rapel influenciam e são influenciados pelo comportamento dos praticantes.

Em todos os trajetos (público e privado), a pesquisadora acompanhou integralmente as atividades, registrando sistematicamente os eventos e interações durante os roteiros. Foram partes integrantes do roteiro de observação participante: Contextos das atividades da trilha e do rapel, indícios de *Overtourism*, o comportamento de administração responsável dos sujeitos, a consciência ambiental individual e coletiva e as ações pró-sustentabilidade e impactos

negativos observados.

O *overtourism* refere-se à situação em que o número excessivo de visitantes em um destino turístico ultrapassa a capacidade de suporte ambiental, social e econômica do local, comprometendo a qualidade de vida dos residentes, a experiência dos turistas e a sustentabilidade do destino (Capocchi et al, 2019). A figura funcionou como um mapa interpretativo da experiência em campo, permitindo ao leitor visualizar a lógica do fenômeno da mesma forma que ele se apresenta à pesquisadora: não como evidências fragmentadas, mas como um fluxo articulado de práticas, tensões, percepções e impactos. A seguir (figura 10) segue o roteiro de observação participante em detalhes:

**Figura 10**

*Roteiro para a observação participante.*

Roteiro para Observação Participante	
<b>Trilha e Rapel de Natureza</b>	Práticas e Técnicas: Equipamentos utilizados, guias credenciados, técnicas de segurança.
	Impacto Ambiental: Erosão do solo, danos à vegetação, resíduos deixados pelos praticantes.
<b>Overtourism de Natureza</b>	Indicadores de Saturação no meio ambiente: Número de turistas adeptos-consumidores, congestionamento em trilhas e locais de rapel, impacto na infraestrutura local.
	Impactos Ambientais: Degradação do solo, poluição visual, poluição sonora, resíduos plásticos nos habitats naturais.
<b>Comportamento de Administração Responsável</b>	Uso de equipamentos de segurança; seguir as orientações acerca da trilha e do rapel; respeito às normas ambientais; participação em iniciativas de conservação, respeito às normas e sugestões dos condutores, guias, monitores.
	Interações com o Ambiente: Atitudes e comportamentos dos participantes em relação à preservação do ambiente natural, postura ética e zelo.
<b>Consciência Ambiental</b>	Motivação, atitudes e proatividade em relação à conservação e proteção local.
	Educação Ambiental: Postura de educação ambiental, interesse em preservar o espaço de natureza, observar alguma prática sustentável inédita, diferenciada, ou oposta.
<b>Ações pró-sustentabilidade</b>	Benefícios ambientais resultantes das experiências, como o interesse em defender e trabalhar para a preservação de áreas naturais; mapeamento dos biomas na região de APA.
<b>Impactos Negativos:</b>	Descaracterização ecológica; se há ou não o envolvimento das comunidades próximas aos locais da trilha e do rapel e o monitoramento contínuo das áreas utilizadas para trilhas e rapel.

Baseado na literatura pesquisada (2024-2025).

O roteiro de observação participante englobaram as perspectivas a serem analisadas no

campo. A partir dele, foi organizado o Protocolo de observação participante, onde foram registrados os aspectos de observação, os indicadores, a intensidade de ocorrência variando em: Baixa (B), média (M), forte (F) e intensa (I); e consequentemente mais observações ou evidências que ocorrerem no campo.

A aplicação do protocolo ocorreu a partir de cada experiência vivenciada em campo, garantindo o registro de todas as observações relevantes. Para cada grupo acompanhado, foi elaborado um registro específico de observação participante, assegurando a consistência e a sistematização das informações coletadas. A figura (11) a seguir apresenta o detalhamento do instrumento de observação participante utilizado na pesquisa.

**Figura 11**

*Protocolo de campo para observação participante.*

1. Aspectos para observação	Indicadores	Intensidade				Observação/evidências
		B	M	F	I	
1.1 Trilha e Rapel de Natureza	Práticas e Técnicas: Equipamentos utilizados, guias credenciados, técnicas de segurança.					
	Impacto Ambiental: Erosão do solo, danos à vegetação, resíduos deixados pelos praticantes.					
1.2 Overtourism	Indicadores de Saturação no meio ambiente: Número de turistas adeptos-consumidores.					
	Congestionamento em trilhas e locais de rapel					
	Impacto negativo na infraestrutura local.					
	Impactos Ambientais: Degradação do solo.					
	Poluição visual.					
	Poluição sonora.					
	Resíduos plásticos nos habitats naturais (lixo).					
1.3 Comportamento de administração responsável	Uso de equipamentos de segurança; seguir as orientações acerca da trilha e do rapel.					
	Respeito às normas ambientais.					
	Participação em iniciativas de conservação					
	Respeito às normas e sugestões dos condutores, guias, monitores.					
	Interações com o Ambiente natural, postura ética e zelo.					

1.4 Consciência ambiental	Motivação, atitudes e proatividade em relação à conservação e proteção local.				
	Postura de educação ambiental, interesse em preservar o espaço práticas educativas inéditas, diferenciadas ou opostas.				
1.5 Ações pró-sustentabilidade	Impactos Positivos: Benefícios ambientais resultantes das experiências, como o interesse em defender e trabalhar para a preservação de áreas naturais; mapeamento dos biomas na região de APA.				
1.6 Impactos Negativos observados	Descaracterização ecológica; se há ou não o envolvimento das comunidades próximas aos locais da trilha e do rapel e o monitoramento contínuo das áreas utilizadas para trilhas e rapel.				

Baseado na literatura pesquisada (2024-2025).

A análise das coletas e a interpretação dos resultados foram conduzidas por meio da análise de conteúdo, conforme proposta por Flick (2013). Essa técnica, amplamente utilizada nas pesquisas qualitativas, permite examinar sistematicamente o conteúdo de textos e outros materiais discursivos, como entrevistas, observações e documentos, a fim de identificar padrões, significados e relações entre categorias.

Aplicada neste estudo de caso, a análise de conteúdo possibilitou compreender em profundidade as percepções e experiências dos participantes, articulando os dados empíricos ao referencial teórico e assegurando uma interpretação rigorosa, contextualizada e coerente com os objetivos da pesquisa.

### 3.4 Procedimento para análise das evidências coletadas

O instrumento utilizado para análise dos dados neste estudo foi a ‘Análise de conteúdo categorial temática direcionada’ (Flick, 2013; Braun et al., 2022). Essa técnica qualitativa envolve a interpretação sistemática e objetiva de dados textuais, sendo amplamente aplicada em pesquisas que analisam entrevistas, documentos, discursos e outras formas de comunicação escrita ou verbal (Rossi et al., 2014; Mendes & Miskulin, 2017).

Segundo Bardin (1995), a análise de conteúdo enriquece o processo exploratório e amplia as possibilidades de descoberta, permitindo que as hipóteses sejam confirmadas ou refutadas. Embora sua origem esteja vinculada à comunicação oral e escrita, o método também abrange outras formas de expressão que envolvem a transmissão de significados entre

emissores e receptores (Godoy, 1995; Braun et al., 2022).

O tipo de análise de conteúdo adotado neste estudo de caso, permite identificar padrões, temas e significados subjacentes aos dados coletados, mostrando-se especialmente apropriado para investigações desse tipo. Sua principal vantagem está na capacidade de lidar com informações complexas e contextuais, típicas de estudos que exigem uma coleta mais rica, detalhada e direcionada, favorecendo interpretações profundas e consistentes do fenômeno investigado.

Os dados deste estudo foram analisados por meio da análise de conteúdo categorial temática direcionada, conforme orientam Sampaio e Lycarião (2021) e Borges et al. (2021), método que possibilita uma compreensão profunda dos fenômenos estudados a partir de diferentes tipos de material empírico, não se limitando apenas ao corpus textual (Franco, 2020).

Essa técnica permite organizar, interpretar e atribuir sentido aos dados qualitativos, favorecendo a identificação de padrões, temas recorrentes e significados subjacentes (Hsieh & Shannon, 2005; Flick, 2021). Além de promover a sistematização das evidências, a análise de conteúdo categorial temática oferece flexibilidade e adaptabilidade, mantendo o rigor e a transparência necessários às pesquisas de abordagem qualitativa e, especialmente, aos estudos de caso (Guest et al., 2021; Braun et al., 2022).

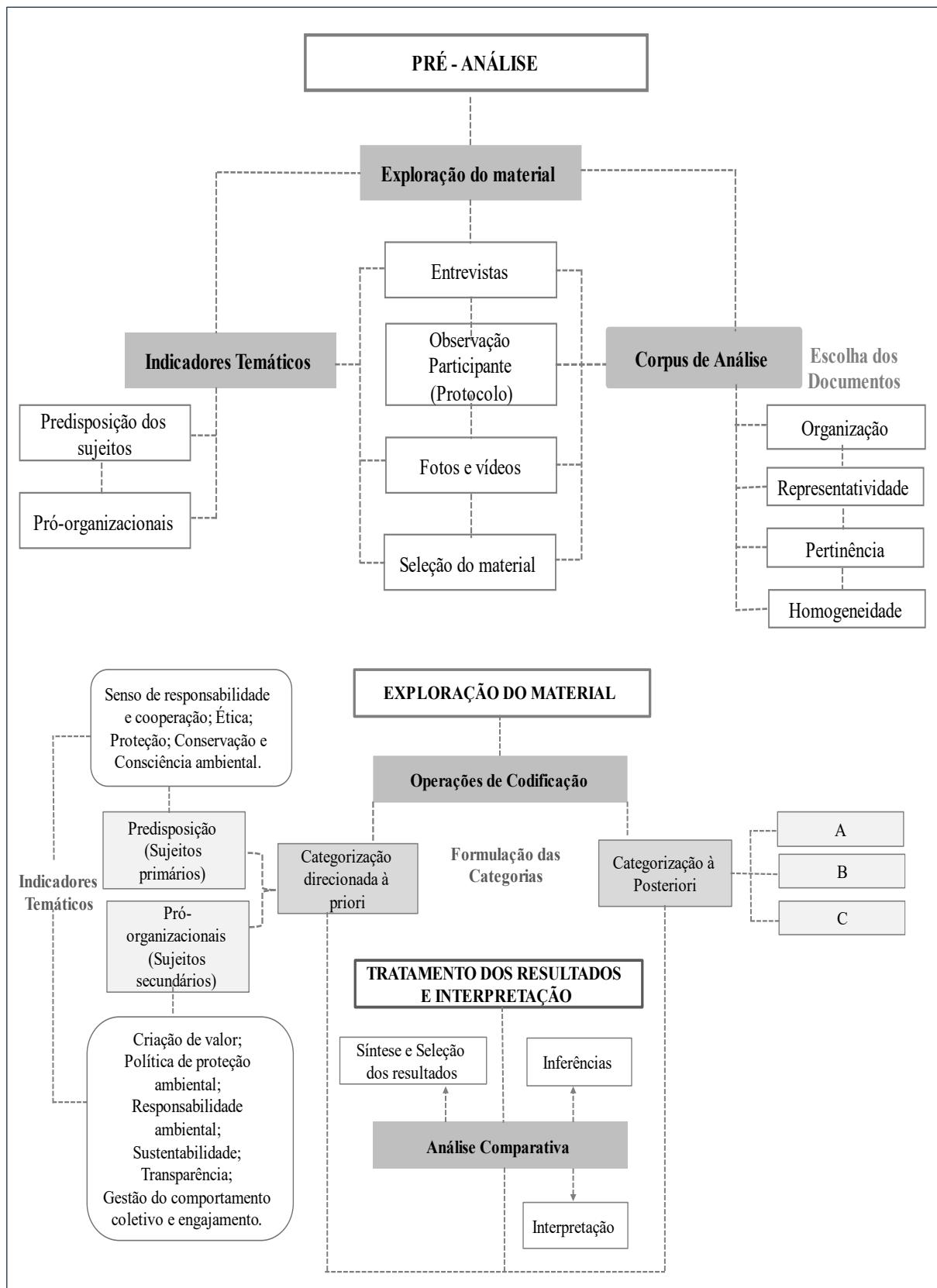
A Figura (12) a seguir, apresenta o processo analítico adotado nesta pesquisa, evidenciando as etapas e a estrutura da análise de conteúdo. Essa técnica não apenas organiza e interpreta o material empírico, mas também estabelece um diálogo contínuo entre os achados e o referencial teórico, promovendo um movimento dialético entre teoria e prática.

Tal abordagem mostra-se especialmente adequada ao contexto do turismo de aventura em natureza, no qual se entrelaçam dimensões subjetivas, culturais e ambientais. Assim, a análise de conteúdo constitui uma ferramenta metodológica fundamental para compreender como o comportamento de administração responsável emerge das narrativas dos participantes a partir das experiências vivenciadas, revelando de que forma as experiências em trilha e rapel se configuram e como o comportamento de administração responsável é delineado.

Assim, o esquema a seguir, detalha as principais fases do processo de análise, conforme a proposta metodológica de Flick (2013), estruturado em três momentos centrais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Também são destacados os critérios de seleção e organização dos documentos, como representatividade, pertinência e homogeneidade, que asseguram a consistência e validade do processo interpretativo, resultando em uma análise rigorosa e sistemática das evidências coletadas.

**Figura 12**

Análise de conteúdo categorial temática.



Baseado na literatura pesquisada (2024-2025).

Nesse contexto, a análise de conteúdo desta dissertação, foi trabalhada a partir de três fases: a 1<sup>a</sup> diz respeito à pré-análise, onde após as transcrições das entrevistas e analisados os protocolos de observação, foi organizado o corpus textual a ser trabalhado seguindo os indicadores previstos do comportamento de administração responsável e temas subjacentes, tanto dos sujeitos primários como secundários (Predisposição dos sujeitos e Pró organizacionais), que será um ponto determinante para a fase seguinte.

Fotos e vídeos foram registrados, mas optou-se por não analisá-los sistematicamente devido a não autorização de alguns participantes. Essas fontes de imagem e as que foram utilizadas na pesquisa, foram pra descrever o campo e ilustrar alguns momentos em cada ambiente do lócus que ocorreram as experiências.

A 2<sup>a</sup> fase foi composta pela exploração do material. Nesta etapa ocorre a codificação a partir da categorização temática a priori e depois *à posteriori* (caso apareça), esta sendo definida após coleta de dados no campo. A 3<sup>a</sup> fase é o tratamento dos resultados em uma análise comparativa entre as sínteses, as inferências e interpretação.

Contextualizando o primeiro momento, a pesquisadora se debruçou na pré-análise, cujos pontos principais são a exploração preliminar e organização do material em que estão todos os dados colhidos na pesquisa de campo (entrevistas semiestruturadas e observação participante); a organização do *corpus* para início do mapeamento para análise, seguindo os indicadores temáticos e categoriais à priori (predisposição dos sujeitos e pró-organizacionais). Após esse mapeamento preliminar, a pesquisadora selecionou o material para sua transcrição. Utilizou-se a plataforma *Requalify ai.* para auxiliar as transcrições das entrevistas e a compreensão das categorias temáticas e inferências.

A segunda fase da análise de conteúdo categorial temática, é a exploração do *corpus* e a codificação, ou seja, ocorreu o mapeamento das evidências das categorias *a priori*, das entrevistas e da observação participante. Estas foram organizadas e mapeadas seguindo as orientações temáticas já definidas e relevantes à pesquisa, o qual se denominam indicadores temáticos.

Na terceira fase, foi realizada as inferências, ponto fundamental para a descrição dos resultados de pesquisa. As inferências são especificamente um ponto emblemático, se debruça nas conclusões ou interpretações que a pesquisadora realizou a partir dos dados analisados, em que estes sugeriram uma fiel organização, pois a partir deste ponto, serão identificados os padrões, temas e significados subjacentes aos dados textuais, permitindo uma compreensão real do objeto estudado.

As inferências orientaram a interpretação das evidências, permitindo uma compreensão

mais profunda e detalhada do objeto de estudo (Flick, 2013). Após a análise minuciosa e o cruzamento com as questões norteadoras, os resultados foram fundamentados na teoria adotada e tratados de forma a subsidiar a interpretação final e responder à questão central da pesquisa.

Toda a pesquisa seguiu um cronograma estruturado de forma sequencial, contemplando todas as etapas necessárias ao desenvolvimento da dissertação. A escrita inicial e o planejamento ocorreram no segundo semestre de 2024, seguidos pela qualificação em março de 2025. A coleta das evidências foi realizada entre fevereiro e maio de 2025, e a análise ocorreu de julho a setembro do mesmo ano. Em outubro, foram elaboradas as conclusões e a redação final, com revisão e normalização do texto em novembro, culminando no depósito e defesa da dissertação em dezembro de 2025.

### **Figura 13**

*Cronograma da pesquisa.*

Cronograma da pesquisa		
Etapa da Pesquisa	Atividades Desenvolvidas	Período
Planejamento e Escrita Inicial	Início da escrita da Introdução, formulação das questões norteadoras (geral e específicas) e estruturação da Fundamentação Teórica e da Metodologia.	2º semestre de 2024
Qualificação	Apresentação e defesa da qualificação da dissertação, com aprimoramento do referencial teórico e ajustes metodológicos.	Março de 2025
Coleta das evidências	Realização das coletas empíricas (entrevistas, grupos focais e registros de campo).	Fevereiro a Maio de 2025
Análise do corpus	Sistematização e interpretação das evidências empíricas segundo a análise de conteúdo temática.	Julho a Setembro de 2025
Conclusões e Redação Final	Elaboração das conclusões e integração dos resultados à discussão teórica.	Outubro de 2025
Revisões e Normalização	Revisão integral do texto, atualização de referências e adequação às normas da APA.	Novembro de 2024
Depósito e Defesa	Apresentação e defesa pública da dissertação.	Dezembro de 2024

É fundamental salientar, que todos os participantes da pesquisa assinaram previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento que assegura que a participação é voluntária, informada e baseada na compreensão dos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios envolvidos na investigação. O TCLE é fundamental para garantir o respeito à autonomia dos sujeitos, a proteção de seus direitos e a transparência do

estudo, constituindo uma exigência central nas boas práticas de pesquisa com seres humanos.

Conforme Resnik (2020), o consentimento informado é um dos pilares éticos da pesquisa científica, pois promove confiança, responsabilidade e respeito mútuo entre pesquisador e participantes. Assim, o uso do TCLE nesta investigação reforça o compromisso ético que orientou todo o processo da coleta das evidências (entrevistas e observação participante).

Além das estratégias analíticas conduzidas pela pesquisadora, este estudo contou com o apoio da plataforma de inteligência artificial *Requalify.ai*, utilizada para auxiliar na organização, segmentação e pré-análise das evidências textuais das entrevistas. A ferramenta contribuiu para otimizar a leitura exploratória, identificar padrões iniciais e apoiar a codificação preliminar, sem substituir a interpretação humana, que permanece central na pesquisa qualitativa. Conforme destaca Requalify.ai (2024), tecnologias de IA podem ampliar a precisão e a sistematização em estudos qualitativos, desde que empregadas como suporte e nunca como substitutas da análise crítica do pesquisador.

O Capítulo 4 a seguir, Resultados e Discussões, apresenta a análise das evidências empíricas, resultando em categorias temáticas que sintetizam os principais achados da pesquisa. Os resultados são discutidos à luz do referencial teórico, articulando as falas dos participantes aos conceitos que fundamentam o estudo e aos objetivos definidos. Assim, o capítulo constitui o ponto de convergência entre teoria e prática, permitindo compreender de forma aprofundada as dinâmicas que respondem à questão central da investigação.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta os resultados e análises da pesquisa, organizados em sete seções: 4.1 Caracterização da coleta das evidências (Campo e Sujeitos); 4.2 Análise das entrevistas – Sujeitos primários, observação participante e síntese integradora; 4.3 Análise das entrevistas – Sujeitos secundários, observação participante e síntese integradora.

As análises dos sujeitos primários seguiram a categoria temática “Predisposição dos sujeitos em agir com comportamento de administração responsável”, enquanto as dos sujeitos secundários se basearam na categoria “Condições pró-ambientais e organizacionais ao comportamento de administração responsável”.

### 4.1 Caracterização da coleta das evidências (Campo e Sujeitos)

#### 4.1.1 O campo e algumas descrições pertinentes

Esse ítem apresenta as informações referentes aos locais das experiências e suas características principais. Nele, estão descritos a empresa, mês e data da coleta, os tipos das experiências e os locais, assim como número de sujeitos entrevistados, tanto os participantes primários, que vivenciaram diretamente as experiências de trilha e rapel, quanto os secundários, responsáveis pela proposição e condução das atividades. Essa organização permite visualizar de forma clara a distribuição e o alcance empírico da pesquisa em cada contexto investigado.

**Figura 14**

*Características da coleta/campo.*

Coleta/Campo						
Empresa	Mês/Data da Coleta-campo	Sujeitos Primários (pessoas que vivenciaram a experiência)	Sujeitos Secundários (proponentes/representantes)	Total de Participantes de cada grupo/campo	Tipo da Experiência	Ambientes / locais
A	Fevereiro / 15	3	2	13	Trilha	APA e Privado
B	Março / 15	2	1	25	Trilha e Rapel	Privado
C	Abril / 12	3	1	17	Trilha e Rapel	Público e Privado
D	Maio / 01	3	1	12	Trilha e Rapel	Público

A apresentação prévia dessas características é fundamental para contextualizar a origem das evidências analisadas nos resultados. Ao explicitar o volume, a natureza e a diversidade das coletas, o quadro oferece transparência metodológica e reforça a validade das interpretações

que serão discutidas a seguir. Além disso, permite compreender as particularidades de cada ambiente pesquisado, contribuindo para uma leitura mais precisa das análises comparativas e das inferências produzidas ao longo do capítulo de resultados.

As imagens a seguir ilustram os locais de coleta de dados, registrando os ambientes naturais e as condições em que ocorreram as experiências de trilha e rapel. As fotografias mostram a diversidade dos espaços – públicos, privados e áreas de proteção ambiental (APA) – e complementam as descrições do quadro anterior, ajudando o leitor a visualizar o contexto físico e ambiental das atividades e das interações observadas.

A primeira visita ao campo ocorreu em 15 de fevereiro de 2025, com o objetivo de realizar uma coleta teste para reconhecer o terreno, ajustar o questionário e confirmar a viabilidade da abordagem. Nessa etapa, a empresa A participou com três sujeitos primários e dois sujeitos secundários (uma guia credenciada e o proprietário do receptivo de Gravatá), que recepcionou o grupo composto por 13 participantes.

**Figura 15**

*Primeira coleta – trilha.*



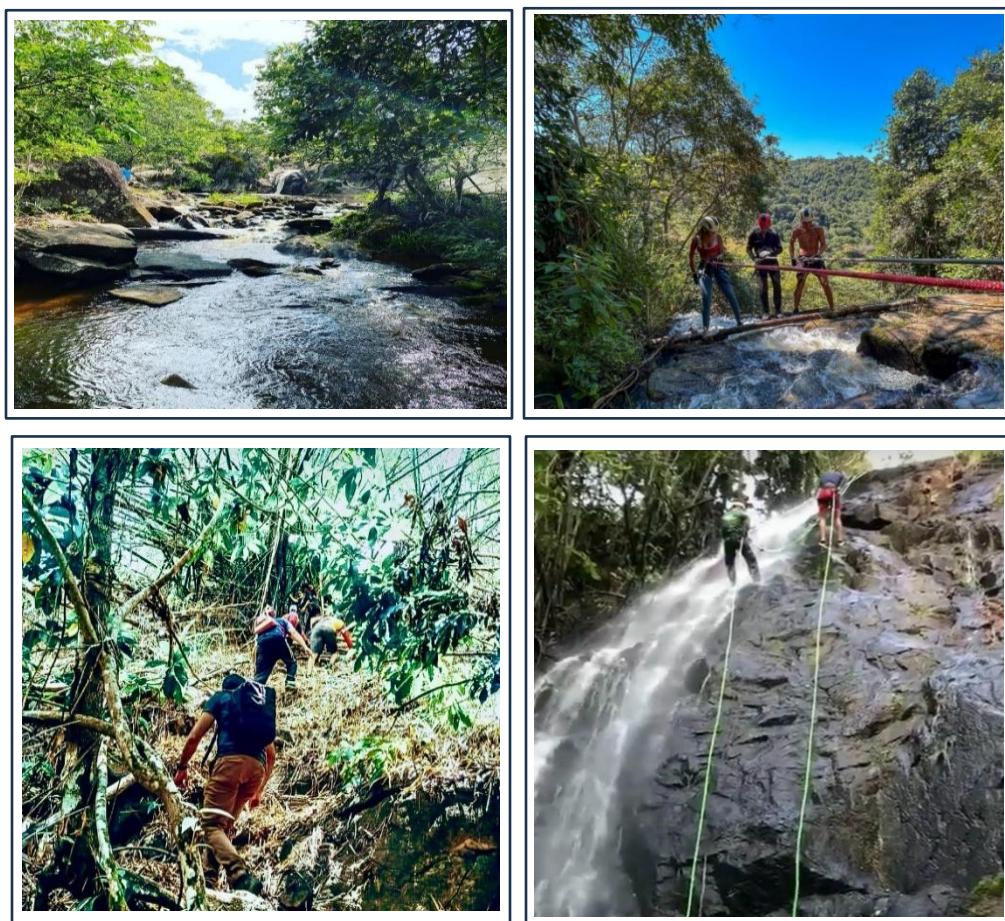
O percurso de em média 5 km em área de proteção ambiental (APA) e 1 km em área não preservada, reuniu doze participantes, guia e motorista e durou cerca de oito horas, contando deslocamentos e pausas para almoço e retorno a Recife. Nessa experiência não

ocorreu a prática do rapel, apenas a trilha, onde ela finaliza no espaço privado com área para banho, descanso e almoço. O total das cinco entrevistas ocorreram no momento pós almoço, com participação voluntária (a convite da pesquisadora), onde foram explicados o teor acadêmico da pesquisa, juntamente com os TCLE assinados pelos participantes.

A segunda coleta, realizada com a empresa B em 15 de março, exatamente um mês após a primeira, contou com o maior número de participantes: 25 pessoas, sendo que dez praticaram rapel após a trilha. Foram realizadas três entrevistas com sujeitos primários, mas apenas duas foram aproveitadas devido a dispersões e ruídos nas respostas. O entrevistado secundário foi um dos sócios e monitor da empresa. A atividade ocorreu na Cachoeira do Tio, espaço privado com cobrança de taxa, e foi a mais desafiadora em termos de logística e controle do grupo, totalizando doze horas de duração, incluindo deslocamento e pausa para o almoço.

### **Figura 16**

*Segunda coleta – trilha e rapel.*

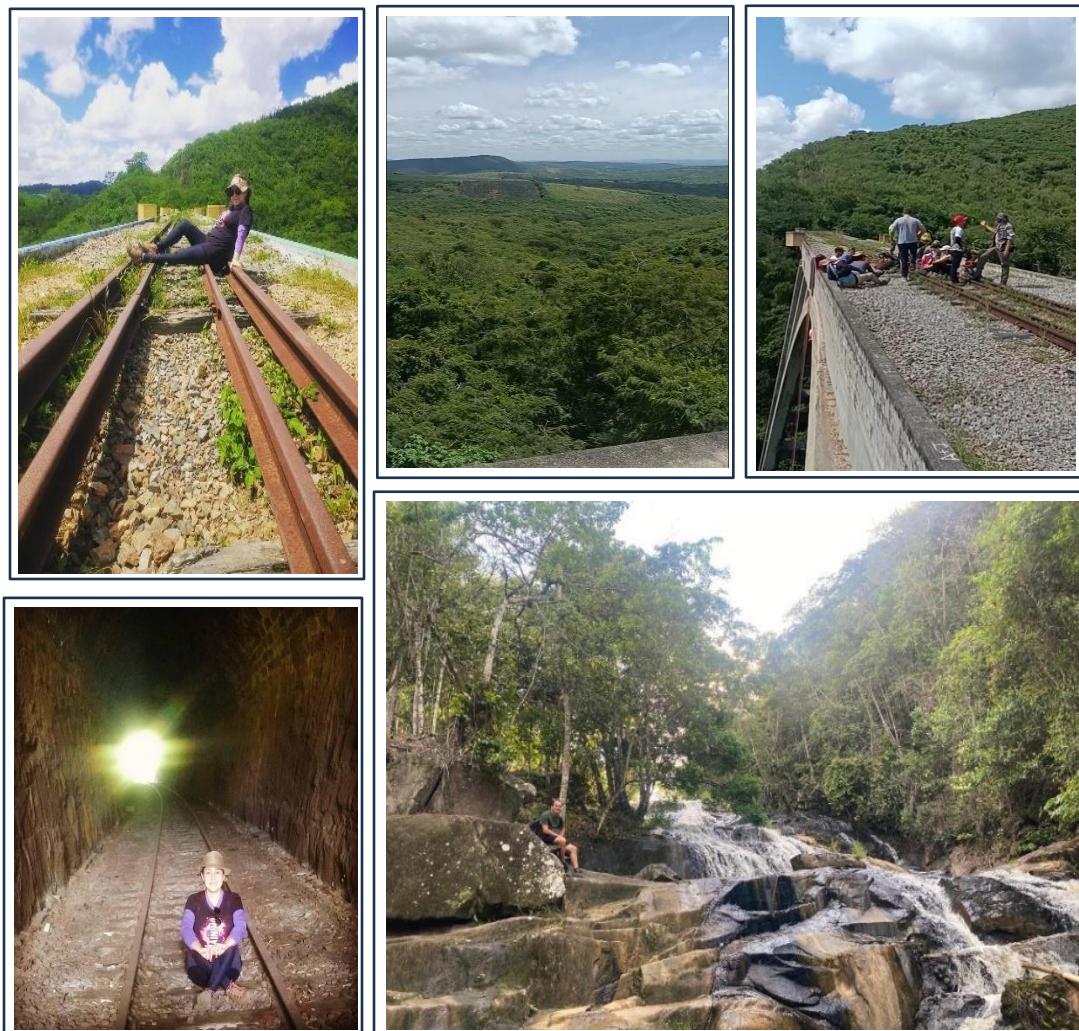


A terceira coleta foi realizada com a empresa C em 12 de abril de 2025 e contou com quatro sujeitos primários e um secundário. Uma das entrevistas foi excluída do corpus da

pesquisa devido a interrupções e ao ruído provocado pela chegada de outro grupo ao local. A experiência reuniu 17 participantes. A primeira etapa consistiu em uma trilha que atravessou três túneis de ferrovias desativadas, seguida pela chegada à Ponte Cascavel, reconhecida nacionalmente por seu rapel negativo, onde oito participantes realizaram a atividade de rapel negativo.

**Figura 17**

*Terceira coleta – trilha e rapel.*



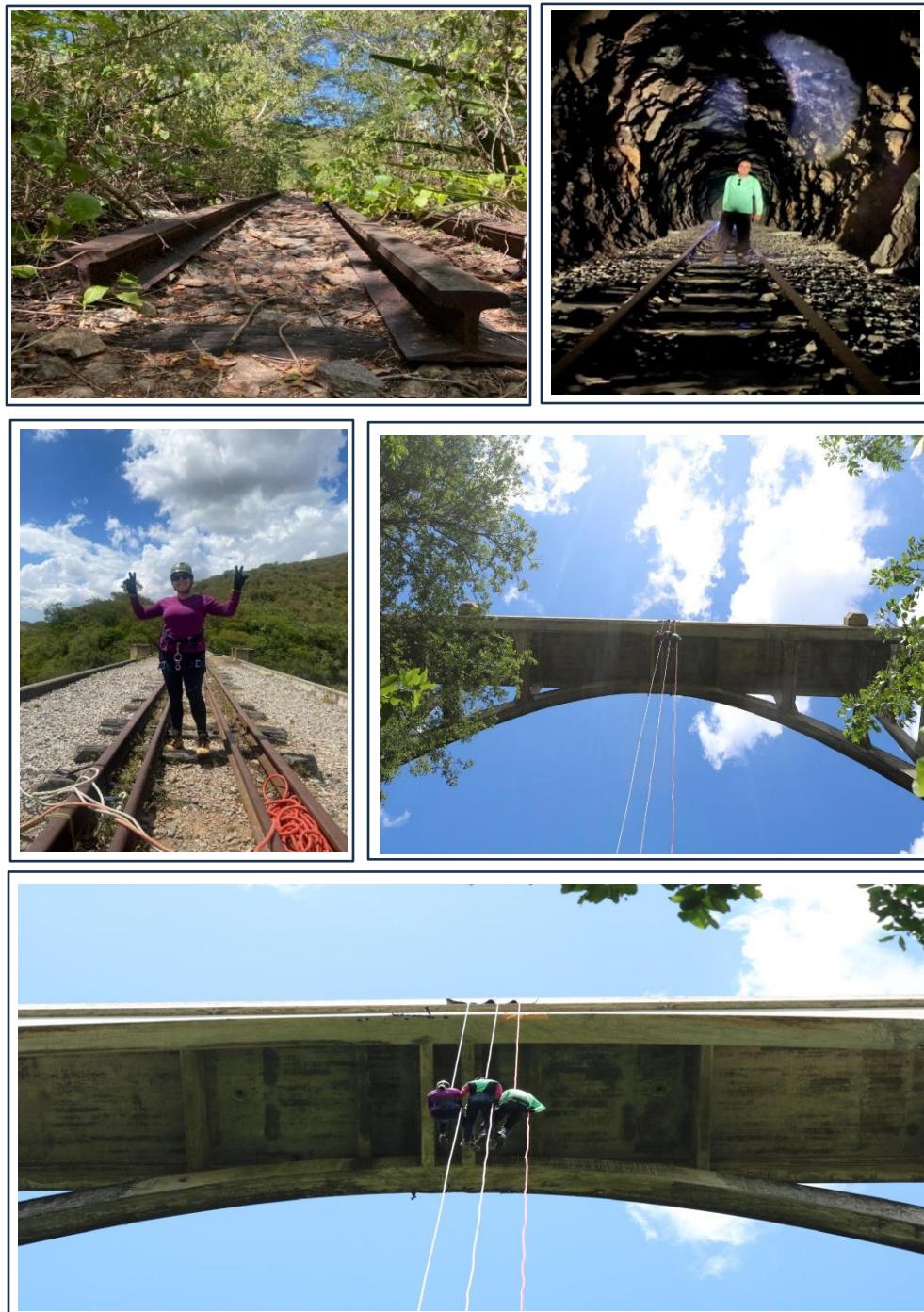
Após a descida no rapel, o grupo seguiu para a Cachoeira das Palmeiras, onde ocorreu o banho e o almoço. A atividade teve duração total de doze horas e se destacou tanto pela complexidade do percurso quanto pelo forte apelo simbólico do local, onde os participantes contrataram uma empresa de drone para filmar e fotografar suas descidas no rapel.

A quarta e última coleta ocorreu com a empresa D, em que trabalha com grupos menores, nessa ocasião o grupo contou com o total de 12 participantes. Foram entrevistados

três sujeitos primários e um sujeito secundário (monitor da empresa e responsável pelo grupo), todos os participantes realizaram o rapel negativo na ponte Cascavel, após percorrerem uma trilha de 4 km por três túneis desativados.

**Figura 18**

*Quarta coleta – trilha e rapel.*



A atividade durou em média dez horas e apresentou dinâmica mais controlada, em contraste com grupos maiores, o que reforçou a diversidade das experiências investigadas.

Todas as imagens anexadas foram autorizadas e estão em domínio público no *Instagran* das cinco empresas também envolvidas na pesquisa, não foram citados os nomes, mas estão cientes e autorizaram os anexos neste estudo.

As demais fotos pessoais dos participantes que estavam no equipamento da pesquisadora e que não foram solicitadas a autorização para expô-las, portanto não foram anexadas na pesquisa. Encerradas as descrições do campo, no subitem 4.1.2 e 4.1.3 serão descritas as características dos sujeitos.

Inicialmente no subitem 4.1.2, descreve-se o perfil sociodemográfico dos sujeitos primários, idade, sexo, local de residência, profissão e tempo de prática, para contextualizar as motivações e atitudes expressas nas falas. Essa caracterização é fundamental para compreender as variações de engajamento com a natureza, estilos de lazer e práticas sustentáveis relatadas. no subitem 4.1.3 serão descritas as características organizacionais dos sujeitos secundários da pesquisa. A heterogeneidade dos sujeitos enriqueceu a análise e evidenciou múltiplas formas de relação com o turismo, com o consumo experiencial e com o ambiente natural.

#### 4.1.2 Sujeitos primários - Descrição sociodemográfica

São demonstradas na figura (19) a seguir, as descrições essenciais dos sujeitos primários de pesquisa, como: nome, sexo, local de residência, idade e tempo de prática das atividades. Os nomes serão substituídos pela letra “E” seguindo da indicação do sexo (M/H), para preservar a identidade dos participantes.

**Figura 19**

*Descrição do perfil sociodemográfico dos entrevistados – Sujeitos primários.*

Caracterização dos Entrevistados – Sujeitos Primários da Pesquisa							
Nº	Entrevistado (E)	Profissão	Sexo	Reside	Idade	Tempo de Prática (Trilha)	Tempo de Prática (Rapé)
1	E1	Professor (Ensino Médio)	Masculino	Limoeiro-PE	34	~5 anos	~ 1 ano
2	E2	Professor (Ensino Médio)	Masculino	Cabo - PE	40	Desde a infância	~ 2 anos
3	E3	Bombeiro Civil	Masculino	Jaboatão – PE	29	Desde a adolescência	~ 4 anos
4	E4	Gestora de RH (Hospitalar)	Feminino	Cabo - PE	42	Desde a infância	2ª vez
5	E5	Empreendedora	Feminino	Recife-PE	40	Primeira trilha oficial	Nenhuma
6	E6	Professor (Ensino Fundamental e Médio)	Masculino	Olinda-PE	41	Vários anos (não sabe exatamente)	~ 7 anos

7	E7	Profissional da Indústria	Masculino	Recife-PE	40	Menos de 1 ano	1ª vez
8	E8	Professora (Ensino Fundamental)	Feminino	Recife/Igarassu -PE	58	~6 anos	3ª vez
9	E9	Empreendedora	Feminino	Recife-PE	56	~5 anos	5ª vez
10	E10	Policial civil	Feminino	Recife-PE	40	Alguns anos	~ 1 ano
11	E11	Policial civil	Feminino	Recife-PE	37	~ 10 anos)	~ 8 anos

O levantamento foi realizado em campo, em conversas informais antes do início das gravações das entrevistas, com o objetivo de traçar um panorama sociodemográfico e das experiências prévias dos participantes, elementos essenciais para compreender a familiaridade atribuída por cada um às práticas vivenciadas na natureza. Essa caracterização serviu de base para as análises qualitativas, organizadas conforme as categorias temáticas estabelecidas, buscando aprofundar os sentidos, atitudes e comportamentos expressos nos relatos.

Os sujeitos primários foram codificados de E1 a E11 e apresentam diversidade de perfis quanto a idade, sexo, residência, profissão e tempo de prática em trilha e rapel. Entre eles, seis são mulheres (E4, E5, E8, E9, E10, E11) e cinco são homens (E1, E2, E3, E6, E7). As idades variam de 29 a 58 anos, com predominância de residentes em áreas urbanas, especialmente Recife. Contudo, também participaram moradores de outras cidades: E1 (Limoeiro-PE, agreste), E2 e E4 (Cabo de Santo Agostinho-PE), E3 (Jaboatão dos Guararapes-PE), E6 (Olinda-PE) e E8 (Igarassu-PE).

As ocupações também são variadas: professores (E1, E2, E6, E8), gestora de RH em instituição de saúde (E4), empreendedoras (E5, E9), trabalhador da indústria (E7), bombeiro civil (E3) e servidores da segurança pública de Pernambuco (E10, E11). O tempo de prática em atividades de natureza é igualmente heterogêneo: alguns iniciantes (E5 e E7) e outros já experientes em trilhas e rapel, embora alguns tenham relatado que era a primeira vez praticando o rapel negativo em Gravatá-PE.

Foram realizadas treze entrevistas, das quais duas foram excluídas devido os ruídos e interrupções externas que prejudicaram tanto o áudio quanto a transcrição. No total, o material reuniu 207,38 minutos de gravações e 64 páginas de transcrições, produzidas com apoio das plataformas ZAPIA, GLÓRIA e Turbo *Scribe* (todas pagas).

As entrevistas ocorreram em quatro momentos: 15 de fevereiro (3 entrevistas, 1 excluída), 15 de março (4 entrevistas, 1 excluída), 12 de abril (3 entrevistas) e 01 de maio (3 entrevistas), resultando em 11 entrevistas válidas. A saturação das entrevistas dos sujeitos primários, foi compreendida entre a 9ª e 10ª entrevista, quando houve semelhanças e repetições

na maioria das respostas, mas a 11ª entrevista foi realizada devido ao participante ter aguardado e querer muito participar, o que evidenciou a disposição dos adeptos em colaborar.

A maioria das entrevistas ocorreu em campo, nos intervalos entre duplas de rapel e durante o almoço, enquanto apenas duas foram realizadas no transporte de retorno para Recife. Esse conjunto de particularidades proporcionou um material rico e heterogêneo, permitindo observar múltiplas motivações, percepções de responsabilidade associadas às experiências em trilhas e rapel na natureza.

#### 4.1.3 Sujeitos secundários - Descrição organizacional

Essa expressão destaca que o foco está nas instituições, suas estruturas, práticas e percepções dos representantes (guias e monitores), diferenciando-se da análise sociodemográfica aplicada aos sujeitos primários. No total, foram conduzidas cinco entrevistas (E1, E2, E3, E4 e E5), que totalizaram 110 minutos de gravação e geraram 38 páginas de transcrição. O processamento dessas transcrições foi realizado em três plataformas diferentes: ZAPIA, GLÓRIA e Turbo Scribe. As coletas das evidências ocorreram entre fevereiro e maio de 2025.

As cinco empresas participantes da pesquisa apresentam perfis distintos no turismo de natureza. A empresa E1 possui seis anos de atuação em Gravatá, com um empreendedor que é monitor e detém vários cursos livres na área; para atender seus grupos, contrata guias credenciados localmente em Gravatá. A empresa E2 tem nove anos dedicados ao turismo de natureza e doze anos no turismo em geral, contando com uma guia formada em turismo e devidamente credenciada.

A empresa E3 possui cadastro em Recife-PE, focando exclusivamente em destinos de aventura na natureza, com dois sócios que são monitores e que contratam guias credenciados e bombeiros civis para guiar os grupos, atua em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. A E4 também de Recife-PE é a mais jovem no turismo de natureza, com três anos nesta área, embora conte com uma trajetória de dez anos no turismo em geral.

Por fim, a empresa E5 é de Jaboatão dos Guararapes e trabalha exclusivamente com trilhas e rapel há dez anos, dispondo em sua equipe de guias, monitores e instrutores de rapel, todos formados e licenciados, atuando em toda região Nordeste do Brasil. Essa descrição é pertinente para evidenciar a diversidade de atuações, formações e áreas de abrangência no turismo de natureza no contexto das empresas proponentes envolvidas na pesquisa. A figura (20) a seguir, especifica essa descrição:

**Figura 20***Descrição do perfil organizacional – Sujeitos secundários.*

Descrição do perfil organizacional – Sujeitos secundários						
Empresa	Tempo de Atuação	Localização Principal	Pessoa entrevistada	Perfil do Empreendedor / Equipe	Atuação Geográfica	Atuação Específica
<b>E1</b>	5 anos	Gravatá (PE)	Empreendedor e monitor de trilha	Empreendedor monitor, vários cursos livres, contrata guias locais	Gravatá	Turismo em geral para grupos
<b>E2</b>	9 anos (natureza) / 12 anos (geral)	Recife (PE)	Guia de turismo (e mãe do sócio)	Guia formada em turismo e credenciada e contrata outros profissionais necessários.	Pernambuco e outros Estados do Nordeste	Turismo de natureza e turismo geral
<b>E3</b>	Mais de 10 anos	Pernambuco	Sócia da empresa	Sócios monitores, contratam guias credenciados e bombeiros civis.	PE, PB e RN	Destinos de aventura na natureza
<b>E4</b>	3 anos (natureza) / 10 anos (geral)	Recife (PE)	Monitor de trilha	Atua com guias terceirizados.	Pernambuco e outros Estados do Nordeste	Turismo de natureza
<b>E5</b>	10 anos	Jaboatão dos Guararapes (PE)	Monitora de trilha e sócia	Equipe com guias, monitores e instrutores formados e licenciados.	Nordeste (todos os Estados)	Trekking, Camping, Trilhas e rapel

Após a apresentação do quadro descritivo das empresas participantes, observou-se a diversidade em seus perfis de atuação, formação e abrangência locacional, o que enriqueceu a análise sobre a atuação no turismo de natureza na região. Essas diferenças refletem as variadas formas de organização dos empreendimentos, o grau de especialização técnica e a amplitude territorial dos serviços oferecidos.

No contexto das empresas analisadas, destaca-se que apenas uma delas, a empresa E1, é um receptivo localizado na região de Gravatá, município reconhecido pelo seu potencial turístico no Agreste de Pernambuco. As demais empresas estão sediadas na capital Recife e uma delas na cidade de Jaboatão dos Guararapes, o que pode indicar uma concentração urbana na gestão e oferta dos serviços turísticos no segmento de aventura de natureza em Pernambuco. Uma observação importante é que nenhuma empresa é fonte de renda única dos proprietários, tendo eles outras fontes de renda.

Portanto, a descrição dos sujeitos secundários destaca a amplitude e complexidade do campo estudado, evidenciando os múltiplos contextos das empresas que atendem às demandas do turismo de aventura de natureza em Gravatá, contribuindo para um entendimento mais aprofundado das práticas e desafios enfrentados pelas empresas no contexto local e regional. A

seguir, serão iniciadas as análises das entrevistas semiestruturadas dos sujeitos primários da pesquisa.

#### **4.2 Análise das entrevistas – Sujeitos primários**

As entrevistas dos sujeitos primários analisadas neste subitem foram agrupadas em duas categorias temáticas: “Predisposição dos sujeitos” e “Comportamento de administração responsável”. A primeira categoria refere-se ao sujeito enquanto predisposto a experienciar a trilha e o rapel de natureza, destacando o tema central dos “motivos intrínsecos”, isto é, aquilo que verdadeiramente os impulsiona a participar da atividade.

Essa categoria busca compreender a vontade própria e individual dos entrevistados, analisando o quanto estão dispostos a se engajar na experiência e quais elementos constituem essa predisposição. Para isso, foram definidos como subtemas os “motivos, estímulos, interesses e sensações”, que permitem detalhar de forma estruturada os fatores que moldam essa disposição inicial. Essa categoria responde as duas primeiras questões norteadoras do estudo.

A segunda categoria abrange a formação do comportamento de administração responsável desses indivíduos, e é composta pelos temas “senso de responsabilidade” e “atitude” dos sujeitos à medida que experienciam a trilha e o rapel. Ela é uma perspectiva do comportamento de administração responsável definida por Silva et al. (2020) e Nkaizirwa et al. (2021), e diz respeito a características das ações dos sujeitos, do quanto são responsáveis com o meio ambiente ao realizarem as atividades e como se comportam ao interagirem com o ambiente de natureza à medida em que praticam a trilha e o rapel.

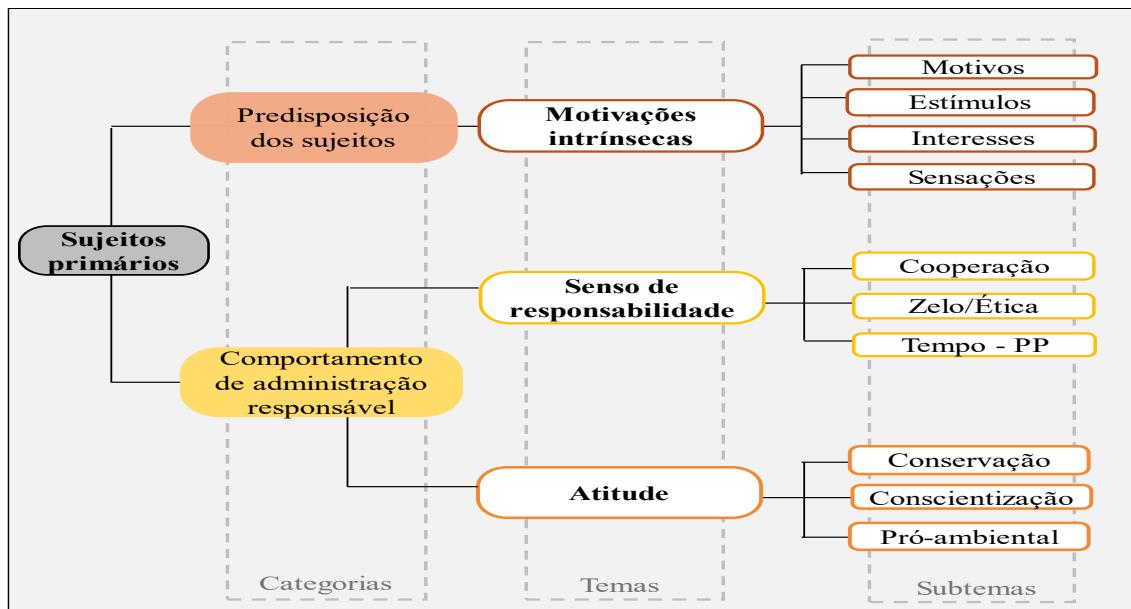
O tema “senso de responsabilidade” é composto por subtemas como: cooperação, proteção, ética, zelo e cuidado, tempo de prática e de permanência em ambientes naturais; e o tema “atitudes” busca analisar a ação comportamental dos sujeitos com os seus pares, e é composta pelos subtemas: conscientização, conservação e pró-ambiental. A figura (21) a seguir, sintetiza essas categorias, seus temas e subtemas, cuja análise conjunta “Predisposição dos sujeitos” e “Comportamento de administração responsável” permite compreender de forma mais ampla o perfil dos entrevistados.

Enquanto a primeira categoria evidencia os motivos intrínsecos que orientam a decisão individual de consumir tais experiências, a segunda expande a reflexão para o campo da responsabilidade coletiva e atitudes, revelando como os sujeitos transformam essa predisposição inicial em comportamentos verdadeiramente concretos, migrando do senso de ser responsável pelo ambiente de natureza para de fato agir com práticas, expressas em ações individuais e coletivas de comportamento de administração responsável ao interagir com o

ambiente natural. A figura a seguir, torna mais bem compreendidos esses caminhos.

**Figura 21**

*Categorias temáticas de análise, temas e subtemas – Sujeitos primários.*



A partir dos temas definidos, torna-se possível identificar não apenas a dimensão individual da experiência, mas também os modos pelos quais ela se desdobra. Assim, a análise busca evidenciar como a motivação pessoal do sujeito se articula ao seu próprio comportamento de administração responsável, configurando uma prática que integra tanto os aspectos individuais quanto os coletivos no contexto do turismo de aventura de natureza em Gravatá-PE.

**4.2.1 Categoría: Predisposição dos sujeitos – Tema: Motivações intrínsecas: Subtemas: motivos, estímulos, interesses e sensações ao realizar trilha e rapel de natureza.**

As falas dos entrevistados (E1 a E11) revelam um conjunto diverso de sentidos que se entrelaçam na perspectiva das motivações, estímulos, interesses e sensações ao realizarem a trilha e o rapel de natureza. A seguir, são apresentados os detalhes das falas dos entrevistados sobre essa temática.

A primeira perspectiva refere-se aos **motivos/razões** que os levaram a experienciar a trilha e o rapel de natureza, entre os quais se destacaram de forma recorrente: a busca pelo contato direto com o ambiente natural e pela oportunidade de escapar da rotina intensa das grandes cidades.

É o que relatou a entrevistada (E6), ao afirmar suas principais motivações:

*“O que me motiva a fazer principalmente o rapel é por eu morar numa cidade que é praticamente só concreto, sem áreas como essa, então resgato minhas forças aqui ou em outro local de trilha e de rapel”.*

A trilha também representa um momento de interação sujeito-natureza, registrado na fala da entrevistada (E10), sendo direta ao afirmar que sua motivação é “*tento sempre que posso todo mês, ao menos uma vez fugir do corre-corre da cidade. No caso, Recife, né?*”. Nessa mesma intenção, a entrevistada (E11) define a experiência como:

*“Uma válvula de escape do estresse, do cansaço e da correria da semana, do trânsito e do barulho”.*

O entrevistado (E1), professor de geografia, descreve o que o motiva, e denomina de auto desafio:

*“É uma satisfação muito grande em estar dentro do espaço natural, dentro de uma mata, numa trilha, superando os obstáculos, me desafiando dentro de uma perspectiva física mesmo, e também mentalmente me sinto muito bem”.*

O entrevistado (E2) recorda que, desde criança, gostava do verde e que a trilha funciona como forma de superação pessoal:

*“Me superar e ter novas experiências, estar em contato com a natureza é meu principal motivo, eu gosto muito de vir aqui, toda vez é algo novo e diferente”.*

Essas evidências reforçaram o papel da natureza como refúgio e escapismo, tendo uma marcação importante na busca de superação e fortalecimento físico; dessa maneira, esses relatos corroboram tanto com as afirmações de Nyaupane (2023), como também as afirmações de Ordiñana-Bellver et al. (2024), onde defendem as experiências de lazer e imersões em ambientes de natureza como forma de escapismo, fuga e recuperação emocional.

Outro subtema analisado foram os **estímulos/interesses** em participarem de atividades como a trilha e o rapel de natureza. Uma evidência interessante ficou registrada na fala da entrevistada (E11), em que amplia essa percepção ao associar a vivência a um interesse maior:

*“A universidade me abriu as portas das práticas de trilha, quando fiz educação física na UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), e hoje entendo isso como uma qualidade de vida, me sinto viva e forte sempre que inicio e finalizo uma trilha, das mais leves às mais pesadas, e sempre que posso trago um amigo ou amiga pra viverem isso também”.*

Outra perspectiva pontual, aparece como influências profissionais e acadêmicas, que por sua vez também desempenham papel central na experiência, onde o entrevistado (E1) menciona que:

*“Além da satisfação pessoal, um interesse particular meu, vem da minha profissão como geógrafo, ao buscar compreender na prática a dinâmica do espaço natural do meu Estado”.*

A fala da entrevistada (E11) e do entrevistado (E1), conectando as experiências de lazer e aventura, com educação, pessoas, saúde e a escolhas sustentáveis no cotidiano, corrobora com a ideia de Becker e Jaakkola (2020), onde a proatividade em querer realizar a experiência é notavelmente presente, principalmente quando esses relatos evidenciam que as experiências em trilhas e rapel ultrapassam o caráter recreativo e físico, repercutindo no bem-estar emocional e até na adoção de estilos de vida mais conscientes.

A entrevistada (E11) destacou que sua formação em Educação Física, aliada a cursos e especializações, foi fundamental para seu desenvolvimento profissional e educação ambiental relacionada aos ecossistemas estudados. Para ela, atividades como trilhas, rapel e trekking são objetos de análise acadêmica que integram lazer, prática, técnica, ciência e esporte, reforçando a ideia de Wuo (2022) de que experiências imersivas na natureza oferecem uma educação ambiental ampla e integral.

*“O que me traz muito interesse em estar mais na natureza, foi justamente através do estudo, do conhecimento que eu pude realizar e pesquisas que desenvolvi no aspecto da educação física nos esportes de natureza”.*

O entrevistado (E8), por sua vez, associa seu interesse a uma mudança de estilo de vida após os 40 anos, relatando que testou por conta própria estar mais presente na natureza para aliviar ansiedade, e segundo ele, deu certo. A ideia do entrevistado circunda seus estímulos internos como força impulsionadora para realizar as experiências, se encaixando às premissas de Agapito (2022):

*“Nesse espaço de trilha e de rapel na natureza, encontrei uma oportunidade de desbravar novas ações que estão me fazendo muito bem, melhoria física e emocional”.*

O subtema ‘sensações’ aparecem fortemente nos relatos, onde alguns entrevistados associam a trilha e o rapel como algo que os “salvou” de alguns danos, como por exemplo a entrevistada (E4):

*“Eu tive depressão pós parto, e o que me salvou foram essas vivências na natureza, morei alguns anos em Serra Talhada-PE e frequentava muito o Vale do Catimbau, aquele lugar me salvou, a natureza me trouxe paz e harmonia”;*

Já a entrevistada (E9) insere um olhar contemplativo do ambiente de natureza, mesmo realizando uma atividade de aventura que envolve o risco.

*“Me sinto bem escutando o canto dos pássaros, das cigarras, eu amo”.*

Outra perspectiva semelhante, ainda com relação às sensações, diz respeito às memórias, afetos e experiências pessoais que moldaram a relação com as atividades de lazer e aventura na natureza. O entrevistado (E2) conecta-se à infância vivida em sítio, enquanto o entrevistado (E3) relembra que:

*“Ainda adolescente, fazia trilhas com amigos para chegar até uma bica onde podiam se banhar, era tão bom”.*

Os relatos dos entrevistados (E11, E9, E2 e E3), abordam as sensações/emoções evidenciaram uma dimensão sensorial e de afeto e lembranças positivas, assim como as premissas de Lohmann et al. (2022), em que explana que força da experiência está na contemplação do ambiente natural, e envolve tanto a participação ativa quanto passiva, do sujeito

A entrevistada (E10) afirma que a tranquilidade adquirida durante a prática se prolonga ao longo do mês:

*“Quando vejo que o estresse quer chegar, penso na minha vivência, na trilha, no ambiente de natureza, e a sensação de paz e equilíbrio permanecem por muitos e muitos dias, e quando vejo, já comprei outra trilha e outro rapel, em Pernambuco tem lugares fantásticos”.*

Esses relatos evidenciam a força das memórias e do pertencimento como estímulos que resgatam a experiência de contato com o meio natural (Nyaupane, 2024). As sensações relatadas pelos entrevistados também convergem para sentimentos de liberdade, paz interior e reconexão pessoal, em que a prática e assiduidade deste tipo de experiência se configure em alguns relatos, própria identidade do indivíduo (Cavalcanti, 2024).

Os resultados acerca desse primeiro tema analisado, evidenciam que as experiências em trilha e rapel de natureza transcendem o simples caráter recreativo e se convertem em vivências que ampliam o significado do contato humano com o meio natural, corroborando com Höpner (2017) em sua premissa de que, as experiências na natureza reúnem acontecimentos com significados profundos, com Krenak (2022), no que tange a natureza como espaço de pertença e com Silva Rodrigues et al. (2024) quando afirma os benefícios do retorno assíduo à natureza.

Ao integrarem dimensões de lazer, desafio físico, vínculos afetivos, memória e até mesmo produção de conhecimento acadêmico, essas práticas se configuram como espaços de reconexão, corroborando com Lee e Lee (2021), onde defendem que a experiência é sentida e vivida em todos os aspectos do ser humano, e de transformação, se encaixando com as afirmações de Clark e Nyaupane (2025), em que defendem que atividades de lazer e aventura realizadas na natureza ensinam habilidades valiosas aos sujeitos praticantes.

Esses resultados são inferenciados em três palavras centrais do tema analisado: **Conexão, Superação e Pertencimento**, ou seja, elas condensam a essência dos relatos, o desejo de contato com a natureza.

A Conexão - ao buscar refúgio, equilíbrio e bem-estar no contato com a natureza (motivo mais latente de acordo com as evidências); a superação - no enfrentamento e engajamento em desafios físicos e emocionais que promovem autotransformação (razão dos estímulos e interesses mais evidenciados pelos entrevistados); o pertencimento - pela construção de vínculos afetivos e identitários com o ambiente e com os outros, além da retomada de memórias e da integração da experiência (no que diz respeito às sensações e emoções vivenciadas mediante as atividades realizadas).

4.2.2 Categoría: Comportamento de administração responsável – Tema: Senso de responsabilidade – Subtemas: tempo de prática e permanência, cooperação, zelo e ética com o

ambiente natural ao realizar as experiências.

Os relatos dos entrevistados evidenciam que o turismo de aventura em Gravatá vai além do lazer, funcionando como espaço de construção de ética ambiental. O tempo de prática, o senso de responsabilidade e a cooperação reforçam o papel de cada indivíduo como guardião da natureza.

Embora tenham destacado o engajamento de seus grupos, os entrevistados também relataram condutas negativas de outros adeptos (percepção de outros grupos), o que aponta para a necessidade de maior responsabilidade individual e coletiva, educação ambiental efetiva e regulamentação das práticas para garantir a preservação dos ambientes naturais.

O primeiro aspecto analisado é o ‘tempo de prática e de permanência’, que varia bastante e que podem influenciar o comportamento de administração responsável. Os relatos revelam diferentes temporalidades na prática do turismo de aventura de natureza praticados pelos entrevistados, desde iniciantes em suas primeiras trilhas (E5) até participantes com mais de uma década de vivências (E6, E7), e no tempo de permanência desses ambientes.

Alguns entrevistados são iniciantes, como (E5), que relatou estar em sua primeira trilha e a utilizou como oportunidade de superar o medo de altura e que ficou feliz com a cooperação do grupo e do instrutor:

*“Estou na minha primeira experiência e estou encantada, nunca imaginei me sentir assim, segura e ajudada por todos”.*

A fala da entrevistada caracteriza-se nas perspectivas da cooperação grupal e do incentivo mútuo do grupo aos participantes menos experientes da trilha e do rapel, como também o senso de coletividade, aspectos defendidos por Rodrigues (2013) e Barbosa Vidal et al. (2024).

Outros entrevistados possuem longa trajetória tanto em trilhas quanto no rapel, como a entrevistada (E7), que afirma participar de atividades há “mais de 10 a 15 anos”:

*“Tenho experiência em trilha e rapel há mais de uma década, desde a primeira vez nunca mais parei”.*

O entrevistado (E6), afirmou que possui “um pouco mais de 10 anos” de prática:

*“Já fiz trilha até no Japão, no Jalapão, Chapada dos veadeiros e dos Guimarães... e cada uma tem seu encanto, eu amo as trilhas de Gravatá, o clima, a paisagem, amo demais, sempre que venho dou sorte de estar em grupos acolhedores e que se ajudam”.*

Esses relatos indicam que o tempo é um fator fundamental, tanto para o aperfeiçoamento quanto em diagnosticar a melhor empresa proponente das experiências, e da importância de estar em um grupo agradável, sério e que seja responsável, corroborando as premissas de Francisco, Collet e Wegner (2020), no que tange às motivações intrínsecas dos sujeitos e impacto psicológico nas decisões de praticar a trilha e o rapel de natureza. E corrobora com Ataíde et al (2025), quando afirma a importância da inovação tecnológica como acesso ao consumo e à gestão das empresas.

Dois outros relatos destacaram a influência do tempo de permanência e do número de pessoas em trilhas. O entrevistado (E1) expressou que:

*“As empresas não devem colocar 30, 40 pessoas numa trilha, nem passar muito tempo nesses locais, nem comer, nem fazer churrasco, isso é um dano ambiental gigante (...) já participei de uma que só não voltei porque era longe em outro Estado, o cara da empresa colocou 43 pessoas na trilha, absurdo isso”.*

De forma semelhante, o entrevistado (E6) observou que:

*“Em trilhas caras como no Mato Grosso do Sul, o menos é mais, quanto menos gente mais a trilha é imersiva, aqui em Pernambuco a coisa é o contrário (...) acredito que os receptivos turísticos devem ser mais fiscalizados e melhor preparados para evitar essas situações, e evitar trilhas com muita gente, é um saco (...) a primeira coisa que pergunto é quantas pessoas terão no grupo”.*

Essas falas revelaram a preocupação dos participantes com o excesso de pessoas nas atividades, apontando para impactos ambientais e para a necessidade de maior controle e fiscalização, essa fala remete a um ponto analisado por Butler e Dodds (2022) no que tange ao *Overtourism*, quando afirmam o fracasso de superlotar espaços naturais com turismo de massa e seu impacto negativo tanto nos territórios quanto as comunidades locais.

Esses relatos evidenciam a necessidade de fiscalização, controle e penalização para quem descumprir regras e normas ambientais, como defendem Clark e Nyaupane (2025). Os

entrevistados declararam que o tempo no ambiente de natureza pode ser danoso, assim como a quantidade de pessoas nesses ambientes, evidenciando que tempo e volume de adeptos é um ponto a ser discutido e reavaliado pelas empresas proponentes.

As unidades temáticas e subtemas analisados se inter-relacionam e se complementam, como nos relatos que destacam o olhar atento dos adeptos iniciantes sobre a relação entre tempo, natureza e cooperação. Em especial, à ‘**cooperação individual e coletiva**’ nas ações desenvolvidas ao longo do tempo dedicado às práticas. Nesse contexto, o entrevistado (E8) declarou:

*“Quero me movimentar, ter mais tempo para me exercitar e criar hábitos de cuidar da natureza, não somente nas trilhas, mas que seja de uma planta ou de uma mata, estou desenvolvendo isso em mim (...) vejo que o coletivo incentiva a gente pra isso, a ser mais cuidadoso com esses espaços naturais e a observar quem não faz”.*

Já o entrevistado (E2) relatou uma postura individualizada de cooperação:

*“Comecei a fazer coleta seletiva em casa, depois que iniciei mais vezes nas trilhas, e orientei minha irmã e hoje faz quatro anos que fazemos a separação do lixo e estando mais próximo à natureza comecei a plantar árvores onde me permitem, tudo a partir de me engajar mais nas trilhas”.*

De acordo com Silva et al. (2021), essas falas reforçam como as práticas coletivas podem estimular responsabilidades individuais e gerar cooperação mais ampla, nas perspectivas do comportamento de administração responsável para além do momento vivido no habitat natural. Esse contexto aponta para as afirmações de Weissmantel et al. (2023), no que tange à ética e ao propósito coletivo no senso de responsabilidade para com o meio ambiente em que ocorrem as experiências.

Há quem vivencie essas experiências desde a infância informalmente, mas que trouxe relatos importantes de cooperação, ‘**zelo e ética**’, como o entrevistado (E2):

*“Morei em dois sítios muitos anos e sempre era uma trilha sair de casa, isso me remete aquele local da infância aonde fui muito feliz e que eu saia juntando garrafas e latas pra fazer carrinhos e brinquedos (...) e hoje faço o mesmo nas trilhas que participo, junto o lixo do caminho, na tentativa de retirar dali o que não pertence”.*

Intuitivamente o entrevistado agia com ética e zelo no ambiente em que morava e que caminhava todos os dias ainda criança, e trouxe esse comportamento para o lazer que pratica, corroborando com as premissas de Moraes (2025), quando ele afirma que uma ação positiva na natureza faz todos ao redor evoluírem juntos. Porém, um contraponto a essas premissas, surgiu no relato da entrevistada (E4):

*“Eu fazia muita trilha com meus pais desde pequena, amo fazer isso, e quanto mais difícil o nível, mais eu gosto (pausa), mas nem sempre podemos ver cenas boas nessas trilhas, já vi muito animal morto, pixações em pedras e cavernas, e hoje aqui vimos um amontoado de livros tocados fogo no túnel (...) falta sinalização, fiscalização e educação ambiental, penso que o governo local poderia fiscalizar aqui, pois é uma atividade muito demandada, todas as empresas que eu conheço e sigo nas minhas redes sociais fazem esse percurso, e muitas vezes a ética e o respeito passam longe”.*

O relato evidencia que nem todos os participantes das trilhas demonstram conduta ética ou senso de responsabilidade ambiental, o que reforça a necessidade de fiscalização e de medidas mais rígidas por parte do poder público diante de possíveis infrações ambientais, como o episódio mencionado, que configura crime ambiental.

Essa percepção da entrevistada, dos aspectos negativos observados no meio ambiente, contrasta com as premissas de Weissmantel et al. (2023) e de Moraes (2025), que associam a ética e o propósito coletivo ao comportamento responsável e a uma evolução como ser humano voltado à salvaguarda do meio ambiente. No caso observado, a fala da entrevistada revela uma realidade prática distinta da idealização teórica, evidenciando que a ausência de conduta ética entre alguns grupos compromete a experiência sustentável e desafia os princípios de responsabilidade compartilhada propostos na literatura.

A legislação ambiental brasileira, em especial a Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), prevê que realizar queimadas ou atear fogo em áreas com vegetação, resíduos ou materiais que possam causar incêndios e poluição é crime, com penas que variam de multa a reclusão. Mesmo que o fogo seja ‘apenas’ nos livros, essa ação pode gerar riscos de incêndios, poluição do ar e danos à flora e fauna locais, configurando crime ambiental onde cabe punição.

O ‘senso de responsabilidade ambiental’ é um dos aspectos mais recorrentes na maioria dos relatos, em que os entrevistados algumas vezes responderam perguntas diversas sempre indagando esse tema. Ações como não deixar lixo, respeitar animais e preservar a vegetação

foram amplamente mencionadas. O entrevistado (E2) resume essa postura ao afirmar que considera fundamental:

*“Não devemos deixar registro da passagem humana, ou seja, da nossa passagem por aqui ou em outra natureza de forma negativa”.*

O entrevistado (E3) complementa ao afirmar que ser ético é respeitar qualquer ambiente de natureza :

*“Respeito é a palavra. Quem se respeita, respeita a natureza, pois sabe que sem ela não vamos muito longe, não é apenas dizer que é ético aqui na entrevista ou diante do grupo”.*

A entrevistada (E7) critica práticas inadequadas, como novamente fogueiras em áreas de trilha, e destaca: *“a natureza não quer o seu ou o meu lixo lá”*, defendendo maior responsabilização a quem não respeita esse ambiente.

A entrevistada (E11), enfatizou que no grupo em que estava todos são engajados, educados e conscientes, mas outros grupos que estavam no mesmo dia, deixaram rejeitos de plástico e embalagens de almoço, ou seja, mais um contraste importante observado, contrapondo-se à perspectiva fundamentada na teoria (Campos e Costa, 2018; Silva e Costa, 2018; Weissmantel et al., 2023 e Moraes, 2025). Assim, foi o relato do entrevistado (E1), que fez um desabafo em sua fala:

*“A gente é educado desde criança na escola e na família pra ter uma postura de protetores do meio ambiente, pelo menos eu fui, mas infelizmente temos que conviver com quem não tem a mesma educação, o que percebi é que outro grupo jogou o lixo nos pés do lixeiro amarelo, pertinho da cachoeira, ou seja, jogaram no chão porque quiseram, se tivesse fiscalização e multas altas isso não aconteceria, mas infelizmente o local da cachoeira entra quem é educado e quem é mal educado, quem faz isso não tem ética alguma, nem respeito e nem zelo, nem com a natureza nem em área urbana, nem com as pessoas”.*

O entrevistado (E2) relatou que tem um perfil radical a respeito de ações não éticas com a natureza, seu relato corrobora com a fundamentação de Barbosa Vidal et al. (2024), onde defende que os interesses individuais devem evoluir para uma perspectiva de coletividade e cooperação geral, não apenas em grupos pontuais:

*“A tendência desses locais é a necessidade de se tornarem privados e caros, igual os do Jalapão, os de Bonito no Mato Grosso do Sul, para evitar certos tipos de deseducação ambiental, e eu queria que isso acontecesse pois o brasileiro só se educa quando mechem no bolso, como hoje por exemplo num grupo que encontramos no primeiro túnel, com som alto, bebida alcoólica, gritos, em fim, esse tipo de comportamento se não for barrado, a tendência é se multiplicar, porque gente mal educada e antiética se multiplicam rapidamente”.*

Esse tipo de ação observada por alguns grupos que estavam desfrutando dos mesmos locais naturais, fere os princípios do senso de responsabilidade propostos por Silva et al. (2020), mas que ainda ocorrem com frequência na região pesquisada, de acordo com alguns entrevistados. A entrevistada (E11) chamou atenção para práticas cotidianas de desrespeito ambiental, ressaltando que ações aparentemente pequenas podem gerar danos cumulativos. Ela afirma:

*“Devemos evitar qualquer tipo de desgaste nesses ambientes: barulho, perfume, grito, música e som, além da nossa educação doméstica de jamais jogar lixo onde a natureza vive em paz. No nosso grupo hoje foi maravilhoso, mas no outro grupo foi evidente o mau comportamento.”*

Essa fala evidencia um comportamento de Administração responsável pautado pela autoconsciência ética e pelo zelo individual, revelando a dimensão intrínseca da responsabilidade ambiental. A entrevistada demonstra sensibilidade diante do impacto coletivo das ações humanas e reforça o papel do sujeito como guardião do ambiente, em linha com Nkaizirwa et al. (2021) e Silva et al. (2020), que associam o comportamento de administração responsável à motivação intrínseca e à conduta proativa em defesa do bem comum.

De forma complementar, o entrevistado (E1) reforçou a importância da vigilância coletiva e da corresponsabilidade entre grupos, premissas defendidas por Moraes (2025):

*“Esse senso de comunidade é essencial dentro da trilha. A gente se diverte, se exercita, mas fica de olho principalmente em outros grupos. Como vimos o absurdo dos livros queimados no túnel, se eu visse a pessoa fazendo aquilo ali, a coisa ia dar ruim (...) Cadê o poder público? Estamos numa trilha que não é área de APA, mas não é menos importante.”*

A fala expressa a dimensão relacional a partir do senso de responsabilidade individual

e coletiva, destacada por Davis et al. (1997), Rodrigues (2013), Silva et al. (2020) e Moraes (2025), em que o indivíduo age não apenas por dever pessoal, mas como agente comprometido com a natureza e com o bem coletivo, cobrando tanto a responsabilidade institucional (poder público) quanto a conduta ética dos pares.

Os relatos mostraram que as experiências em trilhas e rapel transcendem o lazer, configurando-se como espaços de aprendizagem ética, cooperação e compromisso coletivo, como afirma Nyaupane (2023). O tempo de prática e a permanência no ambiente influenciam o modo como os sujeitos internalizam a responsabilidade ambiental, dos iniciantes, que aprendem pela convivência e exemplo do grupo, aos mais experientes, que desenvolvem uma visão crítica e fiscalizadora dos impactos ambientais, como defendem Barbosa Vidal et al. (2024).

A ética e o zelo emergem, assim, como expressões práticas do comportamento de administração responsável: manifestam-se no respeito à fauna e à flora, na não geração de resíduos, na ajuda mútua entre participantes e na cobrança por políticas públicas eficazes de proteção ambiental. Essa relação traduz a convergência entre valores pessoais (zelo, amor e compromisso) e mecanismos institucionais (educação, fiscalização e regulamentação), configurando um campo de práticas que sustenta o comportamento de administração responsável (Clark & Nyaupane, 2025; Moraes, 2025).

Contudo, os participantes também apontam condutas contrárias a esses valores, fogueiras, descarte de lixo, barulho excessivo, retirada de plantas e incêndio de livros em túneis, evidenciando que nem todos compartilham o mesmo senso ético e comprometendo o equilíbrio ecológico das áreas naturais. Tais práticas contrapõem-se à filosofia de *Stewardship* descrita por Velte (2010) e Weissmantel et al. (2023), que enfatizam o engajamento e a transparência como pilares da boa administração ambiental.

Para enfrentar essas fragilidades, as evidências mediante as falas dos entrevistados corroboram com as propostas de Clark e Nyaupane (2025), quando propõem fiscalização sistemática, penalidades claras, limitação de participantes e investimentos contínuos em educação ambiental. Essas medidas reforçam a necessidade de uma articulação entre dimensões internas (valores e atitudes individuais) e externas (regulação e políticas públicas), garantindo que o turismo de aventura realizado na natureza fortaleça uma cultura ambiental transformadora e não se converta em vetor de degradação.

Em síntese, a análise do tema ‘senso de responsabilidade’ revela que a ética, o zelo, o cuidado e o compromisso com o tempo de permanência na natureza, apoiados nos princípios dos sujeitos, constituem o núcleo do comportamento de administração responsável. As falas

dos entrevistados indicam a existência de um senso de responsabilidade ou a intenção de adotá-la, embora ainda seja necessário avançar para que esse comportamento seja realmente efetivo.

Nesse contexto, o equilíbrio entre consciência individual, cooperação grupal e instrumentos institucionais de controle poderão garantir que as experiências em ambientes naturais, como Gravatá, sejam educativas, sustentáveis, responsivas e transformadoras. Portanto, entre as inferências positivas, destacam-se a ‘valorização da cultura ambiental’ local, o ‘cuidado e o amor’ pela natureza, além do ‘compromisso ambiental’ demonstrado pelos sujeitos.

Contudo, identificaram-se necessidades que merecem atenção, como a ‘ampliação da educação ambiental’, o aprimoramento da ‘regulamentação’ das atividades de aventura de natureza em Gravatá e a implementação de mecanismos claros para ‘responsabilizar indivíduos’ que causarem danos ao meio ambiente local. Essas medidas são essenciais para assegurar a proteção continuada do ambiente, a sustentabilidade do turismo e a prática responsável do turismo de aventura de natureza na região.

**4.2.3 Categoría: Comportamento de administração responsável – Tema: Atitude – Subtemas: conscientização, conservação, atitudes de proteção/pró-ambiental.**

Nesse tema e subtemas, foram analisados os aspectos relacionados à conscientização ambiental, à conservação dos recursos naturais e às atitudes de proteção pró-ambiental. Observou-se como essas dimensões se interligam para formar uma postura responsável diante do meio ambiente, promovendo tanto o conhecimento quanto a práticas sustentáveis à medida que praticam a trilha e o rapel.

Nessa perspectiva, as ações individuais e coletivas refletem esse comprometimento, evidenciando um engajamento crescente na defesa e preservação dos ecossistemas e no mapeamento do comportamento de administração responsável dos sujeitos. Ao refletirem sobre as mudanças em sua ‘**conscientização ambiental**’, os entrevistados destacam que o convívio coletivo é um dos principais vetores de transformação comportamental, assim como relatam (E1 e E2):

*“Quando estou em grupo percebo muito mais minha responsabilidade. Se alguém joga lixo, eu me sinto na obrigação de recolher e mostrar que não é certo, que não repitam essa ação”.*

De modo semelhante, (E2) reconhece o impacto do exemplo coletivo:

*“A convivência em grupo me fez refletir mais, despertar minha consciência para as questões ambientais, porque vejo o exemplo dos outros e isso influencia minhas atitudes até em casa, com a coleta seletiva”.*

Essas falas traduzem uma conscientização que parte do individual para o coletivo, manifestando-se em atitudes colaborativas para o comportamento de administração responsável, conforme Davis et al. (1997), Rodrigues (2013) e Barbosa Vidal et al. (2024), quando declaram que uma ação responsável emerge da interação social, estimulando o senso de corresponsabilidade e o aprendizado por meio do grupo. Nessa mesma linha de raciocínio, foram registrados os relatos dos entrevistados (E3 e E4), em que reforçam o poder regulador e formativo da convivência para o despertar de uma conscientização ambiental correta:

*“Em grupo a gente se cobra mais, porque ninguém quer ser o responsável por prejudicar a natureza diante dos colegas.”* (E3).

*“Sempre fiz trilhas, mas com grupo aprendi a pensar no coletivo(...) A minha consciência ambiental hoje é mais forte.”* (E4).

Esses relatos demonstram o que Hernandez (2008), em seu estudo clássico denominou de ‘motivação social intrínseca’, em que o indivíduo internaliza normas éticas e transforma o cuidado ambiental em comportamento partilhado, indo além do cumprimento de regras. Na perspectiva atual, de acordo com Barbosa Vidal et al. (2024), o comportamento de *Stewardship*, reflete atitude do homem realizador e coletivista, movido pelo senso de pertencimento e pela busca do bem comum. A percepção de aprendizados e conscientização coletivos também se evidencia nos relatos do entrevistado (E5):

*“Na minha primeira trilha percebi o quanto a conscientização ajuda. Fiquei feliz em ver que todos cuidavam juntos da natureza.”*

Essa fala ilustra a dimensão educativa e vivencial do comportamento responsável, em que o iniciante desenvolve sua consciência ambiental por meio da influência positiva do grupo, num processo de socialização que integra observação, motivação, afeto e prática. Participantes mais experientes enfatizam a relevância do exemplo e da postura ética, e o entrevistado (E6) declarou:

*“Já vivi experiências em que grupos não respeitavam, e isso me incomodou muito. Em Gravatá tento sempre dar bom exemplo ao grupo; se tiver alguém mal-educado, ele vai ficar com vergonha e seguir as boas condutas a partir de então (risos).”*

De forma semelhante, (E8) afirmou: “*O grupo me motiva, pois quando vejo colegas recolhendo lixo, não usando som, nem fazendo barulho, eu faço o mesmo. A consciência é multiplicada*”. Esses relatos confirmam a lógica do comportamento de administração responsável descrita por Weissmantel, Beck e Mucci (2023), em que o exemplo ético e o comprometimento coletivo se tornam ferramentas de influência moral e de disseminação de boas práticas ambientais, despertando assim uma conscientização global.

Outro subtema fundamental de análise, é a ‘**atitude de conservação**’. Os entrevistados expressaram um amadurecimento ecológico e sensorial, ampliando o significado da conservação para além da ação prática na trilha e no rapel:

*“Estar junto em grupo na natureza, me fez enxergar que silêncio também é conservação. Aprendi com outros a não interferir no canto dos pássaros ou no silêncio natural.”* (E9).

*“Com os amigos, aprendi a deixar a trilha melhor do que encontramos.”* (E10).

*“A natureza me salvou, então quando vejo atitudes ruins, falo na hora. O grupo reforça em mim essa postura de conservar.”* (E11).

Essas falas evidenciam o que Velte (2010) descreve como ‘extensão prática do comportamento de administração responsável’, em que o indivíduo age como guardião ativo do ambiente, unindo emoção, ética e propósito coletivo, e um aspecto de cuidado com a natureza que se relaciona à própria biografia do sujeito.

Nas falas sobre atitudes de conservação ambiental, os entrevistados reforçaram a natureza educativa dessas experiências, nas perspectivas de engajamento e corresponsabilidade, ou seja, para atuar na prática da conservação, é preciso antes de tudo, querer fazer. Assim, (E1) sugeriu que:

*“Toda trilha deveria começar com um momento de educação ambiental, integrando todos e distribuindo tarefas para aquela experiência, como: a pessoa tal vai organizar o descarte de*

*lixo, a pessoa tal vai coordenar o barulho, fulano de tal vai observar grupos externos, ou seja, atuar mesmo com práticas de conservação*”, enquanto E2 relata: “*Planto árvores no meu bairro por incentivo dessas vivências na natureza.*”

De modo semelhante, (E3) ampliou o alcance da conservação para o ambiente comunitário:

*“Levei crianças da minha comunidade para uma trilha educativa. Acho essencial esse público interagir e cuidar desde cedo do meio ambiente.”*

Essas atitudes alinham-se à dimensão pedagógica do *Stewardship* e à noção de administração responsável (Silva et al., 2020), em que o conhecimento ambiental é partilhado e reproduzido socialmente, fortalecendo a cidadania ecológica e consequentemente atitudes de conservação. Os relatos de (E4 e E5) também expressam desejo de multiplicação do aprendizado coletivo a fins de atitudes de conservação:

(E4) “*Tenho vontade de criar um projeto escolar ligado às trilhas, curtinhas, para conscientizar desde cedo.*”

(E5) “*Quero participar de oficinas que ensinem mais sobre conservação.*”

Esses exemplos revelam o potencial transformador da experiência na natureza, que transcende o lazer individual e inspira o engajamento ambiental coletivo, característica central do comportamento de *Stewardship*, em que a motivação intrínseca impulsiona o sujeito a agir em prol do coletivo e da sustentabilidade (Silva et al., 2020; Nkaizirwa et al., 2021; Kaveski & Beuren, 2022). Ainda perspectiva de atitudes de conservação, ela se amplia à transformação pessoal e cotidiana, onde os entrevistados também destacaram as mudanças em seus hábitos pessoais após vivências em trilhas e rapel.

“*Depois das trilhas, nunca mais deixei de separar o lixo em casa.*” (E2)

“*Trago esse cuidado para meu dia a dia, até no consumo dentro de casa.*” (E4)

“*Depois que vivi experiências em trilhas, reduzi meu consumo e passei a ter mais consciência*

*energética.” (E6)*

*“Passei a plantar árvores e incentivar vizinhos a cuidar dos espaços públicos.” (E8)*

Esses depoimentos refletem a internalização das atitudes de conservação que extrapolam o ambiente natural e se manifestam na vida cotidiana, evidenciando a transposição da consciência ecológica para os contextos sociais e ampliando o comportamento de administração responsável do âmbito individual ao coletivo.

Com relação às atitudes que se conflituam à conservação, os entrevistados também relataram observações de condutas inadequadas em campo, como: lixo em túneis (E1), pichações (E3), queimadas (E7 e E11) e barulho excessivo (E9), práticas que ferem o princípio de responsabilidade compartilhada defendido por Campos e Costa (2018).

Essas situações contrastam com o ideal ético do comportamento de administração responsável, revelando fragilidades na governança ambiental e na fiscalização pública, além de desigualdade na internalização dos valores ecológicos dos que experiencial essas atividades na natureza. Como solução, os participantes propõem ações de educação, regulação e penalização.

*“Deveriam limitar o número de pessoas em cada grupo e regularizar empresas e profissionais, pois tem muito amador trabalhando de forma errada”. (E1)*

*“É necessário reforçar a necessidade de educação ambiental desde a infância e punições mais severas para infrações ambientais, por mínimas que sejam”. (E2 e E3)*

*“É preciso treinar muitos guias inclusive como educadores ambientais”. (E7)*

*“Seria muito bom a realização de trilhas educativas onde cada visitante aprende sobre biodiversidade local e os riscos de perdê-la.” (E11)*

As falas evidenciadas e analisadas, refletem a integração entre mecanismos internos, como valores e atitudes, e mecanismos externos, como políticas públicas e regulação, reforçando que o comportamento de administração responsável depende tanto do comprometimento individual quanto de uma estrutura institucional de suporte, conforme destacado por Nkaizirwa et al. (2021) e Kaveski e Beuren (2022).

Entre as inferências positivas no que tange a atitude, ou seja, as ações práticas do

comportamento, sobressaem a ‘cidadania ecológica’, o ‘engajamento’ ambiental dos sujeitos e ‘atitudes de transformação’ que demonstram a prática concreta das intenções de responsabilidade.

Entretanto, foram identificados aspectos que demandam atenção urgente, como a ‘degradação’ ambiental, a ‘incivilidade’ e a ‘negligência’ de outros grupos que frequentam o local para lazer. Esses comportamentos negativos revelam um contrassenso preocupante: o ambiente natural é buscado para diversão, mas acaba sendo degradado por esses mesmos visitantes.

Portanto, essas evidências indicam a necessidade de fortalecer tanto a educação ambiental quanto a fiscalização e o controle das atividades na região, a fim de promover a sustentabilidade e a conservação efetiva do espaço natural em Gravatá. No próximo subitem serão evidenciadas as análises da observação participante dos sujeitos primários.

#### 4.2.4 Análises da observação participante – Sujeitos primários

A observação participante realizada ao longo das trilhas e práticas de rapel complementou de forma direta as evidências trazidas pelas entrevistas, permitindo confirmar, nuanciar e aprofundar o perfil dos sujeitos primários identificado na análise interpretativa.

A partir do contato direto com os adeptos-consumidores durante as caminhadas, descidas e momentos de preparação técnica, foi possível observar comportamentos, interações e atitudes que dialogam com os temas da observação previamente definidos: trilha e rapel, *overtourism* de natureza, comportamento de administração responsável, consciência ambiental, ações pró-sustentabilidade e impactos negativos.

##### 1. Trilha e Rapel de Natureza: práticas, técnicas e cuidado com o espaço

Durante a observação, os sujeitos demonstraram domínio variável dos equipamentos de segurança, seguindo majoritariamente as instruções dos condutores no uso de cadeirinhas, capacetes, mosquetões e técnicas básicas de descida. Esse comportamento reforça o que as entrevistas apontaram como “senso de responsabilidade aprendido”, alinhado com Hassan et al. (2024), evidenciando que o cuidado emerge a partir do espelhamento de boas práticas e da orientação recebida.

No percurso das trilhas, notou-se atenção aos pontos de risco, disposição para ajudar colegas e insistência dos próprios participantes para reforçar procedimentos de segurança, especialmente antes do rapel negativo. Esse envolvimento coletivo ecoa o princípio de cooperação e proteção mútua, fundamento que Clark e Nyaupane (2025) relacionam a

comportamentos de salvaguarda ambiental e social.

Em relação aos impactos ambientais, foram identificados trechos com erosão e vegetação danificada, o que suscitou comentários dos próprios adeptos sobre a necessidade de limitar o fluxo de visitantes. Tais percepções revelam que o contato direto com o ambiente desperta reflexões sobre a vulnerabilidade ambiental, dimensão também captada nas entrevistas quando os sujeitos expressam pertencimento e conexão com a natureza (Lee & Lee, 2021; Nyaupane, 2023; Nyaupane et al., 2024).

## 2. *Overtourism* de Natureza: saturação percebida e tensões no uso do território

Nos fins de semana que aconteceram as coletas e a presença no campo físico, são períodos de maior circulação na região. Foram observados sinais concretos de saturação ambiental, como pequenos congestionamentos em trechos estreitos de trilhas, ruídos em excesso e presença de resíduos plásticos deixados por usuários de grupos externos ao da pesquisa, além de uso de som, bebida alcoólica e muito barulho.

Essas cenas geraram incômodos verbalizados pelos sujeitos primários, que reagiram com indignação ao encontrar lixo, pichações ou sinais de pisoteamento em áreas sensíveis, reforçando as inferências sobre cidadania ecológica descritas nas entrevistas. Para eles, a experiência na natureza é um espaço de fuga e conexão emocional, e esses impactos negativos são percebidos como uma ameaça ao próprio sentido da vivência (Pomfret et al., 2023).

A simultaneidade entre encantamento e preocupação gera uma tensão central: o aumento do turismo, embora positivo para o lazer e economia, podem degradar o ambiente, e esse aspecto analisado a partir da presença no campo, demanda planejamento e gestão integrada, ideia também expressa no tema da responsabilização institucional, presente na síntese interpretativa da entrevista, mas que se contrapõe às premissas de Clark e Nyaupane (2025), na observação participante.

## 3. Comportamento de Administração Responsável: atitudes, ética e espelhamento

As práticas observadas sustentam a interpretação de que o comportamento responsável é um potencial em desenvolvimento, como já descrito nos resultados. Os sujeitos, em sua maioria, evitam sair das trilhas demarcadas, recolhem resíduos próprios e observam com atenção normas de conduta comunicadas pelos guias e monitores.

Essas atitudes revelam elementos da ética ambiental e do zelo coletivo, coerentes com Silva et al. (2020) e com a noção de *Stewardship* discutida por Moraes (2025). Em vários momentos, participantes chamaram a atenção de colegas para não pisotearem vegetação, permanecerem em silêncio em pontos sensíveis ou respeitarem a fila de descida no rapel,

comportamentos que configuram micro práticas de fiscalização solidária já apontadas como centrais no engajamento ambiental e salvaguarda ambiental (Clark & Nyaupane, 2025).

No entanto, a observação também evidenciou lacunas importantes: ausência de sinalização formal, falta de lixeiras e inexistência de regras oficiais de capacidade de carga e alertas de riscos e perigos nos locais de natureza rústica como é Gravatá, visto que os trajetos envolvem pontes muito altas (50 a 60 metros), trechos de risco e perigo (piso aberto nas pontes), animais como cobras e lagartos típicos da região.

Esses aspectos caracterizam o risco e a adrenalina típicos das atividades de aventura de natureza como afirmam Rantala et al. (2018) e Deb et al. (2023), mas que deixaram os sujeitos dependentes apenas de orientações informais dos guias e monitores, o que limita a consolidação de práticas mais consistentes, seguras e sustentáveis, confirmando a necessidade de educação ambiental sistemática, diretrizes e políticas compartilhadas como defendem Clark e Nyaupane (2025).

#### 4. Consciência Ambiental: motivações, proatividade e educação ecológica contextual

Os comportamentos observados reforçam o perfil de sujeitos que vivenciam a trilha e o rapel como oportunidades de conexão emocional, superação pessoal e pertencimento ecológico, dimensões destacadas por Lee e Lee (2021) e retomadas nas entrevistas. Vários participantes mostraram proatividade em aprender sobre espécies nativas, formações geológicas, impactos da erosão e técnicas de preservação, fazendo perguntas espontâneas durante o percurso. Essa curiosidade reforça a ideia de que a natureza funciona como ambiente pedagógico (Ribeiro et al., 2023), em que a consciência ambiental emerge da própria experiência sensorial.

Ao observar práticas erradas de outros grupos (deixar lixo, barulho excessivo, retirar pedras ou plantas), os sujeitos verbalizaram incômodo e defenderam a necessidade de campanhas educativas e fiscalização, ecoando as inferências negativas de “responsabilização” identificadas intragrupo e foram muito pertinentes e encaixaram diretamente com as evidências coletadas mediante as entrevistas, se contrapondo às premissas de Moraes (2025).

#### 5. Ações Pró-Sustentabilidade e Impactos Negativos Observados

Embora as práticas pró-sustentabilidade dos sujeitos primários se expressem sobretudo em atitudes individuais, não tirar nada do ambiente, recolher resíduos, evitar degradação, ter senso e atitudes responsáveis, algumas ações coletivas emergiram, como mutirões espontâneos para limpar trechos de trilha. Essas microiniciativas se alinham ao ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis, que os próprios sujeitos afirmaram incorporar também em sua vida cotidiana.

Por outro lado, os impactos negativos observados, como as trilhas alargadas, vegetação pisoteada, resíduos plásticos deixados por terceiros e barulho excessivo, queimada de dezenas de livros didáticos em um dos túneis, reforçam o contraste entre o comportamento idealizado e a realidade prática do território. Outros comportamentos foram analisados, como jogar lixo de isopor e garrafa pet no chão perto do lixeiro, foi uma observação bem negativa do comportamento que reverbera no coletivo.

Essa tensão entre o ser e o fazer, o real e o ideal, ilustra a urgência de uma gestão ambiental integrada para Gravatá e seu turismo de aventura de natureza, destacada também nas falas sobre o envolvimento das comunidades, dos empreendedores e dos visitantes, alinhando-se à crítica de Francisco et al. (2020) sobre a ineficácia de ações isoladas, e contrapondo-se às premissas do comportamento de administração responsável proposto por Silva et al. (2020) e Kaveski e Beuren (2022).

A observação participante revelou-se fundamental para aprofundar o entendimento do perfil dos sujeitos primários e as práticas relacionadas ao turismo de aventura em Gravatá, confirmando e enriquecendo os dados obtidos nas entrevistas. Foi possível perceber um comprometimento real com o comportamento de administração responsável, evidenciado pelo respeito às normas de segurança e cuidados com o meio ambiente, bem como pela cooperação entre os participantes.

Contudo, também ficaram evidentes lacunas importantes, como a ausência de sinalização formal, falta de infraestrutura adequada e o desafio da superlotação em determinados momentos, gerando impactos ambientais visíveis e incômodos entre os usuários. Esses contrates revelam a complexidade da gestão do turismo sustentável, mostrando que tanto as microprácticas individualizadas quanto as ações coletivas espontâneas são essenciais, mas insuficientes sem o suporte institucional robusto.

Portanto, a observação participante destaca a ‘urgência de políticas de educação ambiental sistematizadas’, ‘regulação clara e fiscalização efetiva’, visando garantir que os espaços naturais de Gravatá sejam preservados e que a experiência turística seja verdadeiramente sustentável e segura para todos os envolvidos.

#### 4.2.5 Síntese Integradora (Entrevistas e Observação Participante – Sujeitos primários)

Os resultados das duas análises (entrevista e observação participante), dialogam diretamente com as proposições de Hu et al. (2025) e Ribeiro et al. (2023), que compreendem o turismo de aventura de natureza como um território de aprendizagem socioambiental, capaz de articular dimensões pessoais, coletivas e ecológicas em prol da sustentabilidade.

Entretanto, os contrastes observados entre o comportamento ideal - orientado pela ética e pelo cuidado - e as práticas degradantes, como lixo, barulho, pichações e queimadas, evidenciam a urgência de promover um equilíbrio entre cultura ambiental, cuidado, compromisso e responsabilização institucional.

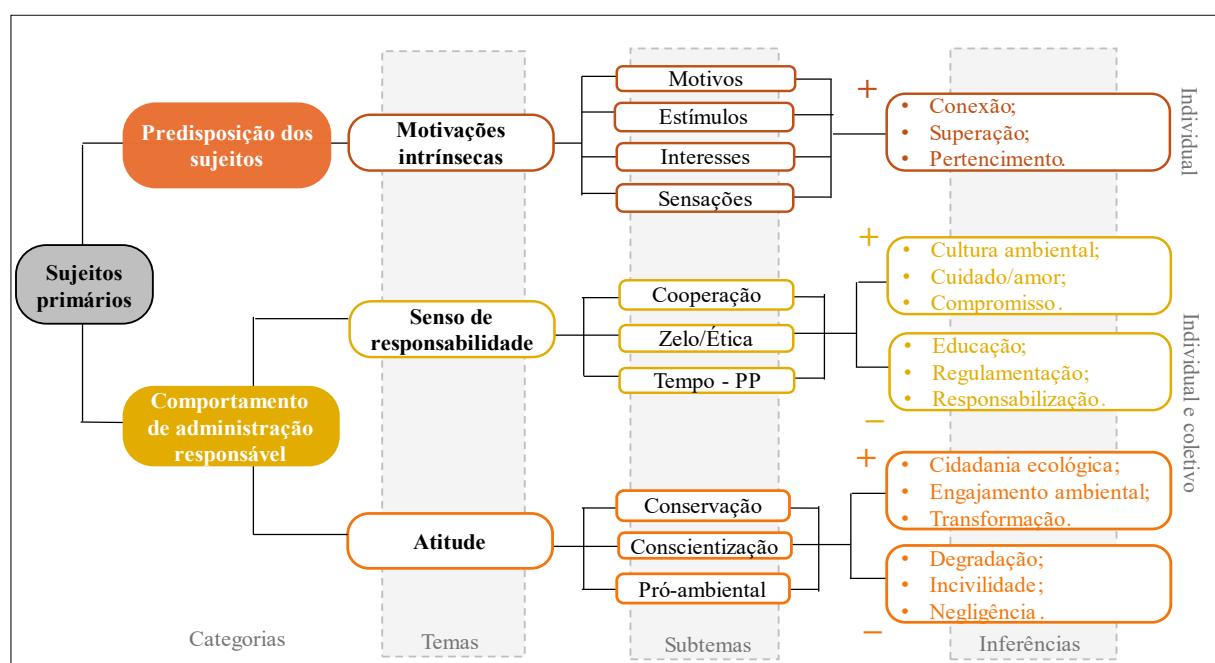
Isso sugere que somente a integração entre valores individuais, engajamento grupal e instrumentos de gestão ambiental pode consolidar o comportamento de administração responsável como modelo de governança ética e sustentável, capaz de transformar o turismo de aventura em um verdadeiro agente de educação ecológica, cidadania ambiental e bem-estar coletivo.

A observação participante confirmou que o comportamento dos sujeitos primários não é apenas discursivo, mas se manifesta em práticas cotidianas de cuidado, cooperação e atenção ao ambiente natural. Ao mesmo tempo, revela que esse comportamento também é limitado pela ausência de instrumentos institucionais de regulação, educação ambiental contínua e infraestrutura adequada.

A Figura (22) apresenta de forma clara e organizada o percurso analítico utilizado para entender o perfil dos sujeitos primários da pesquisa, baseado nas duas categorias analisadas: Predisposições e Comportamento de administração responsável, na perspectiva das entrevistas e da observação participante.

**Figura 22**

*Resultados/ Inferências – Sujeitos primários.*



Nessa perspectiva, a integração entre observação e entrevistas revela um sujeito que aprende com a natureza, transforma sua experiência em valores éticos e busca agir de forma responsável, ainda que dependente de um ambiente regulatório, educativo e institucional para que essa responsabilidade se torne efetiva, duradoura e coletiva.

A figura integra os quatro níveis de análise: categorias, temas, subtemas e inferências, facilitando a compreensão de como as evidências empíricas se conectam para formar interpretações tanto individuais quanto coletivas sobre o comportamento de administração responsável no turismo de aventura em Gravatá. Essa representação visual é essencial para captar a complexidade e as relações entre os dados, tornando os achados mais acessíveis e didáticos.

O perfil de comportamento de administração responsável dos sujeitos primários, corroborado pelas premissas de Francisco et al. (2020), revelou-se marcado por uma predisposição inicial positiva: a maioria dos entrevistados demonstra forte interesse emocional pelas atividades de aventura de natureza, ampliando sua sensibilidade ambiental e despertando o desejo de proteger o espaço que utilizam. Essa motivação intrínseca e o senso de responsabilidade são elementos relevantes para a tomada de decisão no consumo, indicando que os experienciadores reconhecem o valor ecológico do território e se percebem como parte dele.

Contudo, esse perfil ainda não se converte plenamente em práticas consistentes. A vontade individual, embora importante, não é suficiente para sustentar um comportamento de administração responsável ao meio ambiente. Como afirmam Clark e Nyaupane (2025), a consolidação dessas práticas depende também de suporte externo que forneça diretrizes claras, infraestrutura adequada e meios de orientação contínua.

Nesse sentido, a atuação dos sujeitos permanece limitada pela ausência de educação ambiental sistemática, fiscalização efetiva e regras compartilhadas entre os diferentes agentes que dividem o mesmo território turístico. Esses elementos, quando ausentes, fragilizam o engajamento e dificultam a transformação da predisposição positiva em ações concretas e sustentáveis.

A análise integrada das entrevistas e da observação participante permitiu compreender que os sujeitos primários constituem um grupo fortemente marcado por motivações intrínsecas voltadas à conexão com a natureza, ao desejo de superação pessoal e à busca de pertencimento. Esses elementos formam a base da predisposição dos indivíduos, predisposição esta que orienta não apenas suas escolhas de lazer, mas também suas percepções sobre cuidado e responsabilidade ambiental.

À medida que os sujeitos vivenciam a trilha e o rapel, essas motivações transformam-se em práticas concretas de cooperação, zelo e ética, evidenciando que o senso de responsabilidade não é uma característica inata, mas um processo construído no tempo e no convívio (Silva et al., 2020; Nyaupane, 2023 e Nkaizirwa et al., 2021).

Essa construção experiencial foi reforçada pelas ideias de Davis et al. (1997), Hernandez (2008, 2012), Rodrigues (2013) e Barbosa Vidal et al. (2024), de que o comportamento de administração responsável emerge das interações sociais, do espelhamento de boas práticas e da consciência de que o ambiente natural é um bem comum, coletivo, sensível e vulnerável.

As atitudes dos sujeitos, to que tange a conservação, conscientização e ações pró-ambientais, mostraram que os eles internalizam valores de cuidado e proteção, mesmo que ainda careçam de diretrizes institucionais mais fortes para sustentar e ampliar tais comportamentos, evidenciando que a experiência de aventura na natureza deve funcionar como um espaço de aprendizagem constante e do exercício da ética ambiental.

Nessa compreensão, a partir de Rodrigues (2013) e Barbosa Vidal et al. (2024), é possível sintetizar que o benefício global decorrente da adoção de atitudes e ações que reverberem em um comportamento de administração responsável positivo, inicia-se no âmbito pessoal e se expande para o coletivo, e que essas práticas individuais são fortalecidas a partir da identidade social, profissional, formação intelectual, ética individual e o propósito de vida.

Corroborando com o que destacou os autores, a responsabilidade ambiental não é apenas uma ação isolada, mas um processo integrado, em que valores internos transformam comportamentos e, posteriormente, influenciam positivamente o ambiente social e organizacional em que o indivíduo está inserido.

Um contrassenso às premissas de Nkaizirwa et al. (2021) e Clark e Nyaupane (2025), e apareceu em ações de degradação, incivilidade e negligência observadas em outros grupos que participavam das experiências, isso reforçou o entendimento de que a o comportamento de administração responsável, embora presente em muitos aspectos, ainda é desigual no território.

Essa perspectiva dicotômica confirmou que o comportamento de administração responsável dos sujeitos primários é promissor, mas não autossuficiente; pois depende de educação ambiental contínua, regulamentação, fiscalização e do envolvimento coordenado de turistas, empreendedores, comunidades e gestores públicos (Clark e Nyaupane, 2025).

Assim, as análises propõem que os sujeitos primários se encontram em um estágio de ‘maturação’ do comportamento de administração responsável: apresentam forte intenção e significativa sensibilidade ambiental, constroem práticas colaborativas e éticas, mas ainda necessitam de suporte coletivo e institucional para que essa responsabilidade se torne efetiva,

consistente e sustentável no longo prazo.

Esse resultado, evidenciado pelas entrevistas, observação participante e vivência no campo, retrata o papel transformador da experiência na natureza proporcionada pelo lazer de aventura e destacou a urgência de políticas e estratégias que fortaleçam os vínculos entre indivíduo, grupo e ambiente natural no contexto do turismo de aventura.

Portanto, o comportamento de administração responsável dos entrevistados configura-se como um potencial em desenvolvimento, caracterizado pela intenção de agir de forma ética e cuidadosa, mas dependente da articulação com mecanismos de controle, estímulo coletivo e gestão integrada para alcançar efetividade real.

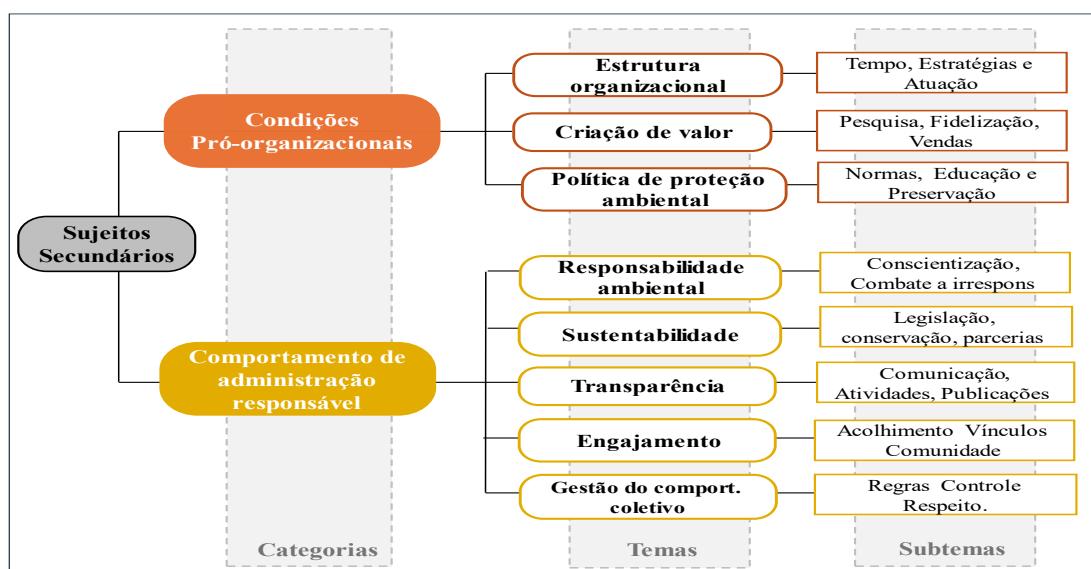
#### 4.3 Análise das entrevistas – Sujeitos secundários – empresas proponentes (guias, empreendedores e monitores)

A análise das entrevistas com empresas e monitores de turismo de aventura em Gravatá-PE revelou oito categorias temáticas fundamentadas na literatura, permitindo compreender as dinâmicas organizacionais, as práticas ambientais e os desafios de gestão e engajamento no turismo de aventura de natureza.

A Figura (23) apresenta a arquitetura analítica utilizada para os sujeitos secundários, organizada em duas categorias principais – ‘Condições Pró-organizacionais’ e ‘Comportamento de Administração Responsável’ – das quais derivam temas como estrutura organizacional, criação de valor, políticas de proteção ambiental, responsabilidade ambiental, sustentabilidade, transparência e gestão do comportamento coletivo.

**Figura 23**

*Categorias temáticas de análise, temas e subtemas – Sujeitos secundários*



Esses temas, por sua vez, se aprofundam em subtemas específicos como: estratégias, fidelização, normas, educação, conservação, comunicação, acolhimento comunitário e regras de controle, que emergiram das falas e nuances apresentadas pelos participantes. A disposição esquemática desses elementos é fundamental, pois permite visualizar de forma integrada como as dimensões organizacionais e comportamentais se articulam, orientando a análise, fortalecendo a interpretação das evidências e possibilitando inferências posteriores consistentes sobre o fenômeno investigado.

A figura, portanto, funciona como um mapa orientador da análise, permitindo compreender não apenas a origem de cada informação, mas também como os elementos se conectam entre si, reforçando a coerência interna da pesquisa e favorecendo a produção futura de inferências robustas. Essa visualização integrada também facilita a comparação entre percepções, a identificação de padrões e a sustentação teórica das interpretações, tornando o processo analítico mais claro, transparente e metodologicamente sólido.

O próximo tópico desse estudo, será o incício das análises, onde o foco recai sobre os aspectos estruturais que moldam o funcionamento das organizações que participaram do estudo e influenciaram diretamente a forma como suas práticas se materializaram no território. Portanto, o primeiro tema analisado ‘Estrutura organizacional’ abrangiu elementos como o tempo de atuação das iniciativas, o modo como definem e reposicionam suas estratégias e a natureza de sua atuação cotidiana no contexto do turismo de aventura e das práticas ambientais.

**4.3.1** Categoria: Condições Pró-organizacionais. Tema: Estrutura organizacional – Subtemas: Tempo, Estratégias e Atuação.

De acordo com as evidências coletadas, foi revelado que a estrutura das empresas é predominantemente enxuta, de base familiar e fortemente dependente da atuação dos próprios empreendedores e guias para a divulgação e captação de clientes. Essa característica confirma que, no turismo de aventura de natureza, “a operação é marcada pela atuação direta dos sujeitos, cuja motivação intrínseca e relação com o território influenciam as práticas organizacionais” (Hernández, 2012; Silva et al., 2020).

O entrevistado (E1), proprietário do empreendimento (APA, particular com cachoeira), destacou o **tempo** de atividade:

*“Iniciei o projeto em 2020 e estamos há cinco anos aqui em Gravatá. Temos trailer para hospedagem, e a maioria dos nossos grupos é por agendamento antecipado e pagamento de 50%, recebemos grupos que ficam mais tempo ou day use, nosso espaço fica em área de*

*proteção ambiental, e a fiscalização fica por minha conta (risos) ”.*

A fala do E1 ilustra com precisão o que a pesquisa destaca como administração responsável emergente da ação individual, já que em áreas de natureza “a presença humana implica trocas constantes e exige cuidado, zelo e proteção” (Ordiñana-Bellver et al., 2024). Além disso, evidencia o fenômeno descrito por Silva e Costa (2018), quando afirmam que, na prática do *Stewardship*, o gestor atua como guardião do espaço, assumindo tarefas que transcendem o papel empresarial formal.

O entrevistado (E4), é monitor de trilhas da empresa que atua no mercado há dez anos, sendo três no turismo de aventura de natureza, e ele reforçou a consolidação da marca no mercado local:

*“A empresa é familiar entre duas sócias, como monitores tem eu e mais quatro, desses quatro dois são guias de turismo e um tanto é guia como especialista em rapel. A empresa promove trilhas, médias e longas, já faz de 5 a 10 anos (pausa), mas aqui em Gravatá há mais ou menos 3 anos, é um roteiro muito procurado ”.*

Esse relato confirma que o setor se organiza de maneira altamente dependente da expertise técnica e da cooperação interna, alinhando-se ao que Hernández (2008) chama de lideranças coletivistas, nas quais a atuação conjunta fortalece o compromisso organizacional. Também converge com a perspectiva da experiência do consumidor como evento construído pela interação entre sujeitos e ambiente (Carú & Cova, 2020; Gentile et al., 2007)

A entrevistada (E2), salientou a experiência prática anterior à sua formação recente como guia:

*“Na verdade, há quatro anos que eu venho trabalhando... fiz minha formação agora em dezembro, mês que fiz sessenta anos, eu sempre fui monitora de turismo, tanto na natureza como em área urbana, mas meu sonho era ser guia, então minha nora e meu filho abriram o negócio e eu sou a guia (pausa), quando vamos para outras localidades, contratamos guias locais credenciados que conhecem bem os trajetos e trilhas ”.*

A fala de E2 expressa dimensões que a literatura chama de motivação intrínseca, fundamental para o comportamento de administração responsável. Para Hernández (2012), esse comportamento emerge quando o sujeito age motivado por propósito, valores e identificação

com o ambiente e com o grupo. Sua trajetória também reforça o papel das experiências como processos emocionais e transformadores (Cavalcanti, 2024; Shen et al., 2024).

Na empresa (E5), a entrevistada é monitora e esposa do guia e empreendedor da empresa, e estão nesse mercado há dez anos. Ela apenas auxilia o grupo, mas não é guia credenciada. Eles operam terceirizando as trilhas mais difíceis:

*“A gente terceiriza guias locais, e quando não encontramos guias credenciados contratamos bombeiros civis nativos das regiões em que serão realizadas as atividades.”*

Esse procedimento operacional confirma a necessidade de segurança e responsabilidade ressaltada na base teórica, segundo a qual atividades de aventura demandam técnicas especializadas e práticas éticas que assegurem proteção ambiental e segurança dos participantes (Nyaupane et al., 2022; Silva et al., 2024)

Outra evidência importante, de acordo com a entrevistada (E3), quando questionada sobre estratégias de atratividade, ela disse que as **estratégias de captação** de clientes concentram-se no uso intensivo das redes sociais, parcerias e participação em eventos,

*“Nosso forte mesmo são redes sociais, impulsionamento que eu mesmo faço, outras vezes trazendo influenciadores locais, e a gente vai testando”.*

A centralidade das redes sociais se conecta às discussões de Lemon e Verhoef (2016), quando afirmam que a experiência do consumidor é formada por múltiplos pontos de contato, sendo o digital decisivo para atratividade, percepção e engajamento. O entrevistado (E1) defende o uso das redes sociais como estratégias de comunicação:

*“Eu mesmo tudo que faço é pelo Instagram, é meu único canal de divulgação da cachoeira e do meu espaço, posto vídeo, promoções, eventos, tudo tudo e quando tenho o primeiro contato com os interessados e grupos é que vou para o WhatsApp, então eu comunico e capto pelo mesmo canal de comunicação.”*

A entrevistada (E2), disse que a centralidade da comunicação da empresa é digital: *“uso o Instagram, site, Facebook, criei um canal no telegram mas não deu certo. Então esses são os meios de comunicação que se faz hoje em dia, o Instagram tem maior alcance, sem essa rede não existe empresa”*. A entrevistada (E2), também evidenciou a ausência de uma estrutura

organizacional robusta do poder público voltada especificamente ao turismo de aventura, revelando fragilidades institucionais:

*“O poder público não é presente, ele divulga uma vez no ano, no site da prefeitura, no fim quem vai em busca mesmo de clientes somos nós, os proprietários, que são minha nora e meu filho, mas ela fica mais com essa parte de mídia, o dia todo acompanhando as redes sociais, os que os concorrentes postam”.*

As falas expõem a ausência de suporte institucional estruturado, que “fragiliza a organização e transfere aos empreendedores a responsabilidade pela visibilidade, gestão e sustentabilidade das práticas”, aspectos que contradizem as premissas de Mesquita (2021) e Boulhosa et al. (2021), quando relatam a importância de um suporte institucional estruturado para incentivar a organização em sua expansão e ganho de mercado.

Outro subtema importante é a **criação de valor** pelas empresas de turismo de aventura em Gravatá-PE, que ultrapassa o retorno financeiro imediato e se ancora na oferta de experiências significativas, no bem-estar psicológico e na preservação ambiental, articulando-se com o que a literatura aponta como “experiências transformadoras, emocionalmente marcantes e orientadas por valores” (Carú & Cova, 2020; Cavalcanti, 2024)

As falas dos entrevistados mostram esse movimento, onde (E1) enfatizou: “*Não faço questão do dinheiro imediato... me preocupo com a experiência e em manter minha propriedade saudável e protegida*”.

Enquanto (E4) associa as trilhas à renovação emocional e até espiritual:

*“Já ouvi muito que as pessoas que fazem a trilha, o rapel ou outra atividade com a gente, renovam sua conexão interior, com sua espiritualidade”.*

A entrevistada (E5) reforçou outro tipo de valor:

*“O principal valor é a segurança... muitos clientes viajam sempre conosco, todos se sentem seguros e com vontade de voltar, pra mim esse é o valor principal”.*

Tais relatos confirmaram que o valor percebido assume caráter simbólico e relacional, fundamentado em acolhimento, confiança e vínculos sociais, alinhando-se ao que Gentile et al. (2007) definem como dimensões emocionais e relacionais da experiência. Contudo, a ausência

de dados sistematizados pelas empresas, revelou uma fragilidade estrutural: como afirma (E3):

*“Não sabemos nem quais espécies de plantas ou animais existem aqui, isso enfraquece a promoção e gestão de valor da localidade e a nossa, a gente gostaria de ter esses dados”.*

Expondo a lacuna entre as práticas e o planejamento estratégico, o cenário corrobora o que Mesquita (2021) e Boulhosa et al. (2021) destacam como risco: sem suporte público e sem monitoramento contínuo, o valor territorial torna-se difícil de consolidar e projetar em longo prazo. Essa fragilidade é intensificada pela ausência de um conhecimento mais estruturado, por parte das empresas, sobre o ambiente de natureza que caracteriza Gravatá, cuja singularidade ecossistêmica e emocional é um dos principais motores das experiências consumidas.

Como apontam Nyaupane (2023) e Ordiñana-Bellver et al. (2024), o turismo de aventura de natureza desperta conexões profundas que influenciam bem-estar, percepções e comportamentos dos visitantes, enquanto Nascimento et al. (2024) reforçam que ecossistemas naturais motivam deslocamentos e agregam valor simbólico às vivências.

No tema da **política de proteção ambiental**, as empresas assumem uma atuação espontânea e pedagógica, coerente com o comportamento de administração responsável descrito por Silva et al. (2020) e Nkaizirwa et al. (2021). (E3) relatou que:

*“Na trilha a gente dá muita informação sobre preservação e ciclo da água, não a queimadas e rejeitos de plástico ou metal”.*

Enquanto (E1) reforçou normas básicas: *“não arrancar nada... manter sempre um saquinho pro lixo”*. Uma evidência inédita da entrevistada (E5) em outra experiência que foi monitora:

*“As pessoas perderam o limite pra tudo, mês passado em Tupanatinga, repreendi um casal arrancando cactos (pausa) eles estavam com mais de doze cactos de diferentes tamanhos acionei a polícia para nos resguardar, pois houve discussão, e eles jogaram os cactos no local e evadiram, tirei fotos e formalizamos um B.O na delegacia da cidade”.*

Em casos extremos, o empreendedor (E1) descreveu outra cena que precisou até de autodefesa diante de caçadores de passarinhos, afirmando:

*“Os caras saíram nem sei de onde e vinham aqui caçar passarinhos, foi quando eu coloquei câmeras no meu espaço, briguei e ameacei: os passarinhos são da natureza e aqui ninguém tira a vida deles por que aqui a propriedade é minha, tenho meios pra me proteger se eles vierem novamente”.*

Essas evidências demonstraram que as empresas adotaram ações de proteção ambiental que, embora essenciais, são em parte reativas, isoladas e dependentes principalmente da iniciativa individual, cenário que a literatura já apontou como resultado direto da ausência de governança e fiscalização pública em áreas naturais, se contrapondo às premissas de Nyaupane (2023), Freitas (2021) e Clark e Nyaupane (2025).

Assim, a criação de valor e a proteção ambiental avançaram, mas sobre bases frágeis, sustentadas mais pelo comprometimento dos empreendedores do que por políticas estruturadas, o que pode limitar a consolidação de um turismo de aventura de natureza sustentável e planejado em médio e longo prazo.

Os relatos dos entrevistados representantes das empresas, mostraram que o turismo de aventura em Gravatá-PE é em grande parte promovido por empreendimento familiar, oriundos da capital Recife, que atuam simultaneamente como ofertantes das experiências e guardiões do ambiente natural, fenômeno que dialoga com o comportamento de administração responsável discutido na base teórica (Silva et al., 2020; Kaveski & Beuren, 2022).

A forte dependência das redes sociais como principal mecanismo de visibilidade, somada à ausência quase total do poder público na promoção e regulação do turismo de aventura em Gravatá, revela um cenário de fragilidade estrutural que coloca sobre as empresas um conjunto de responsabilidades que extrapola sua capacidade formal de atuação.

Embora a motivação intrínseca dos empreendedores e sua relação de pertencimento com o território contribuam para a continuidade das práticas, aproximando-se do que Hernández (2012) caracteriza como gestão orientada por propósito coletivo e de Kaveski e Beuren (2022) quanto aos valores pró-ambientais, essa centralização excessiva evidencia um modelo de funcionamento que se sustenta mais pelo esforço individual do que por um ecossistema institucional real.

Nesse sentido, o protagonismo assumido pelas empresas, longe de ser apenas uma demonstração de engajamento, funciona também como resposta às lacunas de governança, indicando vulnerabilidades que podem comprometer a sustentabilidade, a segurança e a capacidade de expansão das atividades no longo prazo.

Embora as empresas demonstrem profissionalização crescente, com formação de

monitores, guias especializados e terceirização de serviços em percursos mais complexos, observa-se também a ausência de um suporte institucional consistente por parte do poder público, o que fragiliza a estrutura organizacional e transfere aos empreendedores locais a responsabilidade pela visibilidade, pela gestão e pela sustentabilidade das atividades.

As três inferências centrais que essa categoria e os temas revelaram, é um cenário marcado por ‘fragilidade institucional estrutural’, em que a ausência de suporte público consistente desloca responsabilidades fundamentais unicamente para a esfera privada. Como consequência direta, ocorre uma ‘sobrecarga dos empreendedores’, que passam a acumular funções de gestão, visibilidade, fiscalização e sustentabilidade ambiental, operando além de sua capacidade formal.

Esse quadro integrado produz um efeito crítico: a ‘sustentabilidade ameaçada’ das práticas de turismo de aventura em Gravatá, tanto no que diz respeito à continuidade das operações quanto à segurança, ao manejo ambiental e ao potencial de expansão dessas atividades no médio e longo prazo.

Compreendeu-se também, que apesar das fragilidades identificadas, o cenário revelou perspectivas positivas que fortalecem a dinâmica do turismo de aventura na região. A primeira delas é a ‘motivação intrínseca dos empreendedores’, que demonstram forte vínculo afetivo com o território e um comprometimento espontâneo com a qualidade das experiências ofertadas, o que favorece práticas alinhadas ao comportamento de administração responsável.

Soma-se a isso a ‘profissionalização crescente’, evidenciada pela formação de monitores, especialização de guias e terceirização qualificada em percursos mais complexos, indicando esforços contínuos de qualificação técnica e segurança operacional. Por fim, destaca-se o ‘potencial de criação de valor local’, uma vez que esses empreendimentos familiares, ao atuarem diretamente na oferta das experiências, movimentam a economia regional, fortalecem redes de colaboração e contribuem para consolidar Gravatá como destino relevante no turismo de aventura de natureza.

**4.3.2 Categoría: Comportamento de administração responsável. Temas: Responsabilidade ambiental; sustentabilidade; transparência; engajamento e gestão do comportamento coletivo.**

O tema **responsabilidade ambiental**, mediante as entrevistas, os sujeitos demonstraram conscientização de responsabilidade ambiental, associando-a à exemplaridade e ao cumprimento de regras internas, aspecto que dialoga com Silva et al. (2020), ao afirmarem que a administração responsável nasce de valores éticos individuais, mas se fortalece quando há

diretrizes claras que orientam a prática. O entrevistado (E1), relatou os custos de uma conduta responsável:

*“Todo o lixo daqui a gente leva pra cidade... fazer o certo custa muito mais do que fazer errado, mas nem todos os locais fazem o mesmo, muitas vezes por falta de conhecimento e outras por não quererem gastar.”*

Essa fala evidencia o que Velte (2010) aponta sobre o *Stewardship*: práticas éticas exigem esforço adicional e implicam custos imediatos quando não são sustentadas por políticas públicas, revelando a tensão entre motivação intrínseca e fragilidade institucional. O desabafo do entrevistado reforça ainda o que Kaveski e Beuren (2022) discutem ao afirmar que ações responsáveis se tornam limitadas quando dependem apenas do esforço individual, exigindo condições pró-organizacionais e fiscalização para garantir equidade entre os agentes do território.

A entrevistada (E2), relatou que a responsabilidade com o meio ambiente é de todos, e nas experiências o guia tem papel central no controle do grupo:

*“O guia tem uma grande responsabilidade em orientar o grupo pela limpeza”.*

Tal percepção se alinha ao que Hernández (2012) descreve como liderança em seu trabalho clássico quando aborda as premissas de *Stewardship*, nesse paralelo, compreendeu-se que o guia atua como mediador ético que influencia comportamentos coletivos e fortalece a consciência ambiental dos participantes. Além disso, a fala confirma o entendimento de Rodrigues (2013) sobre o caráter sociopsicológico do *Stewardship*, que emerge em contextos em que o coletivo se sobrepõe ao individualismo.

O entrevistado (E4) enfatiza que as pessoas mal fazem o básico, mas o básico bem-feito diz muito e representa uma conduta que pode ser espelhada:

*“Eu como profissional, pretendo sempre ser reflexo desse tipo de atitude, como recolher e descartar lixo no lugar certo”.*

Essa afirmação confirma o argumento de Francisco et al. (2020) de que o um comportamento de administração responsável se expressa na exemplaridade cotidiana, em que pequenas ações têm potencial de moldar comportamentos de outros sujeitos. Também converge

com Barbosa Vidal et al. (2024), que defendem que comportamentos individuais éticos, quando consistentemente praticados, repercutem no coletivo e ampliam a cultura de responsabilidade ambiental.

Os entrevistados (E5) e (E6), relatam situações inusitadas, mas que fazem parte da segurança individual e responsabilidade ambiental:

*“Passamos as normas da trilha assim que o cliente adquire a experiência, como por exemplo não usar perfume forte nem levar perfume pra colocar, apenas repelente, pois o perfume atrai abelhas, marimbondos, e outros insetos que podem causar alergia e coisas mais graves”* (E5).

*“Proibimos e compartilhamos o forms para as pessoas assinarem mostrando que estão cientes das normas, como por exemplo não levar som, é proibido pela lei de proteção ambiental, e tem gente que se estressa e leva, já teve uma situação que devolvemos o dinheiro do cara, mas ele nem entrou na van, e consequentemente ficou sem fazer a trilha”* (E4).

As falas evidenciam práticas de responsabilidades descritas por Kaveski e Beuren (2022), que incluem regras internas, orientação formalizada e mecanismos de controle para garantir a segurança e minimizar impactos ambientais. Elas também revelam o que Ordiñana-Bellver et al. (2024) apontam sobre o risco inerente às atividades de aventura em ambientes naturais, exigindo protocolos preventivos para proteção da fauna, da flora e dos próprios visitantes.

A realidade analisada evidencia pontos fracos importantes, sobretudo pela ausência de fiscalização efetiva e pela falta de políticas públicas claras que respaldem as empresas e monitores em suas ações de responsabilidade ambiental, o que reforça o argumento de Mesquita (2021) e Boulhosa et al. (2021) sobre as fragilidades institucionais no turismo de aventura no agreste pernambucano.

Embora os entrevistados demonstrem consciência ambiental e adotem regras internas – como evitar perfumes, sons portáteis e outras práticas que prejudicam a experiência – a ausência de regulamentação formal e de mecanismos legais de punição faz com que essas medidas dependam exclusivamente do esforço individual das empresas. Isso gera custos operacionais, potenciais conflitos com clientes e reduz o alcance coletivo das ações.

Assim, evidencia-se uma assimetria: a conscientização, o combate a comportamentos irresponsáveis e o cuidado com o meio ambiente acontecem de forma desigual entre os atores que promovem, consomem e gerenciam o turismo de aventura de natureza em Gravatá

(Nyaupane et al., 2024).

Com relação à **sustentabilidade** ambiental, é assegurada por algumas empresas por meio de práticas de controle de capacidade, limpeza de áreas naturais e integração com comunidades locais, condutas que dialogam com o que Silva et al. (2020) descrevem como práticas pró-organizacionais que fortalecem o comportamento de administração responsável. O entrevistado (E1) relatou que:

*“A gente não permite mais de 100 pessoas no nosso espaço, e aqui cabem mais de 200 pessoas, mas optei por algo equilibrado e não o turismo de massa, o maior grupo que recebemos aqui foi de 30 estudantes, e ainda dividimos o grupo em dois, pra evitar desgaste e estresse na mata, pois minha propriedade está dentro de APA”.*

Essa decisão confirma a perspectiva de Velte (2010), segundo a qual a ética ambiental envolve a adoção de limites e escolhas que priorizam a integridade do ecossistema, mesmo que isso represente renúncia financeira. Além disso, evidencia o que Mesquita (2021) e Boulhosa et al. (2021) afirmam sobre a necessidade de equilíbrio entre uso turístico e capacidade de carga ambiental, sobretudo em ambientes sensíveis. A entrevistada (E2) relatou uma ação importante de parceria com instituições sem fins lucrativos em outro tipo de atividade na natureza:

*“A gente trabalha pelo financeiro, pra sobreviver, mas hoje faço o que amo. A gente faz também a trilha ecológica nos mangues, a gente faz a limpeza da área percorrida e depois o plantio do tipo específico de manguezal naquela área, meu novo objetivo é fazer em mata atlântica, e Gravatá está no meu planejamento”.*

Essa iniciativa reforça a ideia defendida por Hernández (2012) de que o comportamento de administração responsável se manifesta em ações de cuidado ativo e restaurador, quando a experiência turística ultrapassa o lazer e se transforma em prática educativa e de regeneração ambiental. Ao mencionar o interesse em expandir ações para a Mata Atlântica de Gravatá, a fala da entrevistada converge com a literatura de Ordiñana-Bellver et al. (2024), que destaca a importância de ações contínuas de plantio, manejo e recuperação em ecossistemas frágeis.

O entrevistado (E4) complementou, enfatizando a valorização dos guias locais:

*“A gente sempre faz trilha com guias locais, para que não tenha nenhum tipo de agressão ao meio ambiente, mesmo as vezes havendo, fazemos de tudo para evitar e só trabalhamos com*

*grupos de até 15 pessoas, já topei com um grupo aqui com 50 pessoas, isso é um absurdo, deveria ser configurado crime ambiental, imagina tanta gente assim numa mata, andando falando, gritando, tirando fotos, é prejuízo ambiental demais”.*

Essa percepção dialoga com Rodrigues (2013), ao afirmar que o comportamento de administração responsável envolve não apenas valores individuais, mas a atuação de atores locais conscientes dos limites ecológicos. Além disso, a crítica sobre grupos de 50 pessoas reforça o argumento de Nyaupane (2023) sobre os impactos da superlotação em ambientes naturais, especialmente quando ultrapassam a capacidade de carga do ecossistema.

Também foram registradas práticas de educação ambiental voltadas a roteiros com estudantes. O entrevistado (E1) explicou:

*“Criamos um roteiro pedagógico onde falamos da importância da preservação e explicamos a importância de em média dez espécies nativas que me especializei justamente pra esses roteiros com crianças e adolescentes (pausa) fui pedir auxílio à prefeitura para patrocinar material sustentável para distribuir com esses grupos de estudantes, pra incentivar eles a não descartar nada na natureza além de casca de frutas, ouvi que não poderiam destinar dinheiro público para empreendimentos privados, mesmo sendo em área de APA”.*

Tais relatos ilustram a perspectiva de Francisco et al. (2020) sobre o caráter formativo do comportamento de administração responsável, que se fortalece quando associado à educação ambiental. Ao mesmo tempo, revelam a fragilidade institucional descrita por Mesquita (2021), quando iniciativas privadas de cunho educativo esbarram na ausência de políticas públicas e no entendimento restrito da função social do turismo sustentável.

Tais práticas evidenciaram consciência sobre os limites do ambiente natural e a necessidade de preservar ecossistemas sensíveis, como a Mata Atlântica e Brejo presentes em gravatá, o que reforça o argumento de Barbosa Vidal et al. (2024) sobre o papel transformador da responsabilidade ambiental quando vinculada a identidade, ética e propósito coletivo. No entanto, observou-se que essas ações ainda dependem mais da iniciativa individual das empresas do que de políticas integradas de gestão territorial, confirmando o alerta de Silva et al. (2020) sobre a insuficiência das ações isoladas sem apoio institucional.

A ausência desse apoio, como no caso da solicitação negada pela prefeitura, limita o alcance social e educativo e reforça a dependência da motivação pessoal dos empreendedores, um cenário que Nyaupane (2023) classifica como barreira estrutural ao desenvolvimento do

turismo sustentável, com algumas ‘ações pontuais positivas’ aplicadas pelas empresas, ‘limitação consciente’ e ‘parcerias público-privadas insuficientes’ na pauta sustentabilidade ambiental em Gravatá.

A **transparência** aparece como um desafio. Uma empresa que age com transparência e publiciza suas ações pró-ambientais pode ser definida como uma organização ambientalmente responsável, caracterizada por práticas que tornam seus processos, impactos e decisões visíveis, verificáveis e acessíveis para a sociedade.

Isso significa que ela divulga de forma clara e sistemática o que faz, como faz e quais resultados gera, permitindo confiança pública, legitimidade social e credibilidade institucional. Ao perguntar se as empresas publicizam suas ações pró-ambientais, o entrevistado (E1) reconheceu:

*“Eu falo muito sobre isso, mas não consigo ter ou desenvolver um investimento nisso, por exemplo, se eu fizer ações dando ênfase a isso e o meu vizinho não, como mostrar consistência que aqui na região fazemos ações de sustentabilidade? Eu ainda não vejo como aplicar isso”.*

Essa fala evidencia o que Mesquita (2021) e Boulhosa et al. (2021) discutem sobre a falta de articulação territorial no turismo de natureza: quando cada empresa atua isoladamente, sem diretrizes comuns, a transparência torna-se desigual e pouco convincente, enfraquecendo a percepção coletiva de sustentabilidade.

A dificuldade citada por E3 também confirma a análise de Silva et al. (2020), segundo os quais práticas pró-ambientais só se consolidam quando há mecanismos de governança que padronizam objetivos, indicadores e formas de comunicação entre os diferentes atores do território. O entrevistado (E4) explicou que as pequenas realizações são publicadas apenas nas redes sociais:

*“A gente passa toda a ação realizada, por exemplo as dos mangues, em menos de 1 minuto de vídeo no Instagram, com pouco alcance”.*

Essa fala demonstrou a limitação do que Velte (2010) denominou “transparência performativa”, quando ações ambientalmente responsáveis são visíveis apenas de forma superficial, sem dados consistentes, relatórios ou sistematização. Além disso, o entrevistado reforçou o que Ordiñana-Bellver et al. (2024) indicam sobre a fragilidade da comunicação ambiental baseada apenas em mídias rápidas, que tendem a destacar momentos pontuais e não

processos contínuos de sustentabilidade.

Já (E5) reconheceu que não há divulgação sistemática:

*“Não que eu tenha conhecimento [de publicização] e nem considero que a empresa seja amiga do meio ambiente a esse ponto, é algo a se pensar depois dessa entrevista, estou começando a imaginar várias coisas (risos)”.*

Essa admissão evidencia, como afirmam Kaveski e Beuren (2022), que a ausência de transparência não decorre apenas de falta de interesse, mas da inexistência de práticas organizacionais formalizadas, tais como registros, relatórios, protocolos ou métricas que permitam comunicar resultados ambientais de maneira legítima.

A fala dele também reforçou a perspectiva de Francisco et al. (2020) sobre comportamentos de administração responsável, ao firmar que quando não há clareza sobre os próprios impactos ambientais, torna-se difícil desenvolver consciência coletiva e assumir posicionamentos consistentes diante da comunidade.

Nesse contexto, as falas dos entrevistados revelaram fragilidades significativas no que se refere à transparência das ações pró-ambientais das empresas e que podem reverberar de maneira não positiva no turismo de aventura em Gravatá. Embora haja iniciativas pontuais, como postagens rápidas em redes sociais, estas se mostraram insuficientes para construir consistência e credibilidade em torno da sustentabilidade, sobretudo diante da ausência de indicadores claros e de monitoramento público, como alertam Mesquita (2021) e Severo (2017).

A dificuldade de sistematizar e divulgar informações, como o número de experiências realizadas, a quantidade de clientes ou o impacto real das práticas ambientais, expuseram a falta de gestão estratégica e de compromisso institucionalizado com a transparência, confirmando a crítica de Silva et al. (2020) de que iniciativas isoladas raramente produzem legitimidade social.

Nessa perspectiva, as empresas não adotam transparência ambiental plena. Seus representantes relataram boas intenções, ações internas relevantes, mas não transformam essas práticas em políticas organizacionais sólidas, visíveis e legitimadas, o que revelou um cenário marcado por ‘inconsistência’, ‘superficialidade’ e ‘fragilidade’ na comunicação das ações pró-ambientais realizadas.

Embora existam iniciativas pontuais, como vídeos rápidos no *Instagram* ou menções espontâneas sobre práticas de sustentabilidade, essas estratégias não se configuram como mecanismos sólidos de divulgação, pois carecem de sistematização, regularidade e indicadores claros. Essas características mostraram que as empresas ainda dependem quase exclusivamente

da motivação individual e não de estruturas de governança que consolidem uma imagem sustentável perante o público.

O **Engajamento** das partes interessadas se mostrou praticado em duas dimensões: (i) acolhimento e fidelização de turistas, e (ii) interação com a comunidade local, o que dialoga com Silva et al. (2020), destacando que o comportamento de administração responsável emerge justamente quando há integração entre valores individuais, práticas coletivas e articulação entre atores do território.

O engajamento no turismo de aventura em Gravatá-PE aparece tanto em iniciativas coletivas quanto em práticas de acolhimento e interação, refletindo o que definem Rodrigues (2013) e Nyaupane (2023), como construção relacional da experiência, em que vínculos emocionais e comunitários fortalecem o valor da atividade turística. O entrevistado (E1) destacou a criação da AGIT como articulação empresarial:

*“A gente criou a AGIT (Associação Gravataense de Incentivo ao Turismo) que reúne diversos empresários da cidade para promover os atrativos turísticos (pausa) mas às vezes dá um desânimo porque até perseguido eu fui por causa disso”.*

Essa fala demonstra o que Mesquita (2021) e Boulhosa et al. (2021) identificam como fragilidade da governança territorial, marcada por esforços individuais que, embora relevantes, não encontram apoio institucional adequado, gerando desgaste e limitações para ações coletivas mais robustas.

Já (E2) e (E3) reforçaram o vínculo construído nas trilhas: *“O nosso grupo não deixa ninguém pra trás, pois buscamos sempre engajá-los, encorajá-los dentro das suas limitações”*. Essa postura se aproxima do que Francisco, Collet e Wegner (2020) descrevem como engajamento experiencial, no qual a relação entre guia, empresa e visitante ultrapassa o caráter técnico e assume dimensão afetiva e motivacional.

Além disso, tal comportamento reflete o que Barbosa Vidal et al. (2024) apontam como fortalecimento do engajamento coletivo por meio de práticas inclusivas, capazes de gerar pertencimento e confiança ao longo da experiência. O entrevistado (E4) salientou a integração comunitária:

*“A gente atua muito com essa questão de engajar o contato com o pessoal do entorno, a empresa e nós colaboradores fazemos nossa parte (pausa), hoje por exemplo, faz dez dias que avisamos ao seu Biu do lanche que estariámos cedinho por aqui, que ele fizesse picolé e*

*cusczuz”.*

Essa fala evidenciou o papel colaborativo entre empresa e moradores comerciantes da localidade, alinhado às reflexões de Severo (2017), que destaca que o turismo sustentável depende da interação contínua entre visitantes, empreendimentos e comunidade local.

No campo da fidelização, os entrevistados relataram ações sazonais e fragmentadas, como o “passaporte do turismo” (E1), a distribuição de brindes (E2) e programas de fidelidade incipientes (E5), mas nenhuma consolidada em estratégias contínuas, o que confirmem o argumento de Kaveski e Beuren (2022) de que práticas de gestão só se institucionalizam quando integradas a um planejamento consistente, e não apenas a iniciativas pontuais.

Enquanto isso, a ausência de políticas públicas de engajamento e fidelização transfere para os empreendedores a responsabilidade de manter, de forma isolada, vínculos duradouros com turistas e comunidade, reiterando o que Clark e Nyaupane (2025) chamam de “deslocamento da responsabilidade”, quando agentes privados assumem tarefas que deveriam ser compartilhadas com o poder público para garantir continuidade, alcance e legitimidade aos processos de engajamento.

Dessa forma, o engajamento das partes interessadas no turismo de aventura em Gravatá revela-se marcado por ‘descontinuidade’, ‘fragilidade relacional’ e ‘dependência estrutural’, evidenciando que, embora existam iniciativas genuínas de acolhimento, articulação empresarial e integração comunitária, elas ainda carecem de continuidade, apoio institucional e mecanismos coletivos que consolidem vínculos duradouros com turistas e com a comunidade local.

Analizando o último tema dessa categoria, a **‘gestão do comportamento coletivo’**, de acordo com os relatos dos entrevistados é um ponto reconhecido como um desafio central, sobretudo em relação às ações como o barulho, vozes e gritos e ao uso de som portátil, aspecto que dialoga com as premissas de Hernández (2012) sobre a necessidade de normas e controle social em experiências de natureza. O entrevistado (E3) relatou o principal desafio e dificuldade:

*“O desgaste nosso enquanto empresa, em gerenciar o comportamento das pessoas na natureza é muito complicado, a questão do som é um ponto estressante demais, tem grupos que monitorem onde as pessoas nem escutavam o guia, (pausa), a gente envia para o grupo de participantes de cada trilha as normas e condutas do trilheiro e pedimos para lerem com atenção, pois tem gente que não ler e descumpre, sou chata e barro todo tipo de sonzinho, caixa, celular etc.”*

A fala da monitora confirma o que Silva et al. (2020) denominam de condições pró-organizacionais necessárias para a administração responsável, pois evidencia que, sem mecanismos formais de controle e fiscalização, o comportamento coletivo tende a se desordenar, gerando prejuízos ambientais e perda de qualidade da experiência. Nesse contexto, o entrevistado (E1), destacou episódios de acidente e a necessidade de limitação de grupos:

*“A cada dez pessoas um funcionário dentro da trilha, não tenho interesse em ter muitas pessoas na mata não (pausa), certa vez recebi um grupo de vinte pessoas e eu estava sozinho guiando e monitorando ao mesmo tempo, pois uma mulher rasgou a mão toda numa palmeira chamada brejaúva pra pegar as sementes, ela não viu o tanto de espinho, espinho nas folhas e no caule, foi muito sangue”.*

*“Outra vez recebi um grupo de 15 estudantes do 9º ano da rede privada, menino que nunca sai de casa pra ambiente de natureza, pois o garoto se jogou no rio e depois o colega também se jogou, e o resto tirando fotos e filmando, meu guia ficou apavorado, o rio que corta nossa propriedade é o rio Amaraji, e tem trechos que a correnteza é forte, aí decidi em receber grupos de no máximo vinte estudantes, mas pra cada dez tem um monitor”.*

Essa percepção do entrevistado, reforçou a discussão de Ordiñana-Bellver et al. (2024), que enfatizam que grupos numerosos aumentam riscos ambientais e dificultam práticas educativas, tornando essencial o dimensionamento equilibrado para manutenção da segurança e da preservação. O entrevistado (E6), por sua vez, destacou a importância da postura do monitor:

*“A postura do guia traz o reflexo, o silêncio para as aulas dos monitores nas trilhas, as histórias, a cultura do local, isso é importante como educação cultural além da ambiental, é difícil, mas sempre deixo claro, vamos manter o respeito aqui para todo mundo”.*

Sua fala se aproximou do entendimento de Rodrigues (2013), que comprehende o comportamento de administração responsável como agente ético, cujo comportamento influencia diretamente o coletivo, articulando valores culturais e ambientais. O entrevistado (E4) relatou que a empresa tem que dar conta dessas demandas difíceis, como por exemplo a proibição de bebidas alcoólicas na trilha:

*“No termo de compromisso sempre destacamos as proibições, bebida é uma dessas, as vezes as pessoas na própria van do passeio, já pergunta se tem bebida, ai se eu for o monitor eu digo: você não leu as normas de conduta?”*

Essa situação revela aquilo que Kaveski e Beuren (2022) discutem como fragilidade do comportamento coletivo quando regras não são incorporadas como prática comum, exigindo vigilância constante e mediação dos guias.

Os relatos evidenciam que a gestão do comportamento coletivo nas trilhas de aventura em Gravatá-PE é um dos pontos mais críticos e frágeis para a condução responsável das atividades, representando um desafio constante tanto para guias quanto para empreendedores, aspecto também observado por Mesquita (2021) ao analisar territórios turísticos com baixa regulamentação. O barulho excessivo e o uso de aparelhos sonoros portáteis apareceram como um problema pontual, onde a entrevistada (E2) relatou:

*“Guiei um grupo aqui em Gravatá em Janeiro (2025), pois um senhor estava com um JBL grande logo no ponto de encontro, quando vi eu falei logo: o senhor leu as normas? Não é permitido som, nem na van nem na trilha, o senhor vai ter que deixar desligado e aqui na van, pois ele desistiu da trilha e pediu o dinheiro de volta, e relatei mais uma vez, o senhor não leu as normas no forms que enviamos? Só devolvemos 50% do valor se a desistência for em até 72h antes do passeio”.*

Compreendeu-se mediante esses relatos, quanto é delicado gerenciar o comportamento coletivo em alguns grupos, pois além de causar desgaste ambiental, causa desgastes pessoais, grupais, e essas ações atrapalham a escuta das orientações e comprometem o caráter educativo e contemplativo da experiência, fragilidade que Barbosa Vidal et al. (2024) explicam como descontinuidade entre intenção e prática.

Mesmo com normas e termos de conduta enviados previamente, muitos participantes não os leem ou simplesmente os ignoram, exigindo dos monitores uma postura firme para coibir práticas inadequadas. Soma-se a isso a necessidade de exemplo prático por parte dos monitores, cuja postura e comunicação definem o tom da atividade e reforçam valores de respeito cultural e ambiental, confirmado a perspectiva de Hernández (2012) sobre o papel formativo dos guias em contextos educativos ao ar livre.

Além do barulho, o consumo de bebidas alcoólicas também se configurou como um desafio, exigindo vigilância constante e reforço das regras de conduta das empresas. Assim, o

controle de grupos não se resume a questões operacionais, mas envolve educação, mediação de conflitos e gestão de expectativas, confirmado o papel central dos profissionais envolvidos como afirma Nyaupane (2023).

Diante desse cenário, a gestão do comportamento coletivo nas trilhas revela-se um eixo marcado por ‘descontrole’, ‘resistência’ e ‘desarmonia’, evidenciando a complexidade de conduzir grupos diversos em ambientes naturais sensíveis. As falas mostram que, embora haja ‘esforços expressivos’ dos guias e empreendedores para estabelecer normas, orientar visitantes e manter o ambiente preservado, ‘práticas inadequadas persistem’, exigindo constante ‘mediação e tomada de decisão *in loco*’, ou seja, a gestão do comportamento coletivo é ‘situacional’.

Esse conjunto de desafios confirma que o comportamento coletivo não pode ser interpretado apenas como resultado da conduta individual, mas como uma dinâmica social que exige preparo técnico, postura educativa e autoridade ética dos monitores (Clark e Nyaupane, 2025).

Assim, ao reconhecer essas tensões e limitações, a análise passa a demandar uma compreensão mais aprofundada das interações e comportamentos no ambiente natural, o que conduz à próxima etapa desta pesquisa: a observação participante, fundamental para compreender, em profundidade, aquilo que não é dito nas entrevistas, mas vivido, percebido e sentido no campo.

#### 4.3.4 Análise da observação participante - Sujeitos secundários (Empresas e seus representantes)

Este tópico aborda, de modo geral, as práticas empresariais e seus padrões técnicos, incluindo a adequação às normas e o uso de equipamentos de segurança. Todos os equipamentos observados estavam em bom estado e as atividades foram conduzidas por guias credenciados, o que reforça a confiabilidade da experiência e confirma o compromisso das empresas com a segurança e a responsabilidade perante os grupos.

Contudo, os impactos ambientais são visíveis em trechos de maior circulação, especialmente na erosão do solo e no acúmulo de resíduos deixados por praticantes diversos, quadro já antecipado nas entrevistas sobre “responsabilidade ambiental”, mas que, na observação, mostrou-se mais crítico do que o discurso sugere. Enquanto alguns entrevistados afirmam recolher o lixo e “fazer o certo mesmo custando mais”, a permanência de resíduos e marcas de degradação aponta para uma contradição entre a intenção declarada e o alcance

prático das ações (Nyaupane, 2023; Ordiñana-Bellver et al., 2024).

Também foi constatada a ausência de placas educativas ou instruções ambientais mais detalhadas (distâncias, espécies nativas, orientações sobre altitude, clima e riscos), o que limita o potencial pedagógico dessas experiências e contrasta com o discurso de alguns entrevistados que relatam roteiros pedagógicos e explicações sobre espécies nativas. Essa dicotomia ocorre, de acordo com as falas dos sujeitos, pois cada empresa opera de maneira distinta, cada qual realizando seu trabalho de acordo com o conhecimento que possui.

Essa lacuna reforça a necessidade de maior atenção da gestão turística local para a dimensão educativa das práticas, em sintonia com a literatura que aponta o turismo de aventura de natureza como oportunidade de educação ambiental e de fortalecimento da consciência ecológica (Hassan et al., 2024; Silva et al., 2024).

No ponto de observação do *Overtourism*, foi observado o aumento do fluxo de turistas em períodos de alta temporada e foi notado como um fator de saturação nos espaços naturais, também relatados nas entrevistas, provocando congestionamentos em trilhas e áreas de rapel. Embora esse crescimento potencialize a economia local e amplie a visibilidade do destino, ele também traz efeitos negativos para a infraestrutura e o equilíbrio ecológico, confirmando os riscos associados ao *overtourism* descritos por Dodds e Butler (2019) e Millano & Russo (2024).

Foram observados também poluição sonora significativas em grupos numerosos que também estavam nos mesmos locais nas datas dessa coleta. Uma evidência pontuada foram a quantidade de empresas nos locais estudados: 15 de fevereiro (três empresas, com grupos numerosos), 15 de março (uma empresa com o grupo pequeno), 12 de abril (quatro empresas com grupos grandes), essa coleta foi a mais difícil justamente porque o volume de pessoas que estavam na trilha e para fazer rapel era muito grande, e isso impactou negativamente tanto as experiências individuais e coletivas, quanto a coleta das evidências, sendo a menor das quatro visitas em campo que foram realizadas; dia 01 de maio haviam outras três empresas com grupos relativamente mínimos.

Observou-se resíduos plásticos em todo o percurso, inclusive nas áreas privadas e de acesso pago como as três cachoeiras visitadas. Os rejeitos como plásticos e embalagem de isopor, e sinais de degradação da vegetação. Observou-se que as datas que tiveram mais grupos tinham mais lixo descartado. No dia 15 de março, foi a data em que observamos o amontoado de livros queimados, tanto no início do túnel quanto alguns jogados dentro do túnel, o que chamou a atenção e a revolta do grupo.

Compreende-se que emergem algumas contradições importantes: enquanto alguns

entrevistados defendem limitação de grupos, controle de capacidade e número reduzido de pessoas por trilha, a observação revelou a presença de grupos volumosos, por vezes compartilhando o mesmo espaço-tempo dos roteiros analisados. Esse contraste entre o discurso de “controle de fluxo” e a realidade de saturação dos locais evidencia que as práticas de contenção ainda não são homogêneas entre empresas e que o planejamento do uso público dos atrativos permanece fragmentado (Mesquita, 2021; Boulhosa et al., 2021).

**Figura 24**

*Alguns registos de Observação participante – Trilha dos túneis.*



No que se refere ao **comportamento de administração responsável**, verificou-se que a maioria dos participantes dos grupos que foram observados, seguia corretamente o uso de equipamentos de segurança e respeitava, em linhas gerais, as orientações dos guias e monitores, revelando uma consciência aceitável em relação às normas básicas de conduta. Esse resultado dialoga com a definição de administração responsável como comportamento orientado por princípios éticos, cooperativos e pró-ambientais (Silva et al., 2020; Nkaizirwa et al., 2021), embora não seja uma realidade que alcance amplitude, de acordo com os relatos e as observações pontuadas.

Entretanto, a adesão a práticas sistemáticas de conservação por parte de sujeitos primários e secundários mostrou-se limitada. Embora as entrevistas destaquem o compromisso com limpeza, cuidado e “ser reflexo de boas atitudes”, a participação em iniciativas concretas

de preservação durante ou após as atividades foi pouco frequente. Em alguns casos, foram registradas atitudes de descuido com a fauna e a flora, como o toque em plantas e a retirada de elementos naturais como ‘lembranças’, especialmente por grupos não diretamente acompanhados pela mesma empresa, evidenciando uma lacuna entre o discurso de comportamento de administração responsável e a internalização de posturas éticas mais consistentes (Velte, 2010; Francisco, Collet e Wegner, 2020).

A **consciência ambiental** manifestou-se de forma heterogênea. Alguns dos representantes das empresas demonstraram interesse genuíno em conhecer a biodiversidade local, isso pôde ser observado em conversas informais e nas entrevistas, em fazer pesquisas e estudos para saber mais particularidades sobre a biofilia de Gravatá.

O sujeito mais interessado nesses aspectos foi (E1), em conversa informal com a pesquisadora, afirmou que já solicitou junto à Universidade Federal Rural de Pernambuco, um estudo pra mapear as espécies existentes na APA que se conecta à sua propriedade, para quando guiar os grupos conseguir explicar com fidedignidade as perguntas dos participantes, o que confirma a relevância de motivações intrínsecas para o comportamento pró-ambiental apontada por Nkaizirwa et al. (2021) e Bennett et al. (2018).

Contudo, a ausência de práticas educativas estruturadas por parte de muitas empresas limitou a expansão dessa consciência, restringindo-a a comentários pontuais ou explicações não sistematizadas. Enquanto certas falas de entrevistados enfatizam roteiros pedagógicos e sensibilização contínua, a observação de campo revelou uma oferta desigual de conteúdo educativo, muitas vezes dependente do estilo pessoal do guia ou das perguntas dos próprios visitantes.

Essa discrepância mostra que, na prática, a consciência ambiental tende a permanecer em um nível mais intuitivo e individual do que propriamente fomentada por uma proposta pedagógica organizada (Ordiñana-Bellver et al., 2024).

As **ações pró-sustentabilidade** apareceram de forma tímida e fragmentada, contradizendo as premissas de Hassan et al. (2024) e Costa e Fernandes (2024). Frequentemente associadas a iniciativas isoladas de alguns guias ou ao interesse específico de visitantes em replicar experiências em seus contextos pessoais ou comunitários. Embora haja sinais de engajamento e disposição para apoiar práticas de preservação, não foram observados programas contínuos de mapeamento, monitoramento ou recuperação ambiental associados diretamente às atividades de aventura, o que reforça a ideia de que o potencial transformador dessas experiências ainda não foi plenamente explorado

Essa evidência na observação participante, mostraram-se mais pontuais do que

estruturadas, sugerindo que o comprometimento pró-sustentabilidade se encontra em estágio inicial, ou seja, mais próximo de iniciativas voluntaristas do que de políticas organizacionais consolidadas, como defendem Kaveski e Beuren (2022), no que tange à institucionalização de boas práticas de lazer na natureza.

No tocante aos **impactos negativos observados**, identificaram-se riscos de descaracterização ecológica em áreas de uso intenso, com sinais de erosão, trilhas alargadas riscos de queimada criminosa etc. Também foi evidenciada a ausência de monitoramento contínuo das áreas de prática, tanto de trilha quanto de rapel, o que acentua a vulnerabilidade dos sujeitos ao risco inclusive de vida, visto que na localidade existe outra atividade radical chamada ‘pêndulo’ em que os sujeitos se jogam em queda livre amarrado por equipamento de segurança, muitos que praticaram o rapel também praticaram este. Esses pontos negativos impactam o ambiente de natureza e contrasta com o discurso de algumas empresas que se posicionam como pró-ambientais.

Embora existam formas pontuais de envolvimento de comunidades rurais, como venda de artesanato, oferta de lanches e acolhimento de turistas, tais interações permanecem restritas a pontos específicos e não configuram ainda uma estratégia ampla de desenvolvimento local ou de gestão compartilhada do território, como recomendam abordagens de turismo sustentável e de natureza (Oliveira e Ximenes, 2012; Nyaupane et al., 2024).

Observou-se ainda a precariedade de pontos de apoio, marcada pela falta de banheiros, ausência de presença oficial de equipes de resgate e inexistência de monitoramento sistemático em áreas públicas e privadas, deixando a gestão de riscos concentrada nas empresas e nos próprios guias.

Nas coletas, não foram registrados acidentes, apesar de atividades como rapel e pêndulo serem de alto risco. Ainda assim, a ausência de protocolos integrados entre poder público e iniciativas privadas reforça a ideia de que o engajamento e a gestão compartilhada do risco não estão plenamente incorporados ao planejamento das atividades.

Portanto, a distância entre o discurso de preservação, responsabilidade e cuidado e as lacunas observadas em infraestrutura, monitoramento e integração público-privada evidencia contradições importantes na gestão do turismo de aventura de natureza em Gravatá (Silva et al., 2020; Torfing e Bentzen, 2020).

Em síntese, a observação participante, revelou um cenário marcado por avanços pontuais promovidos pelas próprias empresas analisadas, em segurança e consciência ambiental, mas também por ‘incoerências’, ‘descontinuidade’ e ‘lacunas estruturais’ entre o que é dito e o que é efetivamente praticado em termos de administração responsável, educação

ambiental e sustentabilidade.

Em síntese, as análises evidenciam que o turismo de aventura em Gravatá-PE apresenta práticas estruturadas e capazes de gerar experiências significativas, mas ainda marcadas por fragilidades no que se refere à conservação ambiental e ao engajamento sistemático dos sujeitos envolvidos. O recorte estudando é importante e contribui pra o campo, mas apresenta fragilidades quando comparado aos aspectos externos observados em apenas quatro visitas ao campo.

Enquanto os guias e instrutores desempenham papel central na mediação ética e na sensibilização dos adeptos, a ausência de mecanismos formais de monitoramento e a falta de integração comunitária e institucional revelam limites para a consolidação de um comportamento de administração responsável mais consistente. Assim, embora existam iniciativas positivas e motivação intrínseca entre turistas e promotores, o equilíbrio entre desenvolvimento turístico e sustentabilidade ambiental ainda depende de avanços em planejamento, fiscalização e práticas educativas contínuas.

Diante do que foi observado, o comportamento de administração responsável nas práticas de turismo de aventura em Gravatá-PE manifesta-se de forma embrionária e adaptativa, sustentado pelo engajamento de guias, instrutores e algumas iniciativas pontuais de visitantes. Embora haja evidências de condutas éticas, uso adequado de equipamentos e respeito às orientações de segurança, nota-se que a conservação ambiental e a educação para a sustentabilidade ainda carecem de maior sistematização.

Portanto, o comportamento de administração responsável, mais do que uma prática consolidada pelos sujeitos primários e secundários entrevistados e mediante a observação participante, configura-se como um processo em construção, dependente da motivação individual e comunitária, mas que demanda apoio institucional e políticas públicas para transformar iniciativas isoladas em práticas permanentes e efetivas de preservação.

#### 4.3.5 Síntese integradora – Entrevistas e Observação participante – Sujeitos secundários

Esta etapa final das análises das evidências, mediante as entrevistas semiestruturadas e a observação participante, emerge da compreensão de que a categoria condições pró-organizacionais e ambientais se materializa em um conjunto de práticas que articulam, simultaneamente, a estrutura interna das empresas e sua atuação externa ao interagir com o ambiente natural.

As entrevistas e a observação participante convergiram ao demonstrar que as empresas assumem a maior parte das responsabilidades associadas à preservação ambiental, ao manejo dos turistas e à mitigação dos impactos ambientais, ainda que enfrentem limitações operacionais, financeiras e institucionais. Essa predominância das ações privadas se contrapõe às premissas de Severo (2017), Silva et al. (2024) e Nyaupane et al. (2024), que defendem a urgência de políticas integradas e governança ambiental compartilhada para destinos turísticos em áreas de natureza sensível.

A observação participante mostrou que, embora existam práticas estruturadas, como uso de equipamentos adequados, controle de capacidade, atuação de guias credenciados e roteiros planejados, também foram identificadas fragilidades e vulnerabilidades, associadas a grande parte dos temas analisados, confirmando as perspectivas críticas de Millano e Russo (2024), Dodds e Butler (2019) e Coconi et al. (2024), que associam a degradação ambiental à fragilidade do planejamento turístico e à ausência de fiscalização contínua.

De forma complementar, as entrevistas reforçaram a compreensão de que as empresas pesquisadas conduzem suas experiências com foco na segurança, no acolhimento e na valorização do contato com a natureza, alinhando-se às orientações de Testa et al. (2020), enquanto a observação participante revela que muitas dessas práticas, embora presentes, ainda são insuficientes para conter comportamentos inadequados de visitantes, sobretudo quando associados a regras e normas internas, reiterando as discussões de Hernández (2012) sobre os limites da gestão do comportamento coletivo em atividades de natureza.

Tanto nas entrevistas quanto no campo, verificou-se que os empreendedores orientam continuamente seus grupos para evitar impactos negativos, corroborando Igari et al. (2020), e que as experiências, quando bem conduzidas, possuem potencial transformador, como indicam Li Q. (2022) e Cavalcanti (2024), que destacam os efeitos físicos, emocionais e de despertar da consciência ambiental gerados por esse tipo de vivência. Ademais, as motivações das empresas vão além do viés econômico e incluem dimensões comunitárias e afetivas, conforme apontam Quang e Thuy (2024) e Shen et al. (2024), reforçando o compromisso de guias e instrutores com o território e com a promoção da qualidade de vida.

Entretanto, a observação participante confirmou lacunas importantes: ausência de monitoramento contínuo, baixa integração público-privada, carência de estruturas de apoio, riscos de descaracterização ecológica e dependência da motivação individual dos guias e empreendedores, um cenário coerente com Bennett et al. (2018) e Farrukh et al. (2023), que enfatizam que comportamentos responsáveis emergem quando há conexão com a natureza, mas

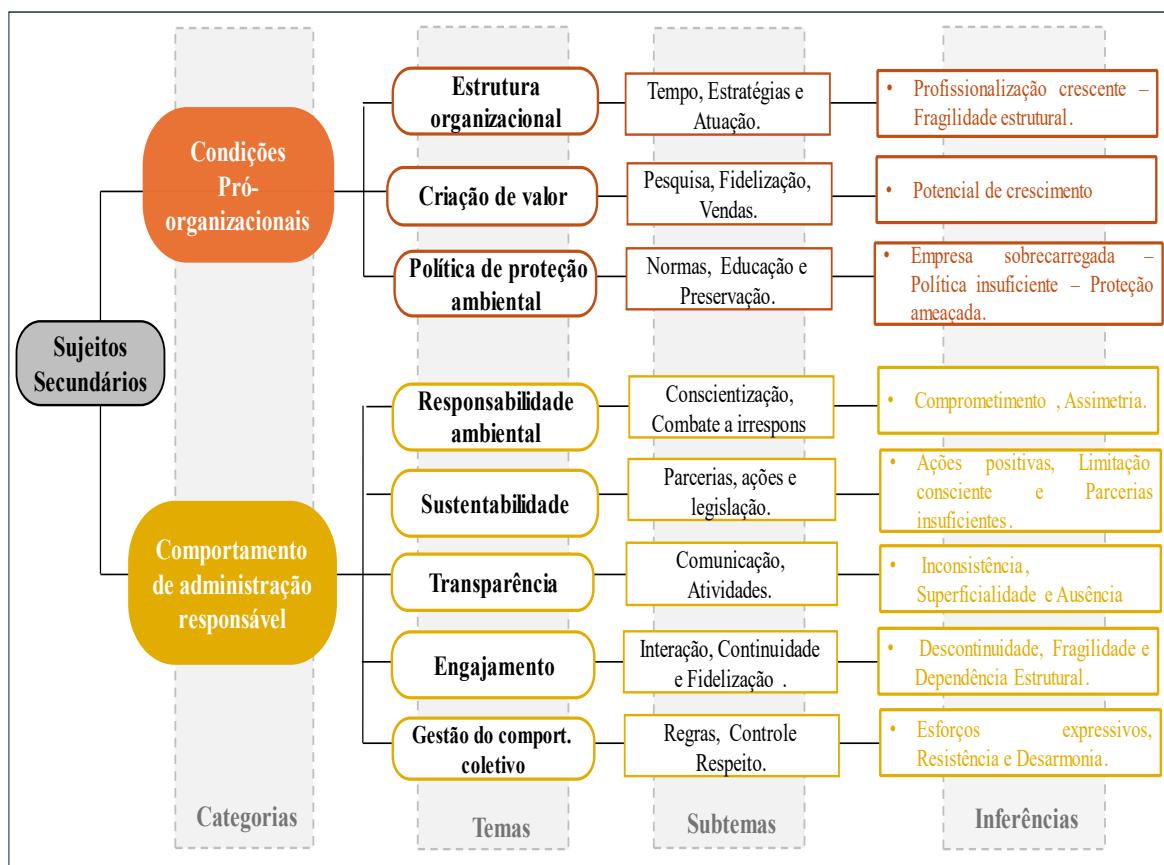
só se consolidam quando sustentados por políticas públicas e governança ambiental, pontos defendidos por Clark e Nyaupane (2025).

Assim, o turismo de aventura de natureza em Gravatá-PE revela-se paradoxal: apresenta elevado potencial e práticas estruturadas, mas ainda opera sob fragilidades institucionais, limites estruturais e lacunas coletivas, de modo que o comportamento de administração responsável observado e analisado, tanto nas entrevistas quanto nas vivências em campo, surge como um processo embrionário, adaptativo e parcialmente internalizado, que depende fortemente do engajamento das empresas e guias, mas necessita de planejamento, fiscalização, educação ambiental sistemática.

Nesse contexto, a figura (25) ilustra o resultado e inferências das categorias que mapearam o comportamento de administração responsável dos sujeitos secundários da pesquisa.

**Figura 25**

*Resultados/ Inferências – Sujeitos secundários.*



A figura buscou sintetizar, de forma analítica, as condições pró-organizacionais e as premissas do que compõe na íntegra um comportamento de administração responsável positivo.

Essas categorias analisadas, trouxeram evidências de que ao mesmo tempo que moldaram também mostraram os limites do comportamento de administração responsável das empresas que atuam no turismo de aventura em Gravatá-PE.

Longe de ser apenas um esquema descritivo, a figura revela tensões estruturais profundas entre aquilo que as organizações conseguem realizar e aquilo que ainda dependem de suporte externo, governança articulada e participação coletiva. No eixo das Condições Pró-organizacionais, os temas e subtemas expõem um avanço gradual em processos internos, como profissionalização, estratégias operacionais, esforços de preservação e ações educativas, mas que ainda convivem com fragilidades institucionais, baixa capacidade estrutural e ausência de políticas públicas robustas.

É justamente nessa fricção que emergiram as inferências: apesar da existência de boas intenções, práticas pontuais e certo nível de organização, a realidade estrutural não acompanha o ritmo das exigências ambientais e de gestão do turismo de natureza no lócus pesquisado.

Quando se analisou o tema Sustentabilidade, por exemplo, percebeu-se um movimento positivo de parcerias, ações de limpeza e cuidados ambientais, mas a inferência marca um ponto crítico: há limitação consciente e parcerias insuficientes, indicando que as empresas fazem o que está ao seu alcance, porém sem uma rede de suporte capaz de transformar iniciativas isoladas em práticas duradouras.

Da mesma forma, na pauta da Transparência, as inferências de inconsistência, superficialidade e ausência revelam que, embora existam ações ambientais, elas não são sistematicamente documentadas, monitoradas ou divulgadas, o que compromete a credibilidade das práticas responsáveis e restringe seu impacto social.

No campo do Engajamento, observa-se intenção, afeto e esforço das empresas para aproximar turistas e comunidade; contudo, as inferências denunciaram descontinuidade, fragilidade e dependência estrutural. Ou seja, o engajamento existe, mas não se sustenta porque depende exclusivamente da boa vontade dos empreendedores, em vez de integrar políticas locais, programas comunitários ou estratégias de longo prazo.

Isso convergiu com o que a literatura aponta como desafio central do turismo de aventura em regiões de média estrutura: práticas responsáveis surgem, mas tendem a permanecer desconectadas, episódicas e vulneráveis (Nyaupane et al., 2024; Clark e Nyaupane, 2025).

A inferência associada à Gestão do comportamento coletivo, marcada por esforços expressivos, mas também por resistência e desarmonias pontuais, evidenciou o ponto mais delicado da categoria analisada: o comportamento dos visitantes. As empresas tentam orientar,

controlar grupos e estabelecer regras, porém a resistência cultural, o descumprimento de normas e a falta de consciência ambiental de parte dos turistas-adeptos tornam essa gestão um desafio contínuo, reforçando o que Hernández (2012) e Ordiñana-Bellver et al. (2024) já indicaram sobre a necessidade de educação constante para internalização de práticas éticas em ambientes naturais para fins de lazer.

Assim, o comportamento de administração responsável dos sujeitos secundários da pesquisa revela-se incipiente, tensionado e parcialmente consolidado internamente: fruto de esforços individuais e de iniciativas relevantes, mas limitado por fragilidades estruturais, ausência de governança integrada e lacunas de participação coletiva. Trata-se de um comportamento que existe, se expressa e tenta avançar, porém ainda não alcança o patamar de uma prática coletiva, contínua e sistematizada de sustentabilidade ambiental no turismo de aventura de Gravatá-PE.

A seguir, o capítulo de Considerações Finais retoma os principais achados da pesquisa e aprofunda suas interpretações gerais, evidenciando como a relação dialética entre sujeitos primários e secundários produz avanços e tensões no processo de consolidação do comportamento de administração responsável no turismo de aventura de natureza em Gravatá-PE.

Ao articular experiências, percepções e práticas, o capítulo demonstrará que a transformação ambiental e comportamental emerge de um movimento assimétrico, no qual consumidores-experienciadores impulsionam mudanças que nem sempre encontram respaldo estruturado na atuação empresarial e na gestão pública.

Nessa perspectiva, serão apresentadas recomendações gerenciais no intuito de fortalecer a governança ambiental local, integrando ações públicas e privadas, ampliando a educação ambiental aplicada às atividades, sugerindo políticas de ordenamento para potencialização de práticas colaborativas capazes de sustentar, de maneira contínua e coletiva, o avanço das experiências de aventura alinhadas à sustentabilidade e ao cuidado com o território, com fins no comportamento de administração responsável efetivo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou compreender que as experiências vivenciadas no turismo de aventura de natureza em trilha e rapel em Gravatá-PE constituem o núcleo propulsor das dinâmicas analisadas, funcionando como um “motor” que ativa as predisposições internas dos sujeitos experienciadores, sensibiliza comportamentos e pressiona, ainda que de modo assimétrico, as condições pró-organizacionais dos sujeitos secundários.

Assim, as interações entre as dimensões individual e organizacional geram movimentos dialéticos que contribuem para a formação do comportamento de administração responsável. Esse capítulo final traz o ‘Modelo Dialético de Formação do Comportamento de Administração Responsável’, apresentado na figura (26) na página 142, que será objeto das discussões seguintes para aprofundar essa dinâmica complexa.

### 5.1 No contexto das experiências vivenciadas

Considerou-se que as experiências em trilha e rapel de natureza são simultaneamente transformadoras e geradoras de valor inter-fluxo: produzem conexão profunda e dinâmica com a natureza, ampliam consciência ambiental, fortalecem emoções positivas, estimulam bem-estar individual e promovem processos de transformação identitária, à medida em que esses sujeitos interagem no meio natural. Trata-se, portanto, de vivências que ultrapassam o caráter de lazer e reorganizam percepções, afetos e sentidos de pertencimento, criando um terreno fértil para a emergência de comportamentos de administração responsável.

As atividades são percebidas como vivências significativas, capazes de gerar bem-estar, transformação pessoal e sensibilidade ambiental, e esse potencial está diretamente relacionado ao papel dos guias e monitores, que atuam como mediadores pedagógicos, reforçando cuidados ambientais e orientando comportamentos pró-responsabilidade. Contudo, a ausência de apoio institucional estruturado amplia a sobrecarga desses atores e evidencia limites operacionais e organizacionais que as empresas, sozinhas ou com baixa colaboração externa, não conseguem suprir plenamente.

Do ponto de vista dos sujeitos primários (adeptos/experienciadores), essa base experiencial influenciou diretamente a predisposição individual para práticas pró-sustentáveis. Os resultados apontaram para um comportamento de administração responsável “em potencial desenvolvimento”: há ações concretas de protagonismo, como o cuidado com resíduos, o respeito às regras, a valorização do silêncio e da estética natural, mas ainda dependentes de iniciativas integradas para que se consolidem em práticas amplas, continuadas e coletivas.

Em síntese, nos sujeitos primários, as experiências despertaram consciência, afeto e

desejo de cuidar, porém esse impulso tende a se manifestar de forma espontânea e circunstancial, mais ligado ao momento vivido do que a um compromisso formalizado, estável e institucionalizado.

Na perspectiva dos sujeitos secundários, as experiências são compreendidas como o eixo estruturante de suas práticas profissionais e do próprio produto turístico ofertado no ambiente natural de Gravatá. Para esses atores, as vivências dos visitantes funcionam tanto como um indicador da qualidade do serviço quanto como um espaço pedagógico no qual se torna possível orientar comportamentos, reforçar cuidados ambientais, construir vínculos de confiança, troca e feedbacks.

Ao reconhecerem o potencial transformador das experiências, os sujeitos secundários atribuem a elas um papel central na sensibilização dos praticantes, entendendo que a imersão na natureza favorece atitudes de preservação, respeito e corresponsabilidade. Contudo, ao mesmo tempo em que valorizam esse potencial, apontaram limites estruturais em sua realidade enquanto empresas: ausência de normas claras, fragilidade de apoio institucional, dificuldade em gerenciar o comportamento coletivo dos grupos que alcança, déficit de divulgação e sobrecarga de responsabilidades que recaem exclusivamente sobre elas.

Compreendeu-se que as experiências ofertadas pelas empresas (sujeitos secundários) se estruturam em pilares como o compromisso rigoroso com a segurança, a construção de vínculos de confiança e a oferta de um acolhimento qualificado entre guias e participantes. Esses elementos sustentam a vivência turística e promovem a conexão dos visitantes com o ambiente natural e cultural; porém, ao mesmo tempo, evidenciam dicotomias no setor, como a sobrecarga de responsabilidades concentrada nos prestadores, a falta de diretrizes integradas e a fragilidade do apoio institucional e governamental.

A partir dessa perspectiva e no recorte de tempo da coleta das evidências, os sujeitos secundários reconheceram nas experiências um alto potencial transformador, capazes de estimular sensibilidade ambiental, bem-estar e atitudes de cuidado, assim como na perspectiva dos sujeitos primários. No entanto, afirmaram que esse potencial opera “no limite” da estrutura disponível: depende de esforços individuais, de práticas improvisadas e de um compromisso ético que nem sempre encontra respaldo coletivo.

Assim, o resultado foi contundente: as experiências apresentaram força para promover comportamentos de administração responsável, mas essa força permanece parcialmente contida, aguardando articulação pública e também privada (levando em consideração outras empresas que atuam na região e que não foram pesquisadas), que permita às experiências tornar-se plenamente sustentáveis, seguras e efetivas como potencial econômico e como prática

socioambiental no turismo de aventura de natureza em Gravatá-PE.

Em síntese, para os sujeitos secundários, as experiências representam um potente recurso pedagógico e sensível, capaz de orientar comportamentos e promover conexões significativas com a natureza; contudo, esse potencial permanece limitado pela falta de apoio institucional, pela sobrecarga operacional e pela ausência de diretrizes compartilhadas, fazendo com que o impacto desejado dependa mais do esforço individual das empresas do que de uma estrutura coletiva, estável e articulada.

Portanto, ao reunir as percepções dos sujeitos primários e secundários, comprehende-se que a experiência no turismo de aventura de natureza opera como uma espiral descendente: inicia-se no plano sensível e individual, onde desperta consciência, emoção e desejo de cuidado com a natureza gerando bem-estar – e desce em direção ao plano organizacional – onde é reconhecida pelos sujeitos secundários como um recurso pedagógico potente, porém limitado por estruturas frágeis interna, apoio institucional externo insuficiente e sobrecarga operacional.

Ao final desse percurso, a espiral (figura 26), revelou seu ponto de chegada: um campo promissor de consumo experiencial em Gravatá, com força transformadora evidente, mas que ainda depende de articulação coletiva e fortalecimento estrutural para consolidar-se plenamente como prática sustentável no turismo de aventura de natureza.

## 5.2 No contexto do comportamento de administração responsável

No que tange a estrutura do comportamento de administração responsável, na perspectiva dos sujeitos primários, os achados revelaram que o comportamento de administração responsável manifestou-se como um processo em potencial desenvolvimento, impulsionado pelas experiências vividas, e que esses indivíduos demonstraram ações de protagonismo – como cuidado com resíduos, respeito às normas e valorização do ambiente natural –, mas tais atitudes ainda se apresentam de forma espontânea e adaptativa, muito influenciadas pelo contexto imediato da experiência.

Apesar desse movimento positivo, a efetividade mais ampla dessas práticas depende de ações integradas e de maior articulação entre os diferentes atores do turismo, indicando que, embora exista predisposição individual para o cuidado, ela ainda não se traduz em um comportamento plenamente consolidado ou sistematizado.

Na perspectiva dos sujeitos secundários, o comportamento de administração responsável apresentou-se fortemente atravessado por limites estruturais, como a) é um comportamento ainda deficitário, pela ausência de institucionalização – faltam protocolos formais, políticas consolidadas e mecanismos de monitoramento; b) ele é impactado pela

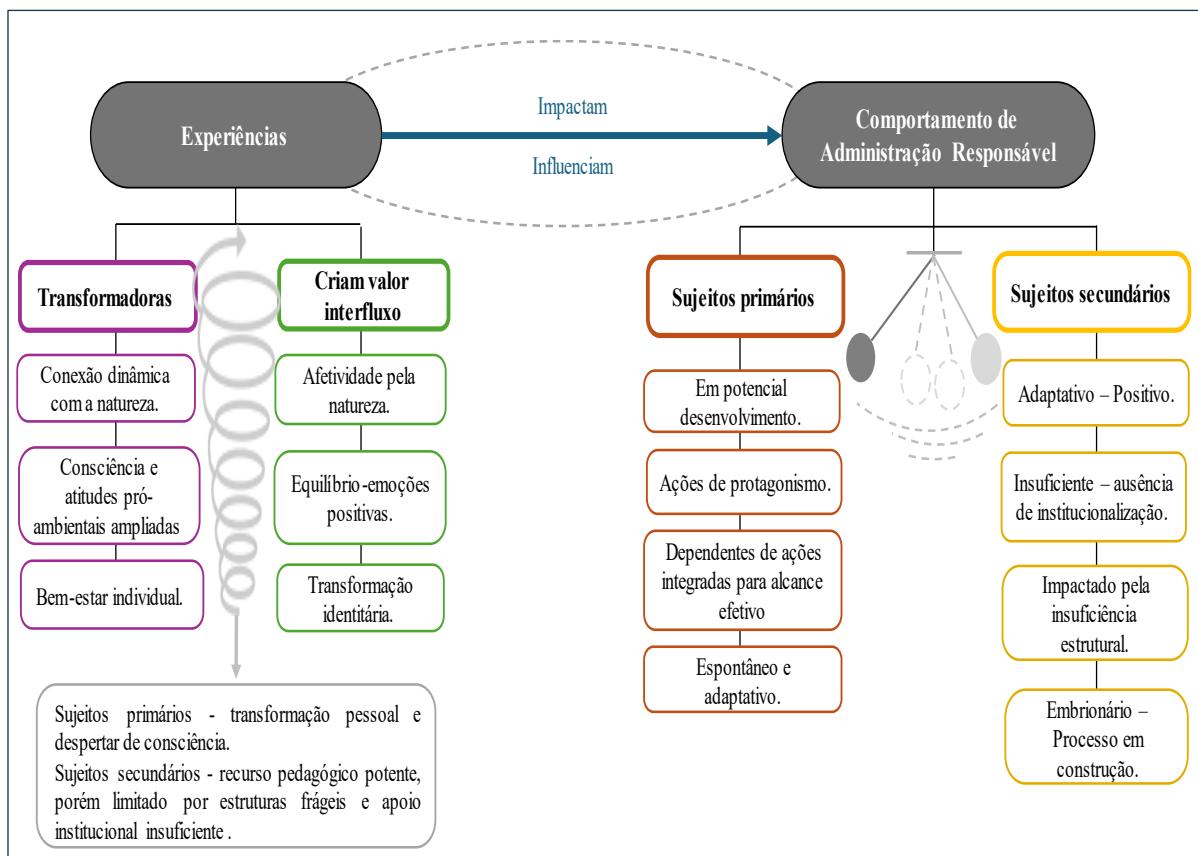
insuficiência estrutural – carência de apoio público, recursos, infraestrutura e integração em rede; e c) encontra-se em estado embrionário, como processo em construção.

Isso significa que as condições pró-organizacionais ainda não acompanham, na mesma intensidade, a riqueza das experiências e a predisposição individual: há iniciativas para executar um comportamento de administração responsável positivo, mas elas dependem de esforços isolados e de arranjos improvisados, sem um arcabouço robusto que garanta continuidade e escala.

O Modelo Dialético de Formação do Comportamento de Administração Responsável, expresso na figura (26) a seguir, contextualizou visualmente a resposta ao questionamento central deste estudo: Como as experiências vivenciadas no turismo de aventura de natureza, especificamente nas modalidades de trilha e rapel em Gravatá (PE), impactam e influenciam o comportamento de administração responsável, sob as perspectivas da predisposição individual e pró-organizacionais dos sujeitos envolvidos? Mas antes dessa resposta, é pertinente algumas observações pontuais.

**Figura 26**

*Modelo Dialético de Formação do Comportamento de Administração Responsável.*



Compreendeu-se até este ponto, que as experiências de turismo de aventura em trilha e rapel em Gravatá (PE) de fato impactam e influenciam o comportamento de administração responsável dos sujeitos envolvidos, embora esse impacto ocorra de forma assimétrica. Da mesma forma, o comportamento de administração responsável também retroage sobre as experiências, moldando sua qualidade, seus sentidos e seus efeitos socioambientais.

Trata-se, portanto, de uma relação circular, interdependente, dinâmica e principalmente dialética entre os sujeitos, que expressou uma tensão dinâmica entre transformação individual e sustentação estrutural no comportamento de administração responsável no turismo de aventura de natureza Gravatá. Essa dialética será discutida com maior profundidade no parágrafo seguinte assim como a conjuntura da figura (26).

A leitura integrada da figura revelou que o comportamento de administração responsável no turismo de aventura em Gravatá emerge de uma dinâmica dialética entre dois polos interdependentes: os sujeitos primários, diretamente envolvidos na vivência da trilha e do rapel, e os sujeitos secundários, responsáveis pela gestão estrutural, institucional e organizacional que sustenta, ou deveria sustentar, essas práticas. Nesse aspecto, compreende-se dialética pelo viés de Jaeggi (2019), onde defende que é um processo dinâmico de transformação gerado por tensões internas entre práticas e estruturas.

Contextualizando a ideia da autora para os resultados deste estudo, foi compreendido que os sujeitos primários se manifestaram em movimentos de ‘protagonismo adaptativo’, ou seja, suas experiências nas trilhas e no rapel de natureza em Gravatá que são transformadoras de acordo com as evidências coletadas e analisadas, geraram consciência ambiental, atitudes pró-sustentáveis e vínculos afetivos com a natureza que se traduzem em ações espontâneas e situadas.

Nesse sentido, eles operaram em um nível ‘microssocial’, onde a transformação individual e a vivência estética-emocional se converteram em práticas de cuidado, ainda que condicionadas às suas próprias capacidades e limites, entendendo-se por estética-emocional a presença e imersão na natureza e o que ela desperta no sujeito. Em termos dialéticos, eles representam a ‘força vital do campo’, o impulso que move o comportamento de administração responsável, mas que não consegue, sozinho, consolidá-lo.

Já os sujeitos secundários, nas figuras dos representantes das empresas pesquisadas, suas estruturas de apoio, políticas e ações internas e sua interação com agentes externos e arcabouços organizacionais, apareceram como o polo ‘macroestrutural’ dessa relação. Dessa forma eles assumem um caráter ambíguo: ao mesmo tempo em que apresentam potenciais positivos e evidências de adaptação, revelam insuficiência, descontinuidade e ausência de

institucionalização, criando um terreno estrutural frágil.

Seu papel é decisivo, mas incompleto, gerando um cenário em que as iniciativas individuais de cada sujeito secundário pesquisado, não encontraram suporte para se transformar em práticas coletivas e permanentes de um comportamento de administração responsável positivo e perene.

A dialética entre esses dois polos ‘sujeito primário-sujeito secundário, revelou um campo de forças: enquanto os sujeitos primários impulsionavam mudanças comportamentais para a administração responsável, por meio de suas experiências transformadoras na realização da trilha e rapel, os secundários respondiam a esse comportamento de forma lenta, fragmentada e ainda embrionária.

O resultado apontou para uma configuração em que a transformação ocorre, mas não se consolida; avança na intenção, mas regride na estrutura; floresce na vivência, mas encontra limites no sistema. Assim, o comportamento de administração responsável se realiza de modo ‘assimétrico’, sendo mais forte no plano sensível-experiencial, porém limitado no plano empresarial-institucional.

Essa relação dialética evidenciou, portanto, que a evolução do comportamento de administração responsável exige não apenas sujeitos transformados, mas também um ambiente institucional capaz de sustentar, amplificar e estabilizar essas transformações. Quando essa mediação não ocorre, o campo se mantém em um ciclo tensionado: práticas promissoras convivem com estruturas insuficientes; esforços individuais se sobrepõem à ausência de políticas coordenadas; e a experiência transformadora, ainda que potente, não alcança sua plenitude coletiva.

Por isso o pêndulo da figura (14) não se equilibrou no centro entre os sujeitos, ele tendeu a inclinar-se mais fortemente para o lado dos sujeitos primários, porque é nesse polo que se encontra a maior energia vital da transformação do comportamento. No entanto, ao atingir o polo dos secundários, o movimento perde força, encontrando barreiras organizacionais que impedem a consolidação plena do comportamento de administração responsável no turismo de aventura de natureza em Gravatá.

Assim, o pêndulo assimétrico buscou simbolizar que o avanço no comportamento de administração responsável depende tanto da ‘potência experiencial dos indivíduos’ quanto da ‘capacidade institucional de sustentar, integrar e ampliar essas transformações’, um equilíbrio que, na realidade observada, ainda permanece em construção.

Respondendo a questão central desta pesquisa, as experiências de turismo de aventura em trilha e rapel em Gravatá (PE) influenciam sim o comportamento responsável dos

participantes ao despertar consciência ambiental, afeto pela natureza, bem-estar e atitudes de cuidado, ainda que de forma temporária e não institucionalizada. Além disso, essas vivências impactam os sujeitos secundários ao serem vistas como recurso pedagógico para práticas pró-sustentáveis, embora seu potencial transformador enfrente limitações devido a fragilidades estruturais, falta de apoio público e sobrecarga das organizações envolvidas.

As questões norteadoras da pesquisa foram respondidas, e apresentaram resultados significativos, evidenciando que as motivações intrínsecas dos consumidores estão ligadas ao bem-estar, à conexão sensível com a natureza, ao equilíbrio emocional, à apreciação estética do ambiente e à superação pessoal pela aventura. Onde estas despertaram atitudes espontâneas de cuidado ambiental e ampliam a consciência sobre a importância da preservação. Como resultado, observou-se um comportamento de gestão responsável do ambiente, ainda que pontual e relacionado ao momento da atividade vivenciada.

Observou-se que as experiências no turismo de aventura em Gravatá, estimularam um senso de responsabilidade individual e coletiva por meio da cooperação ética, do zelo pelos espaços compartilhados, do respeito ao silêncio e da compreensão dos limites ecológicos do território. Esse processo reforça a importância do tempo da natureza e da convivência harmoniosa no ambiente natural. Aspectos como conservação, conscientização e educação ambiental, especialmente mediados pelos guias, desempenharam papel central na formação e fortalecimento do comportamento responsável.

Além disso, atitudes específicas como seguir orientações técnicas, manejar adequadamente resíduos, respeitar regras de segurança, preservar trilhas e manter condutas silenciosas foram identificadas como as mais eficazes para engajar os sujeitos em práticas pró-sustentáveis. Essas práticas refletiram princípios básicos do turismo de aventura sustentável, que enfatiza a minimização do impacto ambiental e o respeito ao meio ambiente.

Sob a perspectiva dos sujeitos secundários, foi constatado que as empresas promoveram as experiências ancoradas em pilares de acolhimento, segurança, mediação pedagógica e construção de vínculos de confiança, impulsionadas pela valorização do território, pelo potencial turístico da região, pela geração de renda e pelo compromisso em oferecer vivências significativas.

Verificou-se que tais empresas adotaram iniciativas relevantes de estímulo às práticas responsáveis – como orientações e recomendações de conduta –, embora essas ações ainda dependessem fortemente de esforços individuais e não de suporte institucional estruturado. Por fim, foi revelado que o maior desafio enfrentado pelas empresas consistiu na ausência de regulamentação formal, na fragilidade de apoio público e na sobrecarga operacional, fatores

que limitaram a consolidação de uma prática contínua e coletiva de administração responsável no turismo de aventura de natureza.

Em conjunto, as evidências revelaram um impacto real e positivo, porém assimétrico: as experiências impulsionam mudanças e comportamentos responsáveis, mas sua consolidação plena dependerá de maior articulação entre predisposições individuais e condições pró-organizacionais. Essa articulação é fundamental para transformar sensibilizações momentâneas em práticas sustentáveis duradouras, promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos naturais e sociais envolvidos no turismo de aventura.

Numa compreensão geral, constatou-se que o comportamento de administração responsável, embora influenciado e impactado positivamente pelas experiências vivenciadas na trilha de no rapel de natureza, encontra-se ainda em fase de despertar: ele existe, manifesta-se e produz efeitos, mas ainda não se sustenta como prática madura. Para avançar, precisa superar a esfera da intenção e assumir forma de diretriz, estrutura e compromisso coletivo, consolidando-se como um potencial qualificado de consumo e de experiências no turismo de aventura de natureza em Gravatá-PE.

Nesse cenário, identificaram-se oportunidades amplas para pesquisas futuras sobre experiências eco formativas, gestão territorial, inovação social, governança, comportamento do consumidor e percepção ambiental. Há espaço para estudos que aprofundem as dimensões emocionais, simbólicas e transformativas das experiências na natureza; que explorem modelos inovadores de integração entre setor público, empresas e comunidade; e que desenvolvam instrumentos capazes de medir responsabilidade ambiental, engajamento e conexão com o ambiente natural e gestão do clima.

Portanto, dissertar sobre esta temática foi e é, também, contribuir para ampliar o debate científico sobre o consumo no turismo de aventura enquanto fenômeno experencial, relacional e ecológico, e de alto potencial de desenvolvimento na região do agreste pernambucano. Sendo pertinente a força do estudo no que tange a oportunidade de ampliar subsídios teóricos e empíricos para avançar nas discussões sobre consumo, experiência, comportamento, sustentabilidade, gestão, inovação e desenvolvimento territorial.

### **5.3 Recomendações Gerenciais da Autora**

O estudo dissertado revelou potenciais significativos para que o turismo de aventura de natureza em Gravatá-PE fortaleça seus processos de gestão, aprofunde ações educativas, amplie parcerias e desenvolva mecanismos transparentes de comunicação, consolidando-se como um segmento capaz de gerar valor socioambiental, econômico e cultural, continuamente. Assim, é

pertinente sugerir alguns pontos importantes para os sujeitos primários (adeptos-consumidores), para os sujeitos secundários (empresas proponentes) e consequentemente para a esfera pública institucional, ilustrado na figura (15):

**Figura 27**

*Framework integrado do comportamento de administração responsável desejável.*



1. Para os sujeitos experienciadores (sujeitos primários):

- Participar ativamente das boas práticas de turismo responsável, adotando condutas básicas de preservação, silêncio, limpeza e respeito às orientações técnicas;
- Engajar-se na corresponsabilidade ambiental, compreendendo que a vivência transforma percepções e emoções, mas requer continuidade além do momento da experiência;
- Realizar escolhas de consumo conscientes, priorizando empresas que adotem práticas sustentáveis, certificações e ações educativas claras;
- Contribuir com *feedback* qualificado, compartilhando percepções que auxiliem

empresas e gestores a aprimorarem o planejamento, a segurança e a conservação ambiental;

- Atuar como multiplicadores do cuidado, disseminando práticas responsáveis em seus círculos sociais e fortalecendo a sensibilização ambiental de outros experienciadores.

2. Para as empresas proponentes (sujeitos secundários):

- Institucionalizar protocolos de segurança e sustentabilidade, padronizando procedimentos de conduta ambiental, manejo de resíduos, limites de grupo e boas práticas de interação com o ambiente natural;
- Fortalecer o papel pedagógico dos guias e monitores, investindo em formações contínuas em educação ambiental, primeiros socorros, mediação de grupos e interpretação da natureza;
- Melhorar a comunicação e a promoção das experiências, por meio de narrativas alinhadas à sustentabilidade, padronização visual e divulgação colaborativa entre as demais empresas locais;
- Desenvolver mecanismos sistemáticos de *feedback* (*checklists*, formulários, avaliações pós-experiência) para monitorar impactos, aprimorar processos e ajustar condutas operacionais;
- Estabelecer parcerias horizontais com outras empresas do setor, buscando reduzir a sobrecarga individual e fomentar práticas colaborativas na gestão dos atrativos.

3. Para o poder público (gestão municipal e ambiental)

- Criar diretrizes e regulamentações oficiais para trilhas, rapel e demais atividades de aventura em Gravatá, com normas de uso, limites de carga, monitoramento e fiscalizações periódicas;
- Instituir uma governança ambiental integrada, com representações das empresas, órgãos ambientais, moradores e guias, garantindo planejamento conjunto e decisões compartilhadas;
- Investir em infraestrutura básica dos atrativos, incluindo acessos adequados, sinalização interpretativa, manejo de resíduos, controle de erosão e pontos de apoio ao visitante;
- Implementar programas de educação ambiental aplicada, em parceria com empreendedores e escolas, fortalecendo o caráter pedagógico das experiências;
- Desenvolver estratégias oficiais de promoção turística, posicionando Gravatá como destino de aventura sustentável, valorizando o território e ampliando a visibilidade das empresas locais;

- Criar sistemas de monitoramento contínuo, com indicadores ambientais, sociais e de segurança, garantindo planejamento baseado em evidências e transparência dos resultados.

Em síntese, as recomendações gerenciais são um indicativo de que o avanço do comportamento de administração responsável no turismo de aventura em Gravatá exige articulação coletiva e corresponsabilidade entre empresas, experienciadores e poder público.

Para as empresas, torna-se imprescindível institucionalizar práticas, fortalecer o caráter pedagógico das experiências e reduzir a sobrecarga operacional por meio de cooperação setorial. Para os sujeitos primários, recomenda-se que ampliem sua postura ativa e consciente, transformando atitudes espontâneas de cuidado em compromissos contínuos de preservação.

Já o poder público precisa estruturar normas, oferecer suporte institucional e garantir infraestrutura adequada, criando condições para que as práticas responsáveis deixem de depender apenas de esforços individuais e situacionais. Assim, o caminho para um turismo de aventura de natureza sustentável, seguro e transformador em Gravatá-PE, necessita da convergência dessas três frentes, consolidando experiências que gerem valor, proteção ambiental e pertencimento ao território.

## REFERÊNCIAS

- Ab'Sáber, A. N. (2003). *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas* (Vol. 1). Ateliê editorial.
- Addis, M., & Holbrook, M. B. (2001). On the conceptual link between mass customisation and experiential consumption: an explosion of subjectivity. *Journal of Consumer Behaviour: An International Research Review*, 1(1), 50-66.
- Aguiar Costa, E. C. de, & Pereira, Y. V. (2023). CAPACIDADES DINÂMICAS NA PANDEMIA: análise dos meios de hospedagem de Gravatá-PE.
- Aguiar, L. R., Lima, T. R., & Lima, R. A. (2024). O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável no Parque Nacional Mapinguari: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 17(2).
- Albers, C., Barth, M., & Goldmeyer, D. B. (2024). Paisagens, Caminhadas e Lazer: Uma Abordagem Sistêmica do Desenvolvimento Turístico em Linha Nova/RS. *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 27(2).
- Andrade, M. C. D. (2009). Geografia de Pernambuco: Ambiente e sociedade. *João Pessoa-PB. Editora Grafset*, 35p.
- Ataíde, L. C. de Melo, de Brito Alves, A. E., de Oliveira, R. S., & de Lima Aleixo, A. C. (2025). Conecta Recife: Inovação em serviços público digital. *RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 11.
- Araújo Augusto, A. P., de Sá Osborne, R., Cotes, M., & da Silva, C. A. F. (2023). IMPACTOS NAS TRILHAS NO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA E O PAPEL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. *Cenas Educacionais*, 6, e17482-e17482.
- Arnould, E. J., & Price, L. L. (1993). River magic: Extraordinary experience and the extended service encounter. *Journal of consumer Research*, 20(1), 24-45.
- Barbosa Vidal, F. A., da Silva Pereira, R. A. Q., & de Miranda Kubo, E. K. (2024). Contribuições e responsividade da gestão pública de uma rede federal de ensino brasileira na consecução dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. *Brazilian Business Law Journal/Administração de Empresas em Revista*, 2(35).
- Becker, L., & Jaakkola, E. (2020). Customer experience: fundamental premises and implications for research. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 48(4), 630-648.
- Bernardon, R. A. (2018). A interdependência da teoria da agência e da stewardship theory para compreensão do comportamento que leva à longevidade das empresas familiares.
- Bessa, A. S. M., Nicácio, L. G., & Rosa, M. C. (2024). Apresentação: Lazer, Natureza e Paisagem. *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 27(2).

- Bicalho, D. M. (2022). O turismo em áreas serranas do Nordeste brasileiro no contexto da Pandemia de Covid-19.
- Boudreau, P., Mackenzie, S. H., & Hodge, K. (2020). Flow states in adventure recreation: A systematic review and thematic synthesis. *Psychology of Sport and Exercise*, 46, 101611.
- Brasil. (2024). Ministério do Turismo. Página Inicial. Disponível em <https://www.gov.br/turismo/pt-br>. Acesso em 13 de novembro de 2024.
- Boulhosa, M., da Silva Farias, K., & Figueiredo, S. L. (2021). Políticas públicas e desenvolvimento na Ilha de Marajó, Brasil: Participação e exclusão no turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 36(1), 313-323.
- Brasil, O. N. U. (2015). Organização das Nações Unidas Brasil. *Articulando os Programas de Governo com a Agenda, 2030*.
- Braun, V., & Clarke, V. (2021). *Análise temática: Um guia prático*. Sage Publications.
- Braun, V., Clarke, V., & Hayfield, N. (2022). ‘A starting point for your journey, not a map’: Nikki Hayfield in conversation with Virginia Braun and Victoria Clarke about thematic analysis. *Qualitative research in psychology*, 19(2), 424-445.
- Busby, G., & Rendle, S. (2000). The transition from tourism on farms to farm tourism. *Tourism management*, 21(6), 635-642.
- Brandino, L., Medina, F., Veronesi, A., Massunari, L., Oliveira, B., & Prado, V. (2022). *Antropoceno ou capitaloceno?: natureza, história e a crise do capitalismo*. Editora Elefante.
- Camarano, A. A., & Abramovay, R. (1998). Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 15(2), 45-65.
- Carneiro, L. C., Castro, B. C., de Faria, G. M., & Serafim, M. C. (2024). “O asfalto embrutece”: Insights sobre estado de fluxo em atividades de ecoturismo e turismo de aventura. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 18(1), 75-100.
- Carú, A., & Cova, B. (2003). Revisiting consumption experience: A more humble but complete view of the concept. *Marketing theory*, 3(2), 267-286.
- Carú, A., & Cova, B. (2020). Experiencing consumption: Appropriating and marketing experiences. In *Marketing Management* (pp. 139-152). Routledge.
- Cavalcanti, R. (2024). *O que é experiência do consumidor? Investigando a vida no consumo* (1<sup>a</sup> ed.). Recife: Rodrigo Cavalcanti. Formato: eBook Kindle.
- Cavalcanti, R. (2023). O que os consumidores querem? Mapeando valor na experiência do consumidor. In *IV Jornada Científica de Administração – JCA*, 11. Caruaru: UFPE. Evento realizado em Caruaru-Pernambuco, 2023.

- Cavalcante, F. S. A., Chaves, R. C., de Souza, D. B., Furtado, F. C., & Scudeller, V. V. (2024). Percepção Ambiental e Etnobotânica na Comunidade Paraíso Grande, Humaitá-AM, Brasil. *Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 13(4), 339-353.
- Ceballos-Lascurain, H. (1996). *Tourism, ecotourism, and protected areas: The state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development*. Iucn.
- Clark, C., & Nyaupane, GP (2025). Rewilding as a destination development phenomenon: Examining community resilience through a systems thinking lens. *Tourism Management*, 111, 105227.
- Coconi, A., Bordacconi, M., Barbagli, C., & Herold, G. (2024). The effect of Overtourism upon the ecology of Florence's historic Centre. In *Landscape conflicts* (pp. 229-243). Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden.
- Coimbra, M. D. N. C. T., & de Oliveira Martins, A. M. (2013). O estudo de caso como abordagem metodológica no ensino superior. *Nuances: estudos sobre Educação*, 24(3), 31-46.
- Contrafatto, M. (2014). Stewardship theory: Approaches and perspectives. In *Accountability and social accounting for social and non-profit organizations* (pp. 177-196). Emerald Group Publishing Limited.
- Correia, I. S., de Cristo, S. S. V., & Carneiro, J. P. (2020). Cadastro Ambiental Rural como instrumento de gestão do turismo rural em Unidades de Conservação da Natureza. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RB Ecotur)*, 13(4).
- Costa, M. V. T. D. (2024). Impactos ambientais associados ao turismo nos distritos de Maromba e Maringá-RJ-região de Visconde de Mauá-RJ: estudo de caso sobre o Rio Preto.
- Costa, A., Antunes, J., & Fernandes, G. (2024). Turismo de Aventura-Tipologia e Motivações dos Turistas. *Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, (E69), 422-435.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2021). *Projeto de pesquisa-: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Penso Editora.
- Church, E. K., Wilson, K. A., & Dean, A. J. (2023). Broadening our understanding of what drives stewardship engagement: Relationships between social capital and willingness to engage in nature stewardship. *Journal of Environmental Management*, 342, 118128.
- Cruz Vitorio, M. D. P da ., de Aquino, C. M. S., & de Aquino, R. P. (2023). Mas, afinal, o que é Turismo, Geoturismo, Turismo de Natureza, Turismo de Aventura, Ecoturismo e Turismo Rural?. *Geoconexões online*, 3(2), 66-80.
- Cunha, A. M., Roque, A. M. R., Polibichara, M., Queiroz, O. T. M. M., & Ker, R. H. (2024). Rede Turismo Rural Consciente no Brasil e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. *Revista Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade*, 16(1).

- Cunha, A. D. A., Rodrigues, C. G. D. O., Sancho-Pivoto, A., & Casals, F. R. (2022). A conexão com a natureza em parques urbanos brasileiros e sua contribuição para o bem-estar da população e para o desenvolvimento infantil. *Sociedade & Natureza*, 34, e65411.
- Dantas, L. M. R., & Hostins, R. C. L. (2008). A caminho de um pensamento ecológico complexo para o turismo de aventura.
- Davis, J. H., Schoorman, F. D., & Donaldson, L. (1997). Davis, Schoorman, and Donaldson reply: The distinctiveness of agency theory and stewardship theory. *Academy of Management. the Academy of Management Review*, 22(3), 611.
- Dean, A. J., Uebel, K., Schultz, T., Fielding, K. S., Saeck, E., Ross, H., & Martin, V. (2024). Community stewardship to protect coastal and freshwater ecosystems—pathways between recreation and stewardship intentions. *People and Nature*.
- Deb, R., Kondasani, R. K. R., & Das, A. (2023). Adventure tourism: current state and future research direction. *Tourism Review*.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2007). Mai 68 n'a pas eu lieu\* Gilles Deleuze et Félix Guattari reprennent la parole ensemble pour analyser 1984 à la lumière de 1968. *Chimères*, (1), 23-24.
- De Lima, H. W. (2024). TURISMO REGENERATIVO: UMA ABORDAGEM TRANSFORMADORA PARA ECOSISTEMAS E COMUNIDADES LOCAIS. *RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218*, 5(12), e5126075-e5126075.
- De Souza Brandão, J., Figueiredo Casas, S., da Silva Casas, J. L., & Rodrigues da Silva, E. (2024). PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICA PARA PROMOÇÃO DO ECOTURISMO EM COQUEIROS - DISTRITO DE MARAGOJIPE-BA. *Boletim Técnico - Mestrado Profissional Em Desenvolvimento Regional E Meio Ambiente*, (8), 12.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Artmed.
- Dias, P. P., & Vital, T. W. (2014). O Ecoturismo no Estado de Pernambuco: uma visão do segmento a partir da oferta de serviços. *Revista Turismo em Análise*, 25(2), 316-336.
- Dodds, R., & Butler, R. (2019). The phenomena of overtourism: A review. *International Journal of Tourism Cities*, 5(4), 519-528.
- Donaldson, L., & Davis, J. H. (1991). Stewardship theory or agency theory: CEO governance and shareholder returns. *Australian Journal of management*, 16(1), 49-64.
- Dos Santos, G. N. L., dos Santos Freire, M. B. G., Gonçalves, M. D. P. M., Marques, P. R. D., da Silva, R. F., de Sousa, M. B., & de Melo, G. E. (2024). Entomofauna do Solo em Sistemas de Uso da Terra no Município de Gravatá (PE). *Ensaios e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde*, 28(1), 17-25.
- Embrapa, S. (2024). SABIIA-Sistema Aberto e Integrado de Informação em Agricultura.

*Revista Áudio e Base de dados, 1, ID141-ID141.*

EMBRATUR, (2024). *Infográfico Turismo de Natureza*. Brasília: Embratur. Disponível em <https://embratur.com.br>. Acesso em 13 de novembro de 2024.

Eisenhardt, K. M. (1989). Agency theory: An assessment and review. *Academy of management review, 14*(1), 57-74.

Ertaş, M., Sykes, D., & Cater, C. (2022). Effects of motorcycle group membership on the ride experience and travel motivators: A comparison between the USA, the UK, and Turkey. *Zeitschrift für Tourismuswissenschaft, 14*(3), 333-350.

Evangelista, M. D. J. T. (2020). *Proposta de boas práticas sustentáveis para o turismo ativo e de natureza: o caso da empresa Frontera Verde Aventura* (Master's thesis, Instituto Politecnico de Leiria (Portugal).

Fernández-Díaz, E., Jambrino-Maldonado, C., Iglesias-Sánchez, P. P., & de las Heras- Pedrosa, C. (2023). Digital accessibility of smart cities-tourism for all and reducing inequalities: tourism agenda 2030. *Tourism Review, 78*(2), 361-380.

Ferreira, M. C., Assmar, E. M. L., & Souto, S. D. O. (2002). O individualismo e o coletivismo como indicadores de culturas nacionais: Convergências e divergências teórico-metodológicas. *Psicologia em estudo, 7*, 81-89.

Fleischer, A., & Tchetchik, A. (2002). Is agriculture an important component of rural tourism?.

Flick, U. (2012). *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Penso Editora.

Flick, U. (2021). *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (6<sup>a</sup> ed.). Sage Publications.

Francisco, A. R. L., Colet, D. S., & Wegner, D. (2020). A governança de cadeias de suprimentos: uma análise a partir da teoria da agência e stewardship theory. *Revista Ciências Administrativas, 26*(1), 1-16.

Franco, M. L. P. B. (2020). *Análise de conteúdo* (Vol. 6). Autores Associados.

Franco, J. L. D. A., Prado-Soares, I. V., & Cureau, S. (2015). Patrimônio cultural e natural, direitos humanos e direitos da natureza. *Bens Culturais e Direitos Humanos. São Paulo: Edições Sesc*, 155-184.

Franco, J. L. D. A. (2013). O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. *História (São Paulo), 32*, 21-48.

França de Oliveira Chagas, B. G., Santos, L. C. B. S., Barreto, S. D. B., & Spinola, C. D. A. (2023). TURISMO DE NATUREZA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE AS NORMAS DE SEGURANÇA ADOTADAS POR OPERADORAS INTERNACIONAIS. *Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, 20*.

- França, A de., Costa, F. L. P., dos Santos Fernandes, R., de Lira Mota, W., & Gutierrez, D. M. D. (2022). A observação participante: um panorama histórico-conceitual do uso da técnica. *Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem Estar-RECH*, 6(2, jul-dez), 106-117.
- Freitas, A. A. D. (2021). Efetividade das políticas públicas do turismo no município de Gravatá-PE: uma proposta de implantação de um sistema de monitoramento e acompanhamento para sua gestão.
- Fonseca, M. A. P. D., Todesco, C., & Silva, R. C. D. (2022). A interiorização do turismo no Brasil.
- Fundación CODESPA. (2020). *Programa de capacitación: ODS y turismo*. Fundación CODESPA. Quito, Ecuador.
- Galvão, P. L. D. A. (2019). Turismo, lazer e segunda residência: as transformações socioespaciais no meio rural de Gravatá-PE.
- Gaines, B. (2013). *Rappelling: Rope descending and ascending skills for climbing, caving, canyoneering, and rigging*. Rowman & Littlefield.
- Galvão, P. L. D. A. (2019). Turismo, lazer e segunda residência: as transformações socioespaciais no meio rural de Gravatá-PE.
- Garcia, D. S., Fittipaldi, D., & Jesus, D. L. N. D. (2022). Turismo de Experiência: relações entre territorialidade e desenvolvimento local em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Interações (Campo Grande)*, 23(4), 1125-1140
- Garlet, V., Grellmann, CP, & Madruga, LR da RG (2021). Contribuições das práticas sustentáveis para a consolidação do turismo sustentável no Brasil. *Revista De Administração Da UFSM*, 14 (2), 263–275.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA.
- Godoi, C. K., Blikstein, I., Bandeira-De-Mello, R., DA SILVA, A. B., de Almeida Cunha, C. J. C., Godoy, A. S., ... & Oliveira, M. (2017). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais*. Saraiva Educação SA.
- Godoi, R. C. de , & Amaral, S. C. F. (2019). O reflexo do projeto neoliberal nas políticas públicas em turismo e turismo de aventura no Brasil. *LICERE-Revista do Programa de Pós- graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 22(4), 489-518.
- Godoy, A. S. (2006). Estudo de caso qualitativo. In C. K. Godoi, R. Bandeira-de-Mello, & A. B. Silva (Orgs.), *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais* (pp. 80-89). Saraiva.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de empresas*, 35, 20-29.
- Gomes, J. M. D. C. (2024). A influência do turismo em pequenas localidades: o caso de São Bartolomeu e Lavras Novas.

- Gonçalves, A. L. C. (2016). Turismo rural: uma abordagem conceitual. *Anais do Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, São Paulo, SP, Brasil*, 13.
- Gouveia, L. A., Gosling, M., de Freitas Coelho, M., & de Araujo Pereira, G. (2014). Fatores que influenciam a intenção de compra de viagens de ecoturismo e turismo de aventura. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBECOTUR)*, 7(3).
- Guazi, T. S. (2021). Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão*, 2.
- Guest, G., MacQueen, KM, & Namey, EE (2021). *Análise temática aplicada*. Publicações Sage.
- Hassan, T. H., Fazia, C., Abdelmoaty, M. A., Bekzot, J., Gozner, M., Almakhayitah, M. Y., ... & Salem, A. E. (2024). Sustainable pathways: understanding the interplay of environmental behavior, personal values, and tourist outcomes in farm tourism. *Discover Sustainability*, 5(1), 153.
- Hernández, M. (2008). Promoting stewardship behavior in organizations: A leadership model. *Journal of business ethics*, 80, 121-128.
- Hernández, M. (2012). Toward an understanding of the psychology of stewardship. *Academy of management review*, 37(2), 172-193.
- Holland, R., Khanal, A. R., & Dhungana, P. (2022). Agritourism as an alternative on-farm enterprise for small us farms: Examining factors influencing the agritourism decisions of small farms. *Sustainability*, 14(7), 4055.
- Houge Mackenzie, S., Boudreau, P., & Hodge, K. (2023). Evaluating a Model of Flow and Clutch Optimal Psychological States in Adventure Recreation. *Leisure Sciences*, 1-25.
- Holanda, R. M. de, Medeiros, R. M. de, França, M. V. de, Pereira, M. L. F., Araújo, W. R. de, & Saboya, L. M. F. (2021). CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA: THORNTHWAITE E KÖPPEN PARA A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IPOJUCA, PE-BRASIL. *RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218*, 2(6), e26483-e26483.
- Holbrook, MB, & Hirschman, EC (1982). Os aspectos experienciais do consumo: fantasias, sentimentos e diversão do consumidor. *Journal of consumer research*, 9 (2), 132-140.
- Hu, B., Itani, O. S., Kim, J. J., Landers, V. M., & Liu, X. (2025). Mapping marketing's contribution to under-researched Sustainable Development Goals (SDGs): a well-being centric approach. *Journal of Marketing Theory and Practice*, 1-24.
- Igari, A. T., Pavanelli, J. M. M., de Oliveira, C. E., & de Almeida Sinisgalli, P. A. (2020). Mudanças institucionais e governança de serviços ecossistêmicos. *Diálogos Socioambientais*, 3(07), 9-11.
- Iared, V. G., Ferreira, A. C., & Hofstatter, L. J. V. (2022). Por mais experiências estéticas da

- natureza em escolas públicas de educação básica. *Educar em Revista*, 38, e78109.
- Irgil, E., Kreft, A. K., Lee, M., Willis, C. N., & Zvobgo, K. (2021). Field research: A graduate student's guide. *International Studies Review*, 23(4), 1495-1517.
- Jaeggi, R. (2019). Rumo à crítica imanente das formas de vida. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, 10 (4), 77-98.
- Kaapanda, L. N. (2023). Unleashing Strategic Leadership Potential: Embracing Stewardship Theory for Strategy Execution and Organizational Growth. *Creative Education*, 14(12), 2442- 2462.
- Kaveski, I. D. S., & Beuren, I. M. (2020). TIPOLOGIAS DE COMPORTAMENTO DO INDIVÍDUO: UMA ANÁLISE SISTEMÁTICA DA LITERATURA. *Revista Gestão Organizacional*, 13(1), 3-26.
- Kaveski, I. D. S., & Beuren, I. M. (2022). Stewardship behavior and managerial performance in family businesses. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 16.
- Köppen, W., & Geiger, R. (1928). Klimate der Erde. Gotha: Verlag condicionadas. *Justus Perthes. np*, 309-319.
- Krenak, A. (2022). *Futuro ancestral*. Companhia das Letras.
- Lai, I. K. W., Liu, Y., & Lu, D. (2021). The effects of tourists' destination culinary experience on electronic word-of-mouth generation intention: the experience economy theory. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 26(3), 231-244.
- Leitão, C. (2021). A entrevista como instrumento de pesquisa científica: planejamento, execução e análise. *Metodologia de pesquisa científica em informática na Educação: abordagem qualitativa de pesquisa*, 3.
- Lemes, P. J., & Belarmino, O. M. (2022). CONTRIBUIÇÕES DO ETNOTURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS POTENCIALIDADES PARA AMAMBAI-MS. *CULTUR-Revista de Cultura e Turismo*, 16(2).
- Li, Q. (2022). Effects of forest environment (Shinrin-yoku/Forest bathing) on health promotion and disease prevention—the Establishment of “Forest Medicine”—. *Environmental health and preventive medicine*, 27, 43-43.
- Lohmann, G., Lobo, H. A. S., Trigo, L. G. G., Valduga, V., Castro, R., Coelho, M. D. F., ... & Uvinha, R. R. (2022). O Futuro do turismo no Brasil a partir da análise crítica do período 2000-2019. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16, e-2456.
- Lopes, A. C. D. S. C. (2022). *Turismo de aventura: percebendo o perfil do consumidor de saltos Tandem* (Master's thesis, Universidade de Évora).
- Maia, Z. M. G., de Lima, S. R. M., dos Santos, E. L. B., da Silva Chagas, F. N., & da Silva, H. T. L. B. (2024). Educação ambiental e sustentabilidade no semiárido potiguar: fortalecendo a agenda 2030 em Mossoró-RN. *Geoconexões*, 2(19), 45-69.

- Maranhão, C. H. da Silva, & Azevedo, F. F. (2014). Os processos de planejamento e gestão do turismo em Natal (RN) e o fomento do turismo de base local: uma articulação necessária. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RB Ecotur)*, 7(1).
- Marodin, T. G., et al. (2024). Connections between sustainability and overtourism in the international scenario of overtourism and sustainability research. *Pedagogical Notebook*, 21(7), e5470-e5470.
- Marujo, N. (2016). O estudo de caso na pesquisa em turismo: uma abordagem metodológica.
- MARQUES LOPES, T. I. A. G. O., SILVA, F., & SIMAS, H. (2022). Experiências turísticas criativas em áreas naturais periurbanas: o caso do Parque Natural de Sintra-Cascais. *Revista Turismo & Desenvolvimento (RT&D)/Journal of Tourism & Development*, (39).
- Martins, P. C., & da Silva, C. A. (2018). Turismo de Natureza ou na Natureza ou Ecoturismo? Reflexões e contribuições sobre um tema em constante debate. *Revista Turismo em Análise*, 29(3), 487-505.
- Meira Albach, V., Marquardt, S., & Pinheiro, Z. F. (2022). Aprendizados na elaboração de planos de uso público e turismo: caso do Parque Nacional do Superagui/PR. *Biodiversidade Brasileira*, 12(3), 195-207.
- Mello, C. M. de (2014). Abordagens e procedimentos qualitativos: implicações para pesquisas em organizações. *Revista Alcance*, 21(2 (Abr-Jun)), 324-349.
- Mesquita, M. X. D. (2021). Ecoturismo em Pernambuco: potencialidades X realidades. Mendes, R. M., & Miskulin, R. G. S. (2017). A análise de conteúdo como uma metodologia. *Cadernos de pesquisa*, 47(165), 1044-1066.
- Mendes, M. T., Alves, M. A. F., Torres, A. F. B., & Monção, K. M. G. (2012). Ser humano e natureza: O significado da caverna na prática do caving e as suas contribuições para o bem-estar corporal. *Motricidade*, 8(2), 410-418.
- Milano, C., Novelli, M., & Russo, A. P. (2024). Anti-tourism activism and the inconvenient truths about mass tourism, touristification and overtourism. *Tourism Geographies*, 26(8), 1313-1337.
- Miller, M. C., Clausen, H. B., & Cater, C. (2022). Cultivating deep learning in field-based tourism courses: finding purpose in “trouble”. *Journal of Teaching in Travel & Tourism*, 22(1), 50-67.
- Minayo, M. C. de Souza (2011). Capítulo 1 O DESAFIO DA PESQUISA SOCIAL. *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*, 9.
- Moraes de Jesus, D. M., Vicente da Silva, E., & Borges Machado, A. M. (2024). ECOTURISMO COMO ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ORIENTADO PELO PLANEJAMENTO DA PAISAGEM. *Caderno Prudentino De Geografia*, 2(46), 42-60.

- Moreira, R. J. D. D. C. (2021). O uso público do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (SP) durante a pandemia: relatos de experiências de (re) conexão sociedade-natureza.
- Mota, A. M. S. (2020). *Sustentabilidade em Empresas Familiares: Uma Revisão Sistemática de Literatura* (Master's thesis, Universidade de Lisboa (Portugal)).
- Moutinho, A. L., Penha, R. S. da, & Marques, M. A. do N. C. (2020). Teoria Stewardship na Contabilidade: Desafios, Tendências e Influência. *Revista Metropolitana De Governança Corporativa (ISSN 2447-8024)*, 4(2), 69.
- Mulero, L., Grau, D., Cunill, J., Fàbregas, A., & Rossell, JM (2024). *Promover e priorizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Jovens. Sustentabilidade 2024*, 16, 10813.
- Muniz, A., da Conceição, B. C., Alberto, C., Simons, C. C., Mandarino, L., Cury, M., ... & Gonçalves, V. (2024). *Jornada de Inovação: aplicação de conceitos, frameworks, ferramentas e experiências para potencializar a inovação e a transformação digital em empresas e startups*. Brasport.
- Nascimento, I. D. B. (2023). *Gravatá: Proposta de identidade visual para município do agreste pernambucano* (Bachelor's thesis).
- Nascimento, T. M. (2019). Examinando o domínio do comportamento pró-ambiental na promoção do bem-estar individual e coletivo. *Consumer Behavior Review*, 3(1), 27-41.
- Nascimento, L., de Carvalho, R. G., de Oliveira, J. F., Fernandes, R. T. V., Machado, A. M. B., Feitosa, M. M., ... & de Santana Peixôto, M. C. (2024). Ecoturismo e turismo comunitário em uma reserva de desenvolvimento sustentável no Nordeste Brasileiro. *Caderno Pedagógico*, 21(5), e4174-e4174.
- Nascimento, P. V. (2025). Macromarketing e os objetivos de desenvolvimento sustentável: uma perspectiva teórica sobre marketing, sociedade e desenvolvimento.
- Nyaupane, GP, Poudel, S., & York, A. (2024). 11 Governança de áreas protegidas: uma análise institucional dos resultados de conservação, subsistência comunitária e turismo. *Em Áreas Protegidas, Turismo Sustentável e Ligações com a Subsistência Comunitária* (pp. 191-210). Routledge.
- Nyaupane, G. P. (2023). The Role of Tourism in Sustainable Development Within Local??? Global Dynamics. *Tourism Review International*, 27(3-4), 177-186.
- Nyaupane, G. P., Poudel, S., & York, A. (2022). Governance of protected areas: an institutional analysis of conservation, community livelihood, and tourism outcomes. *Journal of Sustainable Tourism*, 30(11), 2686-2705.
- Oh, H., Fiore, A. M., & Jeoung, M. (2007). Measuring experience economy concepts: Tourism applications. *Journal of travel research*, 46(2), 119-132. Oliveira, T. A. B. (2019). Porto: turistificação e turismofobia.
- Oliveira, B., Strehlau, S., & Ximenes, R. T. (2012). Attitude and behavior of consumption in

- an ecological destination: A study with youths of Ilha Bela (SP, Brazil). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 6(2), 247.
- Oliveira, M. P. C. V., & Aquino, C. M. (2023). Mas, afinal, que é turismo, geoturismo, turismo de natureza, turismo de aventura, ecoturismo e turismo rural? *Geoconexões Online*, 3(2), 66- 80.
- Oliveira, L. C. de . (2021). NATUREZA TERAPÊUTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL. *Revista Multidisciplinar De Educação E Meio Ambiente*, 2(3), 83.
- Ordiñana-Bellver, D., Aguado-Berenguer, S., Pérez-Campos, C., & González-Serrano, M. H. (2024). Exploring nature-based physical activity as a catalyst for sustainable entrepreneurial intentions in sport science students. *Journal of Hospitality, Leisure, Sport & Tourism Education*, 34, 100482.
- Orrù, D. (2020). *Data stewardship in biblioteca per la scienza sostenibile e aperta*. Universitalia.
- Organização Mundial do Turismo. (2024). *Festival de Turismo de Natureza e Aventura 2024*. OMT - Organização Mundial do Turismo.
- Padovezi, A., Roma, J., Coura, D., Silva, L. A. D., Campos, M., Assumpção, P. A. D., & Secco, L. (2022). Casos brasileiros de Restauração Socioinovadora de Paisagens. *Estudos Avançados*, 36, 239-255.
- Paes, T. A. A., Ladeira, R., & Larocca, M. T. G. (2020). Destinos turísticos e a sua relação com o processo de cocriação de valor e o marketing de experiência: uma revisão bibliográfica. *Caderno Virtual De Turismo*, 20(1).
- Paniguel Simões, O. M., Alves dos Santos, J., & Cristina Marjotta-Mastro, M. (2024). Ecoturismo no município de Brotas-SP: suas contribuições econômicas e sociais. *GeSec: Revista de Gestão e Secretariado*, 15(1).
- Paolucci, L. F. (2022). *O crédito rural e a função socioambiental das propriedades rurais: a provisão do crédito rural e as mudanças legais como estímulos ao comportamento responsável do produtor rural* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Pereira, M. A. C., & da Costa Peres, A. (2023). Parque estadual do Utinga e a formação de novos condutores de turismo de aventura na Amazônia. *Revista Sergipana de Educação Ambiental*, 10, 1-15.
- Pereira, D. W. (2022). Contribuições da aventura para a educação física: caminhos da complexidade. *CONNECTION LINE-REVISTA ELETRÔNICA DO UNIVAG*, (28).
- Pine, B. J., & Gilmore, J. H (2020). *A economia da experiência: competindo por tempo, atenção e dinheiro do cliente* (edição atualizada). Harvard Business Review Press.
- Pinto, M. de R., & Lara, J. E.. (2011). As experiências de consumo na perspectiva da teoria da cultura do consumo: identificando possíveis interlocuções e propondo uma agenda de

- pesquisa. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(1), 37–56.
- Poudel, S., & York, A. (2024). 11 Governance of protected areas: an institutional analysis of conservation, community livelihood, and tourism outcomes. *Protected Areas, Sustainable Tourism and Community Livelihood Linkages*, 146.
- Pomfret, G., Sand, M., & May, C. (2023). Conceptualising the power of outdoor adventure activities for subjective well-being: A systematic literature review. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, 42, 100641.
- Pompeu, G. V. M., & de Vasconcelos, L. B. (2023). DIREITOS DA NATUREZA NO BRASIL À LUZ DO PRINCÍPIO DA INTEGRIDADE ECOLÓGICA. *Novos Estudos Jurídicos*, 28(3), 615-641.
- Portela, L. J. P. (2022). *"Pra onde a gente olha, tem natureza": conexão com a natureza e comportamentos ambientais de crianças na Floresta Nacional do Tapajós, Brasil* (Doctoral dissertation, Universidade Federal do Oeste do Pará).
- Queiroz Bezerra, T. R. de, & Lima, A. S. (2023). Processo de análise hierárquica para definição do melhor destino turístico de Pernambuco. *Caderno Virtual de Turismo*, 23(2), 59- 79.
- Rantala, O., Rokenes, A., & Valkonen, J. (2018). Is adventure tourism a coherent concept? A review of research approaches on adventure tourism. *Annals of Leisure Research*, 21(5), 539- 552.
- Resnik, D. B. (2020). *The ethics of research with human subjects: Protecting people, advancing science, promoting trust*. Springer.
- Requalify.ai. (2024). *Requalify.ai: AI-powered qualitative analysis platform*.
- Ribeiro, F. B. V., Picalho, A. C., & Fadel, L. M. (2023). Abordagem interpretativista e método qualitativo na pesquisa documental: descrição geral das etapas de coleta e análise de dados. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 17(1), 100-113.
- Ribeiro, V. L. V. (2023). *A certificação Forest Stewardship Council nos sistemas de controlo de gestão para a sustentabilidade: Estudo de múltiplos casos em empresas de comércio de madeira* (Master's thesis, Instituto Politecnico de Braganca (Portugal)).
- Ribeiro, M. A., Alcântara, L. C. S., & Sampaio, C. A. C. (2023). TURISMO E PANTANAL: As relações com os objetivos do desenvolvimento sustentável. *Geo UERJ*, (42), e66165.
- Riggio, J., Baillie, J. E., Brumby, S., Ellis, E., Kennedy, C. M., Oakleaf, J. R., ... & Jacobson, A. P. (2020). Global human influence maps reveal clear opportunities in conserving Earth's remaining intact terrestrial ecosystems. *Global Change Biology*, 26(8), 4344-4356.
- Rocha, N. B. P. (2021). A CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NA ETAPA DE ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. *Revista Multidisciplinar De Educação E Meio Ambiente*, 2(3), 63. <https://doi.org/10.51189/rema/1744>
- Rossi, G. B., Serralvo, F. A., & Joao, B. N. (2014). Análise de conteúdo. *ReMark-Revista Brasileira de Marketing*, 13(4), 39-48.

- Rossini, C. M., & Cenci, D. R. (2020). Interdisciplinaridade e Educação Ambiental: um diálogo sustentável. *Revista Prática Docente*, 5(3), 1733-1746.
- Sainz, L. (2023). *The role of green marketing in brand purpose and customer purchase intention* (Doctoral dissertation).
- Sampaio, R. C., & Lycarião, D. (2021). *Análise de conteúdo categorial: Manual de aplicação*. Enap - Escola Nacional de Administração Pública.
- Sant'Anna, E. S., & Fratucci, A. C. (2024). O papel do apego de residentes ao lugar no design de experiências turísticas no espaço rural. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 18, e-2953.
- Santos, J. G., & Chaves, J. L. A. (2014). Responsabilidade socioambiental empresarial: um estudo nos hoteis de Gravatá-PE. *TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible*, 7(17), 54.
- Santos, M. (2022). *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia* (Vol. 10). Edusp.
- Santos, E. F., & Moreira, J. C. (2023). Interpretação ambiental e impactos em trilhas: a Trilha dos Arenitos no Parque Estadual de Vila Velha (PR). *Turismo, Sociedade & Território*, 5(1).
- Severo, E. A., & de Guimarães, J. C. F. (2017). Trajetórias e perspectivas da sustentabilidade e práticas ambientais: uma pesquisa bibliométrica. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)*, 7(2), 93-114.
- Shen, S., Yang, F., & Sotiriadis, M. D. (2024). Experiential consumption dimensions and pro-environment behaviour by Gen Z in nature-based tourism: a Chinese perspective. *Tourism Review*, 79(4), 877-902.
- Silva, M. M. da, Netto, T. A., de Azevedo, L. F., Scarton, L. P., & Hillig, C. (2012). Trilha ecológica como prática de educação ambiental. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, 705-719.
- Silva Rodrigues, K., Andrade de Lima Moraes, I., Lustosa de Araújo, F., & Batista da Fonseca, M. H. (2024). Turismo e decolonialidade: Conhecendo as publicações acadêmicas a partir das bases de dados Web of Science - Portal Capes, Scielo, Scopus, Publicações em Turismo e Google Acadêmico. *RITUR - Revista Iberoamericana De Turismo*, 14(2), 151–172.
- Silva, S. S., & Costa, R. S. (2018). Teoria da Agência, Stewardship e Stakeholders: um ensaio sobre sua relevância no contexto das organizações. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 8(3), 77-91.
- Silva, C. C. N. (2023). *A experiência de consumo dos turistas portugueses na região do Algarve - Uma perspectiva de gênero* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve]. Universidade do Algarve.

- Silva, H. N. V. (2023). *Desenvolvimento econômico de Gravatá – PE: Evolução e perspectiva* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. Universidade Federal de Pernambuco.
- Scussel, F. B. C., Fogaça, N., & Demo, G. (2021). Experiência de consumo: proposta de um conceito unificador. *ReMark - Revista Brasileira De Marketing*, 20(1), 175–198.
- Silva, C. C. N. (2023). *A experiência de consumo dos turistas portugueses na região do Algarve: Uma perspectiva de género* [Dissertação de mestrado, Universidade do Algarve] Universidade de Algarve.
- Silva, A. M. da, Silva, Áurio L. L. da, Braga, N. C. de A., Guimarães, D. B., & Ponchio, M. C. (2024). Antecedentes do comportamento sustentável em viagens de turismo de natureza no Brasil. *REVISTA ACADÊMICA OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO DO TURISMO*, 18(1), 49– 74. <https://doi.org/10.61564/raoit.v18n1.7593>
- Silva, S. S., & Costa, R. S. (2018). Teoria da Agência, Stewardship e Stakeholders: um ensaio sobre sua relevância no contexto das organizações. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 8(3), 77-91.
- Silva, M. J., Costa, M. F. D., de Farias, S. A., & Wanderley, L. S. (2020). Who is going to save the Brazilian Amazon forest? Reflections on deforestation, wildlife eviction, and stewardship behavior. *Psychology & Marketing*, 37(12), 1720-1730.
- Silva, L. M., & Mello, M. A. G. (2024). Impactos e importância da coleta seletiva na limpeza urbana e na consciência ambiental da comunidade. *Gisele Dornelles Pires Fabricio Polifke da Silva*, 30.
- Silva, J. E. S. D. (2022). Turismo rural e suas contribuições: um estudo de caso sobre as ações desenvolvidas no Eco Sítio Beija Flor, Igaci-AL e na Fazenda Engenho Cachoeira, Ribeirão-PE.
- Silva, I. C. G. D. (2015). *Estratégias camponesas e as práticas agroecológicas nos territórios dos brejos de altitude, Gravatá-PE* (Master's thesis, Universidade Federal de Pernambuco).
- Simione, A. A. (2020). Pesquisa Qualitativa e Estudos de Caso: Significado e Linhas Práticas de Orientação. *Revista Estudo & Debate*, 27(4).
- Senra, J. B. (2023). Banho de Floresta no Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado, Belo Horizonte-MG. *Florestas e bem-estar humano: argumentos para conservação de ecossistemas naturais; cadernos de resumos*, 60-il.
- Souza, M.de, & Dolci, T. S. (2019). *Turismo rural: fundamentos e reflexões*. PLAGEDER.
- Souza Júnior, E. G. de ., Valença, S., Santana, P. N. de, & Soares, I. C. da S. (2024). PERCEPÇÕES DE VISITANTES E EMPRESÁRIOS LOCAIS SOBRE OS MOTIVOS DE VISITAÇÃO AO POLO MOVELEIRO DE GRAVATÁ, PERNAMBUCO. *Revista Turismo & Cidades*, 6(13).

- Spink, M. J. P., Aragaki, S. S., & Alves, M. P. (2005). Da exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza: contrastando esportes radicais e turismo de aventura. *Psicologia: reflexão e crítica*, 18, 26-38.
- Stake, R. E. (1995). The art of case study research. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Stake, R. E. (2008). Qualitative case studies. In N. K. Denzin, & Lincoln, Y. S. (Eds.), *Strategies of qualitative inquiry* (pp. 119-149). Los Angeles: Sage.
- Scussel, F. B. C., Fogaça, N., & Demo, G. (2021). Experiência de consumo: proposta de um conceito unificador. *ReMark-Revista Brasileira de Marketing*, 20(1), 175-198.
- Strassburger, N. C., Coltre, S. M., & Ferreira, W. C. (2023). Turismo rural e agricultura familiar no Brasil: um estudo bibliométrico. *Revista Grifos*, 32(59), 01-26.
- Su, L., Cheng, J., & Swanson, S. R. (2020). The impact of tourism activity type on emotion and storytelling: The moderating roles of travel companion presence and relative ability. *Tourism Management*, 81, 104138.
- Su, L., Tang, B., & Nawijn, J. (2021). How tourism activity shapes travel experience sharing: Tourist well-being and social context. *Annals of Tourism Research*, 91, 103316.
- Teles, A., & Vilaça, A. (2022). *Caminhos para um Turismo Lento: Conceção, Planeamento e Gestão de Itinerários Turísticos*. Vida Económica Editorial.
- Testa, P. A., de Rosa, K. R., & Favero, L. (2020). Biodiversidade: principais ameaças e alertas. *RETEC-Revista de Tecnologias*, 13(1).
- Torfing, J., & Bentzen, T. Ø. (2020). Does stewardship theory provide a viable alternative to control-fixated performance management? *Administrative Sciences*, 10(4), 86.
- Tuzzo, S. A., & Braga, C. F. (2016). O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 4(5), 140-158.
- United Nations. (2024). *The Sustainable Development Goals Report 2024*. United Nations.
- Valença, M. R. (2015). A apropriação mercadológica da natureza na produção do espaço pelo turismo de segunda residência em Gravatá-PE. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, 4(1), 129-149.
- Velte, P. (2010). Stewardship-theorie. *Zeitschrift für Planung & Unternehmenssteuerung*, 20, 285-293.
- Venter, O., Sanderson, E. W., Magrach, A., Allan, J. R., Beher, J., Jones, K. R., ... & Watson, J. E. (2016). Sixteen years of change in the global terrestrial human footprint and implications for biodiversity conservation. *Nature communications*, 7(1), 12558.
- Vieira, J. P. (2020). Refletindo sobre exclusão: turismo e cidade a partir das falas de uma comunidade periférica de Caxias do Sul/RS (Brasil); [Dissertação de mestrado, Universidade de Caxias do Sul].

- Vieira, R. (2022). Produção de vídeo como ferramenta educativa para a preservação e conservação de espaços de exceção do município de Gravatá (PE); [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco].
- Vieira, J. Â., Anjos, A. C., & Silva, L. C. O. (2016). Comportamento organizacional: Diferenças na produção empírica entre psicologia e administração. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 10(3), 152-162.
- Voola, R., Bandyopadhyay, C., Azmat, F., Ray, S., & Nayak, L. (2022). How are consumer behavior and marketing strategy researchers incorporating the SDGs? A review and opportunities for future research. *Australasian Marketing Journal*, 30(2), 119-130.
- Wang, H. (2020). The development of marine sports tourism in the context of the experience economy. *Journal of Coastal Research*, 112(SI), 84-86.
- Weissmantel, C. W., Beck, F., & Mucci, D. M. (2023). Mecanismos de controle e flexibilidade estratégica das empresas familiares. *Revista de Administração de Empresas*, 63(4), e2022- 0082.
- Waismann, M., Bem, J. S. D., & Araujo, M. P. (2019). Patrimônio natural e cultural: breves considerações sobre a tutela do Estado.
- Weissmantel, C. W., Beck, F. R. A. N. C. I. E. L. E., & Mucci, D. M. (2021). Influência da Cultura de Comprometimento da Família na Flexibilidade Estratégica: Efeitos Mediadores de Mecanismos de Agência e Mecanismos Stewardship em Empresas Familiares. In *ANAIIS 21º USP International Conference in Accounting*.
- Williams, DC, & Schirp, D. (2021). *Consumo na natureza: explorando as interseções da sustentabilidade e das experiências do consumidor*. Journal of Consumer Culture, 21(3), 234-256. <https://doi.org/10.1177/14695405211012345>
- Wuo Pereira, D. (2022). CONTRIBUIÇÕES DA AVENTURA PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA: CAMINHOS DA COMPLEXIDADE. *Connection Line*, (28).
- Yin, R. K. (2017). *Case study research and applications: Design and methods*. Sage publications.

## APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Entrevista

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) pela pesquisadora e mestrande do Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo (PPGIC – UFPE/CAA) Ana Elisabeth de Brito Alves, com quem poderei contatar /consultar, a qualquer momento, que julgar necessário, através do email: anaelisabeth.alves@ufpe.br.

Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é coordenada e orientada pelo Profº. Dr. Elielson Oliveira Damascena (elielson.damascena@ufpe.br). Afirmo que aceitei participar, por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro, ou ter qualquer ônus; e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, o desenvolvimento de uma dissertação acadêmica, que, em linhas gerais, se propõe a investigar O comportamento de administração responsável nas experiências do consumidor do turismo de aventura de natureza, realizado em Gravatá-PE.

Fui esclarecido (a) de que os usos das informações, por mim oferecidas, estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista, a ser gravada por meio de áudio a partir da assinatura desta autorização. Além disso, minha participação não implica em nenhum risco para mim, ou mesmo, para situações que possam ser constrangedoras. Sou livre para desistir da participação a qualquer momento, ou para deixar de responder qualquer questão, a qualquer momento, se julgá-la inconveniente.

### TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_ aceito participar deste estudo, sendo que minha participação é inteiramente voluntária; e estou livre para, em qualquer momento, desistir da participação na entrevista, sem nenhum prejuízo para mim.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

Assinatura do (a) entrevistado (a)

---

Assinatura da pesquisadora